



VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÉNERO NA  
POPULAÇÃO LGBTI+ EM POTUGAL

RITA MARIA BICA JANUÁRIO

Orientadora de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA ANDREIA CASTRO RODRIGUES

Professora de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA ANDREIA CASTRO RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizado sob a orientação da Professora Doutora Andreia Castro Rodrigues, apresentada no ISPA - Instituto Universitário para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

## **Agradecimentos**

Quero começar por agradecer à professora Andreia Castro Rodrigues, pela sua orientação, ajuda, dedicação e muita paciência que teve para comigo ao longo de todo o processo de realização deste trabalho - foi um prazer e um gosto ter sido sua aluna.

Agradeço aos meus colegas de seminário, que tornaram a realização desta dissertação um processo enriquecedor de conhecimento e partilha de experiências.

Agradeço aos participantes deste estudo (que por razões de privacidade, não serão nomeados), mas que sem o seu contributo e reflexões este trabalho não teria sido possível.

Relativamente aos meus amigos, um especial agradecimento à Inês Costa pela ajuda na divulgação do estudo, e um obrigado à Beatriz Pereira, Teresa Martins, Evlyne Cardoso, Francisco Queirós, Shania Santos, Rita Branco, Mariana Camelo, Diogo Mocho, Inês Tapadas, Tatiana Domingues, Mariana Chelo, Inês Magalhães, Filipe Bicho, Francisco Pereira, Diogo Silva, Andreia Ribeiro, Diogo Soares, Carolina Ferreira e Bernardo Rodrigues pelo companheirismo e amizade durante a licenciatura e mestrado, e à Isabella Brenchley-Wood e Mariana Guerra pela amizade ao longo dos anos. Para além destas pessoas, quero agradecer a todas as outras que não mencionei, mas que marcaram o meu percurso académico e crescimento pessoal, e que para sempre estarei grata.

Quero também agradecer ao professor Pedro Carvalho por me ter dado a conhecer a Psicologia e à Liliana Domingos por me ter ajudado a encontrar o meu caminho.

Por último, quero agradecer à minha família e, em especial, à minha mãe, Marília, por me apoiar sempre e nunca deixar de acreditar em mim.

## Resumo

**Problema:** As questões relativas à população LGBTI+, em Portugal, têm sido cada vez mais visíveis e estudadas, no entanto, é necessário compreender melhor as experiências subjetivas ao nível da violência de género e suas formas. **Objetivos:** Neste sentido, o presente estudo tem como objetivos descrever as experiências de violência sofridas, perceber a perceção do impacto destas a curto e longo prazo e compreender se ocorreram alterações desde o início da pandemia e respetivos confinamentos, descrevendo as mesmas. **Método:** Utilizou-se metodologia qualitativa com amostragem por conveniência e bola de neve, tendo sido realizadas entrevistas semiestruturadas, via Skype, a 19 participantes LGBTI+, com idades compreendidas entre os 20 e os 44 anos. **Resultados:** Os resultados foram analisados através de uma análise de conteúdo, tendo-se identificado experiências de violência no processo de aceitação de si mesmo e nos contextos familiar, social, escolar, laboral, espaços públicos e redes sociais/internet. Foram ainda identificadas estratégias de proteção ao nível comportamental e ao nível da queixa e pedido de ajuda, assim como, impactos no indivíduo e nas pessoas próximas a este. Por último, foram também identificados os efeitos da pandemia, considerações face à sociedade portuguesa e aos motivos que levam à violência e discriminação e identificadas sugestões para a mudança social e sobre o conhecimento de instituições de apoio. **Discussão:** As formas mais prevalentes de experiências de violência são sob a forma de olhares e comentários, sendo mais difíceis de reportar. Verificou-se que é necessário o aumento da informação e formação para as temáticas LGBTI+.

**Palavras-Chave:** LGBTI+; violência de género; adultos; análise de conteúdo; Portugal.

## **Abstract**

**Problem:** The issues concerning the LGBTI+ population in Portugal have become increasingly visible and studied, however, it is necessary to better understand the subjective experiences of gender-based violence and its forms. **Objectives:** Therefore, this study aims to describe the experiences of violence, understand the perception of their short- and long-term impact, and understand whether there have been any changes since the beginning of the pandemic and respective confinements, describing them. **Method:** We used a qualitative methodology with convenience and snowballing sampling, and conducted semi-structured interviews, via Skype, with 19 LGBTI+ participants, aged between 20 and 44 years. **Results:** The results were analyzed through content analysis, having identified experiences of violence in the process of self-acceptance and in family, social, school, work, public spaces and social networks/internet contexts. Protection strategies were also identified at the behavioral level and at the level of complaint and request for help, as well as impacts on the individual and those close to them. Finally, we also identified the effects of the pandemic, considerations regarding the portuguese society and the reasons that lead to violence and discrimination, and identified suggestions for social change and the knowledge of support institutions. **Discussion:** The most prevalent forms of violence experiences are in the form of looking and commenting, being more difficult to report. It was found that increased information and training for LGBTI+ issues is needed.

**Key-words:** LGBTI+; gender violence; adults; content analysis; Portugal.

## Índice

Introdução .....	8
População LGBTQIA+ .....	8
Violência de Género .....	11
Violência de género contra a população LGBTI+ em Portugal e no Mundo .....	16
Enquadramento legal da violência contra pessoas LGBTI+ .....	16
Estatísticas da violência de género contra pessoas LGBTI+ em Portugal e no Mundo....	17
Apoio à População LGBTI+ em Portugal.....	19
Método.....	22
Material e Instrumentos .....	22
Participantes.....	23
Procedimento .....	24
Resultados.....	26
Discussão.....	65
Referências Bibliográficas.....	76
Anexos .....	83
Anexo A – Guião da Entrevista .....	83
Anexo B – Formulário Google .....	85
Anexo C – Consentimento Informado .....	86
Anexo D – Grelha de Categorização .....	87

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Categorias e unidades de registo codificadas por participante e duração das entrevistas.....26

Tabela 2 - Categorias e subcategorias da grelha de categorização, contabilização das respetivas unidades de registo, e da quantidade de participantes que codificaram em cada subcategoria.....27

## Introdução

### População LGBTQIA+

LGBTQIA+ é um acrónimo usado para referir um conjunto de pessoas que não se identificam como heterossexual e/ou cisgénero (Linley et al., 2016; Mardell, 2016), as letras representam, respetivamente: lésbica, gay, bissexual, transgénero, queer ou em questionamento (Gay & Lesbian Alliance Against Defamation [GLAAD], 2016; Mardell, 2016), intersexo e assexual/arromântico; já o símbolo “+” representa as outras identidades, para além destas, que não sejam heterossexuais nem cisgénero, não contempladas anteriormente (Mardell, 2016). Este acrónimo surge pelo propósito de incluir toda a diversidade de identidades sexuais que podem caraterizar as pessoas, como vamos descrever de seguida.

Efetivamente, sexo é diferente de género (Mardell, 2016). O sexo pode ser definido como as características biológicas (Usta, 2012), congénitas, limitadas às funções fisiológicas da reprodução (Mardell, 2016; UNHCR, 2003; UNICEF, 2003), que englobam cromossomas, hormonas, órgãos reprodutivos internos e externos e características sexuais secundárias (GLAAD, 2016). No entanto, o termo sexo também se refere a um sistema binário de classificação socialmente construído que tem por base as características biológicas (GLAAD, 2016; Mardell, 2016). É binário porque apenas reconhece duas categorias – feminino e masculino -, e cada uma tem as suas características biológicas próprias – feminino: vulva, mamas, ancas largas e predominância da hormona estrogénio; masculino: pénis, testículos, barba e predominância de testosterona (Bento, 2008; Mardell, 2016).

Por outro lado, o género tem significados diferentes, dependendo do contexto. No contexto individual, é o estado de ser mulher, homem, ambos, nenhum, entre um e o outro, ou algo completamente diferente (Mardell, 2016), ou seja, é o modo como o individuo se expressa subjetivamente, independentemente das suas características biológicas e sexo (Butler, 2006; Pardini & Oliveira, 2017). Já no contexto social, refere-se a um sistema de classificação que está enraizado em ideias sobre a feminilidade e a masculinidade (Mardell, 2016), ou seja, são as características sociais designadas às mulheres e aos homens, sendo que estas, por sua vez, são construídas tendo por base diferentes fatores, tais como: idade, religião, origem nacional, étnica e social. Para além disto, diferem dentro e entre culturas e definem identidades, papéis, estados, responsabilidades e relações de poder entre os membros de qualquer sociedade ou cultura. O género é aprendido através da socialização, não sendo estático nem inato, mas evolui para dar resposta a mudanças no ambiente social, político e cultural (UNHCR, 2003; UNICEF, 2003).

Aquando do nascimento, os bebés são rotulados como meninas se tiverem genitália feminina ou meninos se tiverem genitália masculina (Mardell, 2016; UNICEF, 2003) e através destes rótulos são ensinados socialmente diferentes atitudes, comportamentos, papéis, atividades, responsabilidades, oportunidades e privilégios específicos das mulheres e dos homens (UNICEF, 2003) e é esperado que mulheres e homens se comportem de acordo com estes papéis – os designados papéis de género (Mardell, 2016; Pardini & Oliveira, 2017). Existem autores que referem que este conjunto de comportamentos, atitudes e formas de estar aprendidos socialmente é definido como a identidade de género e, como tal, esta é mutável entre culturas e sociedades (UNHCR, 2003). No entanto, outros autores definem a identidade de género como o sentido interno, profundo (GLAAD, 2016) e subjetivo (Alves & Moreira, 2015) do indivíduo relativamente ao seu género, que pode ou não corresponder ao sexo do mesmo (European Union Agency For Fundamental Rights [FRA], 2020; Mardell, 2016).

Como tal, há indivíduos cuja anatomia não se ajusta completamente quer na genitália feminina como na masculina - pessoas intersexo (Mardell, 2016); pessoas cujas características e forma como se identificam não se enquadram na categorização de pertencentes ao género feminino ou masculino – pessoas não-binárias; e pessoas que não se identificam com o género e/ou sexo atribuído à nascença – pessoas transgénero (Mardell, 2016; GLAAD, 2016).

Intersexo é um termo que descreve todas as pessoas que por terem nascido com uma certa anatomia sexual ou reprodutiva, e/ou com um certo padrão de cromossomas não se classificam tipicamente como do sexo feminino ou masculino (Mardell, 2016; GLAAD, 2016). Já as pessoas não-binárias são indivíduos em que a sua identidade de género pode ou não enquadrar-se na forma binária de mulher ou homem - não se encontra dentro das categorias de mulher ou homem, podendo esta enquadrar-se como estando entre mulher e homem, ser algo completamente diferente destas duas categorias (GLAAD, 2016) ou ainda uma combinação de ambas (Mardell, 2016). Por sua vez, a expressão de género caracteriza-se como o modo como a pessoa manifesta o género com o qual se identifica (Mardell, 2016), esta expressão é feita através do nome, pronomes, modo de vestir, corte de cabelo, comportamento, voz e/ou características corporais (GLAAD, 2016), como tal, o termo ‘trans’ ou ‘transgénero’ é um termo que engloba qualquer identidade de género (Mardell, 2016) ou expressão de género (GLAAD, 2016) em que o indivíduo não se identifica com o sexo e/ou género atribuído à nascença (Mardell, 2016; GLAAD, 2016). Esta não identificação com o género e/ou sexo atribuído à nascença é vivido com angústia e/ou infelicidade, e a isto chama-se disforia de género (Mardell, 2016).

Contrariamente às pessoas ‘trans’ temos as pessoas ‘cis’ ou ‘cisgénero’, que são indivíduos que se identificam com o sexo e/ou género que lhe foi atribuído à nascença, ou seja, têm genitália feminina e identificam-se como mulher, ou têm genitália masculina e identificam-se como homem (Linley et al., 2016; Mardell, 2016; Whitman & Han, 2016).

Para além das identidades de género contempladas anteriormente, dentro da sigla LGBTQIA+ estão também contempladas várias orientações sexuais. Como tal, orientação sexual define-se como a atração erótica relativamente a indivíduos do sexo oposto, do mesmo sexo (GLAAD, 2016) ou de ambos os sexos (FRA, 2020; LeVay & Valente, 2006), sendo constituída por atração romântica e sexual, rótulos de identidade sexual, comportamentos sexuais (Stewart et al., 2019), fantasias eróticas e relações românticas. Estes componentes são perceptíveis quer através de indicadores verbais, como de indicadores não verbais (Savin-Williams & Ream, 2007).

Algumas orientações sexuais são: heterossexual – refere-se a indivíduos que experienciam atração sexual por indivíduos do sexo oposto (Asexuality Archive, 2012; GLAAD, 2016; Mardell, 2016); bissexual (ou bi) – refere-se a indivíduos que têm atração sexual quer por indivíduos do sexo oposto, quer do mesmo sexo (Asexuality Archive, 2012; GLAAD, 2016) ou ainda por dois ou mais géneros (Mardell, 2016); homossexual – que se refere a indivíduos que têm uma atração sexual por indivíduos do mesmo sexo, também chamados de gays ou lésbicas, caso sejam homens ou mulheres, respetivamente (Asexuality Archive, 2012; GLAAD, 2016; Mardell, 2016); e assexual – refere-se a indivíduos que experienciam nenhuma (GLAAD, 2016; Mardell, 2016) ou pouca atração sexual (Chasin, 2011) de forma persistente e estável (Asexuality Archive, 2012; The Asexuality Visibility and Education Network, citado por Bush et al., 2021).

No entanto, também se pode fazer a distinção entre orientação sexual e orientação romântica (Bush et al., 2021; Mardell, 2016). A primeira define-se com base na atração sexual - i.e. o desejo de estar com o outro porque este provoca um desejo sexual ou excitação (Mardell, 2016) - como tal, a orientação sexual é a atração sexual por um conjunto de indivíduos (Asexuality Archive, 2012; Mardell, 2016). Já a segunda define-se com base na atração romântica - i.e. desejo emocional de intimidade e contacto com o outro (Mardell, 2016) – como tal, a orientação romântica é a atração romântica por um conjunto de indivíduos. Esta distinção torna-se importante pois a mesma pessoa pode sentir-se romanticamente atraída por um conjunto de indivíduos e sexualmente atraída por outros - por exemplo, um indivíduo pode identificar-se como gay e assexual ao mesmo tempo, pois pode sentir-se romanticamente atraído por indivíduos do mesmo sexo e não se sentir sexualmente atraído por ninguém

(Mardell, 2016). As orientações românticas têm o mesmo prefixo que as orientações sexuais, mudando apenas o sufixo, algumas delas são: heterorromântico; homorromântico; birromântico; e arromântico – indivíduos que não experienciam atração romântica (GLAAD, 2016).

### **Violência de Género**

Violência de género é um termo que engloba qualquer tipo de violência ou ato prejudicial que é realizado contra a vontade do indivíduo ou grupo de indivíduos, com base no seu género (Inter-Agency Standing Committee [IASC], 2015), sexo (UNHCR, 2003; UNICEF, 2003) e/ou papéis de género (Reproductive Health Response in Crises Consortium [RHRCC], 2004).

A violência de género é uma consequência de crenças e práticas enraizadas socioculturalmente, que atribuem funções, responsabilidades, comportamentos, expectativas, oportunidades e limitações específicas a ser mulher e a ser homem – normas ou papéis de género (IASC, 2015; UNHCR, 2003; World Food Programme [WFP], 2016). Estas normas, que são passadas de geração em geração (Usta, 2012), criam relações de poder desiguais entre homens e mulheres – desigualdade de género – que, na maioria dos casos, resulta numa subordinação da mulher, assim como, noções restritas e discriminatórias de masculinidade e feminilidade (UNHCR, 2003; WFP, 2016). Estas normas sociais levam a uma diminuição da probabilidade de os sobreviventes reportarem os atos e, conseqüentemente obterem justiça, e isto leva à criação de uma cultura de impunidade, o que faz com que aumente a probabilidade de ocorrências de atos motivados por violência de género (WFP, 2016). Para além disto, estes atos de violência ocorrem porque os agressores, quer sejam indivíduos ou grupos, tentam manter e reforçar, através do comportamento violento, poder e controlo face à vítima (UNHCR, 2003; UNICEF, 2003). Como tal, conclui-se que este tipo de violência é um resultado das normas sociais relativas ao género e ao sexo e das conseqüentes desigualdades destas normas (UNICEF, 2003; RHRCC, 2004), sendo que atos de violência em que o móbil não esteja relacionado com o género e/ou o sexo da(s) vítima(s), caem fora do termo violência de género (RHRCC, 2004).

Este tipo de violência afeta maioritariamente mulheres e raparigas (IASC, 2015; RHRCC, 2004), pois as atitudes e práticas da sociedade face à discriminação de género, colocam-nas numa posição de subordinação relativamente aos homens (IASC, 2015; UNICEF, 2003). No entanto, também afeta homens e rapazes (UNHCR, 2003; Usta, 2012; WFP, 2016), uma vez que a violência contra estes deriva das normas sociais referentes à masculinidade (IASC, 2015; RHRCC, 2004). Como exemplo, temos o recrutamento de rapazes e homens jovens contra a sua vontade, em contextos de guerra, para combater em forças armadas, uma vez que este

recrutamento assenta na ideia de que os rapazes e homens são quem luta nas guerras (RHRCC, 2004). Para além disto, também pessoas LGBTI+ são afetadas por este tipo de violência (IASC, 2015), uma vez que estes indivíduos desafiam as normas de género (Office of the High Commissioner for Human Rights [OHCHR], 2011), como ideias relacionadas com a sexualidade, a identidade sexual e de género (IASC, 2015).

Atos de violência de género são frequentemente cometidos por indivíduos que o sobrevivente conhece, como familiares, amigos e/ou membros da comunidade (UNICEF, 2003; UNHCR, 2003), ou então indivíduos que atuam em nome de crenças culturais, religiosas ou instituições do estado (RHRCC, 2004). Muitos destes comportamentos violentos são planeados com antecedência (UNHCR, 2003) e são passíveis de ocorrer em todas as sociedades e contextos, incluindo o espaço público e o privado (UNICEF, 2003), e em qualquer altura e em qualquer sítio (UNHCR, 2003), em todo o mundo, independentemente da religião, etnia, estatuto socioeconómico, nível de escolaridade (WFP, 2016) ou idade (UNHCR, 2003). No entanto, as formas e prevalência da violência de género diferem através das culturas, países e regiões (WFP, 2016). Isto faz com que a violência de género seja um fenómeno comum em todas as comunidades e assumam várias formas (Usta, 2012).

As categorias mais comuns de violência de género, independentemente da vítima, são violência e/ou abuso físico, psicológico e emocional, sexual, socioeconómico e sociocultural (UNICEF, 2003; RHRCC, 2004; WFP, 2016), e práticas tradicionais ou culturais prejudiciais (UNICEF, 2003; WFP, 2016), assim como a ameaça de tais atos, coerção e privação de outras liberdades (UNHCR, 2003; UNICEF, 2003), constituindo-se como uma violação dos direitos humanos, da dignidade humana e da autodeterminação do indivíduo (UNICEF, 2003).

A violência emocional e psicológica comporta: abuso, humilhação, confinamento (UNICEF, 2003), situações de preconceito, opressão, tratamento diferenciado e outras formas de exclusão (Natarelli et al., 2015). Dentro desta podemos ainda referir a violência verbal caracterizada por ofensas e termos pejorativos relativos à orientação sexual, assim como tentativa de opressão e pressão no indivíduo (Natarelli et al., 2015). Já a violência socioeconómica e sociocultural engloba: discriminação e/ou negação de oportunidades e serviços; exclusão social e ostracismo baseado na orientação sexual; e práticas legislativas obstrutivas (ex: negar o direito de voto a mulheres). Por outro lado, as práticas tradicionais ou culturais prejudiciais englobam: mutilação genital feminina; casamentos forçados ou com menores; crimes de honra (WFP, 2016) e mutilação; infanticídio ou negligência; e negação de educação a mulheres e crianças (UNICEF, 2003).

Os atos de violência mais comuns dentro da violência sexual são: as violações e abuso sexual (WFP, 2016), incluindo na forma tentada, dentro do casamento e a crianças, assim como, incesto (UNICEF, 2003); exploração sexual (WFP, 2016); assédio sexual; e violência sexual como arma de guerra ou tortura (UNICEF, 2003). Dentro da violência física temos: a agressão física (UNICEF, 2003); tráfico (WFP, 2016) e escravidão (UNICEF, 2003).

A violência de gênero tem consequências sérias na saúde do sobrevivente, quer a curto como a longo prazo (UNICEF, 2003), incluindo: sofrimento; ferimentos imediatos; possível dano físico, psicológico (WFP, 2016), sexual (UNICEF, 2003) e emocional – este último particularmente a longo prazo (UNHCR, 2003). Para além disto, tem também consequências sociais e económicas, podendo levar à morte (UNICEF, 2003; WFP, 2016), mesmo nos casos em que não tenha ocorrido agressão física (UNHCR, 2003).

Algumas das consequências físicas não fatais que os sobreviventes passam são: infeções, incluindo, mas não restringido, a infeções sexualmente transmissíveis; abuso de álcool e/ou drogas; problemas gastrointestinais; transtornos alimentares; distúrbios do sono; e gravidez indesejada. Ao nível das consequências emocionais e psicológicas temos: transtorno de stress pós-traumático; depressão e ansiedade; pensamentos e comportamentos suicidas; vergonha, insegurança e culpa dirigida ao próprio. Já ao nível das consequências sociais (ou seja, ao nível da relação com os outros em sociedade) temos: pôr as culpas da agressão na vítima/sobrevivente; perda do papel ou função na sociedade, como por exemplo, perder a guarda dos filhos ou a fonte de rendimento; estigma social; e rejeição e isolamento social (UNHCR, 2003).

Já relativamente à violência de gênero contra pessoas LGBTI+ esta assenta, principalmente, na homofobia (Meyer, 2015; Subhrajit, 2014) e heterossexismo presente socialmente (Meyer, 2015). Para além disto, esta população também está sujeita a problemas mentais, derivado do stress psicossocial que experienciam, uma vez que, por fazerem parte de um grupo minoritário, estão sujeitos a viver em ambientes mais hostis, premiados pelo preconceito, estigma e discriminação – designado de stress minoritário (Meyer, 1995, 2003).

A homofobia é definida como um conjunto de emoções e comportamentos negativos e irracionais, como o medo, hostilidade e intolerância, de um individuo ou grupo de indivíduos (Natarelli et al., 2015), assim como profissionais de saúde (Campo-Arias et al., 2010; Quinn et al., 2015), perante pessoas homossexuais (Hudson & Ricketts, 1980; Natarelli et al., 2015). A homofobia é um dispositivo de controlo social que mantém e reforça o heterossexismo (Natarelli et al., 2015). Este é definido pelo preconceito social que privilegia comportamentos, identidades e normas heterossexuais e descredibiliza os comportamentos, identidades e normas

de pessoas LGBTI+ (Smith & Ingram, 2004). A homofobia e o heterossexismo, juntamente com a transfobia – que se caracteriza de forma igual à homofobia, mas relativamente a pessoas trans -, manifesta-se, muitas vezes, nas relações sociais através de agressões físicas, verbais, psicológicas e sexuais, que resultam em discriminação e violência contra as pessoas LGBTI+ (Natarelli et al., 2015). Resultante disto, nas vítimas tende a surgir sintomatologia depressiva, ansiosa, medos excessivos, sofrimento psíquico (Natarelli et al., 2015), e taxas elevadas de ideação e tentativa de suicídio e comportamentos autolesivos (McDermott et al., 2018), resultante dos episódios de violência experienciados, assim como de conflitos familiares e entre pares, derivados da sua orientação sexual e/ou identidade de género (McDermott et al., 2018). Estima-se que o risco de suicídio é entre quatro a sete vezes mais elevado em pessoas LGBT, comparativamente a indivíduos heterossexuais (Haas et al., 2010), sendo maior em jovens trans do que em jovens cisgénero (McDermott et al., 2018), nomeadamente, é dez vezes maior em adolescentes transgénero (Hass et al., 2014). Esta situação pode levar a que estes indivíduos negligenciem praticas de autocuidado (como exercício físico e uma boa alimentação e higiene do sono), não mantenham hábitos saudáveis e possam adotar comportamentos de risco (como sexo desprotegido e adição de substâncias) (Natarelli et al., 2015).

Como já foi mencionado, a violência contra as pessoas LGBTI+ pode ocorrer em variados contextos, nomeadamente: o doméstico, o social, o escolar, o laboral, em espaços públicos e nas redes sociais ou internet.

Ao nível escolar e social, a discriminação das pessoas LGBTI+ ocorre de várias formas, quer através de violência verbal e psicológica, como física e sexual – esta última predominantemente sob a forma de assédio. Especificamente, os estudantes LGBT+ experienciam *bullying* dos seus pares (Espelage et al., 2008), com agressões físicas e sexuais, assédio verbal (Taylor, 2011), e discriminação homofóbica e transfóbica (Taylor et al., 2020). Isto leva a que estes estudantes não se sintam seguros (Hazel, et al., 2019) e, conseqüentemente, tenham baixa autoestima (Dessel, et al., 2017) – mesmo perante experiências indiretas de homofobia e transfobia (Taylor, et al. 2020) -, tenham menor aproveitamento académico (Mathies et al., 2019) e maior probabilidade de consumirem álcool e outras substâncias (Collier et al., 2013).

A violência psicológica, segundo Bonassi et al. (2015), inicia-se, na maioria das vezes, em ambiente doméstico, podendo evoluir para humilhações, violência e insegurança, podendo mesmo levar à expulsão do adolescente ou jovem adulto LGBTI+ de casa (Pardini & Oliveira, 2017). Sendo que, uma resposta negativa dos pais face ao *coming out* dos filhos (i.e. os filhos assumirem a identidade sexual) pode levar a níveis mais elevados de estigma internalizado, que

vai comprometer a saúde psicológica do adolescente e comprometer a sua autoestima e relações futuras com outras pessoas (Baiocco et. al, 2016). Para além disto, em contexto de violência doméstica com parceiros amorosos, os sobreviventes por vezes não pedem ajuda com medo que o parceiro revele publicamente a sua orientação sexual ou identidade de género, sem o seu consentimento – *outing* (GLAAD, 2016; ILGA Portugal, 2020) -, tornando-se isto num instrumento de intimidação e chantagem, entre e contra pessoas LGBTI+ (ILGA Portugal, 2020).

Já ao nível dos espaços públicos, a discriminação contra estas pessoas pode ocorrer no acesso a serviços e em espaços públicos de lazer e diversão. Em termos de acesso aos serviços de saúde, os profissionais de saúde apresentam muitas vezes atitudes e comportamentos homofóbicos, conservadores e inflexíveis, assim como, atitudes negativas e discriminatórias contra pessoas LGBTI+ (Campo-Arias et al., 2010; Natarelli et al., 2015). E isto pode resultar num atendimento rápido, superficial, e não dirigido às necessidades individuais de cada pessoa (Campo-Arias et al., 2010) – como exemplo temos a não realização de certos exames médicos específicos em pessoas transgénero (como o exame à próstata numa mulher trans). Para além disto, muitos indivíduos não heterossexuais atrasam os seus pedidos de ajuda e sentem medo e ansiedade em revelar a sua orientação sexual aos profissionais de saúde pois receiam que estes tenham reações negativas e hostis, os julguem e tenham comportamentos abusivos (McDermott et al., 2018). Para além disto, têm medo de que lhes sejam negados os tratamentos médicos (Quinn et al., 2015).

Por outro lado, em contexto laboral, indivíduos LGBTI+ sofrem frequentemente de violência verbal, caracterizada por rumores e piadas de mau gosto, podendo ainda ser negada uma promoção e/ou aumento salarial, e correndo um risco acrescido de perder o emprego (Pichardo et al., 2019). Já ao nível das redes sociais e internet os indivíduos LGBTI+ podem estar sujeitos a *cyberbullying*, i.e., comentários ou mensagens depreciativas e ofensivas relativamente à sua orientação sexual e identidade de género.

É ainda importante referir que de uma forma geral, e independentemente do contexto, a violência psicológica é a mais prevalente nas pessoas LGBTI+ (ILGA Portugal, 2020; Natarelli et al., 2015), e que os indivíduos transgénero estão sujeitos a que o seu nome social não seja respeitado, o que leva a constrangimentos e mal-estar (Pardini & Oliveira, 2017).

Para além disto, a população LGBTI+ está sujeita a outros tipos de violência, derivados de outros aspetos da sua identidade, como a raça/etnia que têm, a classe social a que pertencem e o género. A violência homofóbica surge muitas vezes ampliada pela associação ao racismo, sexismo e misoginia, como sinalizou Meyer (2015). Este autor dá como exemplo o caso de um

homem, nos EUA, que foi preso por ter características físicas (cor de pele negra) idênticas a um assaltante que estava a ser procurado pela polícia. Após ser preso, foi interrogado e durante este período os polícias que o acompanharam perceberam que era homossexual, e a partir daí este homem sofreu um conjunto de violência verbal homofóbica por parte destes elementos da polícia. Neste caso, a homofobia só foi possível devido ao racismo (Meyer, 2015). Esta situação acontece em muitos contextos, nomeadamente em espaços públicos, acesso a serviços e em escolas ou universidades. Para além destes aspetos, quando estes indivíduos são também portadores de deficiência física ou intelectual (Heijden et al., 2020) e doença mental (McDermott et al., 2018), isto torna-os suscetíveis de experienciar dupla vitimização e, como tal, maior discriminação.

Por último, é ainda importante referir que as pessoas LGBTI+ desafiam os modelos e práticas das forças policiais (Moran, 2007), – que são definidas pela heterossexualidade. Isto leva a possíveis confrontações homofóbicas, quando as forças policiais entram em contacto com esta população (Myers *et. al* 2004). Uma vez que o nível de confiança que as pessoas têm na polícia é uma reflexão dos comportamentos e envolvimento desta (Tyler 1990; Tyler, & Fagan 2008; Skogan 2005, 2006), isto faz com que pessoas LGBTI+ tenham uma maior probabilidade de ter opiniões negativas face à confiabilidade e legitimidade da polícia – comparativamente a pessoas heterossexuais, que estão de acordo com os modelos e práticas policiais -, assim como, menos probabilidade de confiarem no sistema legal (Miles-Johnson, 2018). Por sua vez, esta população por ter menor confiança e respeito pelas forças policiais, são menos prováveis de entrar em contacto e se envolverem com as mesmas, o que faz com que vítimas LGBTI+ fiquem relutantes em reportar os crimes que sofrem. Consequentemente, isto leva a que estes crimes não sejam detetados e os agressores não sejam punidos (Miles-Johnson, 2018).

## **Violência de género contra a população LGBTI+ em Portugal e no Mundo**

### ***Enquadramento legal da violência contra pessoas LGBTI+***

Portugal, ao contrário de outros países, não criminaliza a homossexualidade, contempla e permite as relações de união de facto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo na legislação e criminaliza atos de violência contra a autodeterminação sexual, nomeadamente nos artigos 153º, 154º e 161º do Código Penal Português. Para além disto, Portugal permite a adoção para casais do mesmo sexo. Desde 2004 é constitucionalmente proibido a discriminação com base na orientação sexual, sendo que em 2012 esta proibição passa a ser também contemplada nos

ambientes escolares (Mendos et al., 2020). Em 2018 foi aprovada a lei nº38/2018 que “estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa” (Artigo 1º, Lei nº38/2018), e em 2019, a Lei de Bases da Habitação proíbe o impedimento à habitação com base na orientação sexual (Diário da República, Lei nº 83/2019 de 3 de setembro). Para além disto, foi aprovada em fevereiro de 2020 a proposta para eliminar a taxa associada à mudança do nome legal (ao abrigo da Lei nº38/2018) (ILGA Portugal, 2020). Já relativamente ao serviço de dádiva de sangue, o Serviço Nacional de Saúde atualizou dia 19 de Março de 2021, a norma nº009/2016, relativa à Seleção de Pessoas Candidatas à Dádiva de Sangue com Base na Avaliação de Risco Individual, de forma a não discriminar os dadores, relativamente à orientação sexual (<https://ilga-portugal.pt/alteracoes-historicas-a-norma-para-pessoas-candidatas-a-dadiva-de-sangue-o-posicionamento-da-ilga-portugal/>).

Porém, existem ainda muitos países que criminalizam a homossexualidade e atos sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo (Mendos et al., 2020), quer através da pena de morte e/ou de prisão (Bimbi, 2020; Subhrajit, 2014). Alguns desses países são: Irão, Tunísia, Afeganistão, Bangladesh, Nigéria, Camarões, Eritreia, Paquistão, Arábia Saudita, Qatar, Somália, Togo e Senegal. Adicionalmente, há países em que apesar de os atos sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo não serem criminalizados, gays e lésbicas são perseguidos e condenados dentro de outras molduras penais, como é o caso do Egipto e Iraque (Bimbi, 2020). Para além disto, existem países que não criminalizam a homossexualidade, mas onde são negados direitos básicos à população LGBTI+, como o direito ao casamento e união de facto ou à determinação da identidade de género (Bimbi, 2020).

### ***Estatísticas da violência de género contra pessoas LGBTI+ em Portugal e no Mundo***

Através da criminalização da homossexualidade e da negação dos direitos básicos à população LGBTI+ anteriormente referidos, pode-se concluir que em muitas zonas do mundo e principalmente nos continentes africano e asiático (Mendos *et. al*, 2020) o direito à liberdade, à liberdade de expressão e à vida estão comprometidos, o que torna a vida destas pessoas bastante difícil (Bimbi, 2020).

Em Portugal, as estatísticas relativas à criminalidade contra pessoas LGBTI+, são-nos dadas pela ILGA Portugal e por alguns inquéritos feitos a nível europeu.

Um destes inquéritos, é o 2º Inquérito LGBTI+ da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, realizado entre maio e julho de 2019. Neste verifica-se que em Portugal os valores obtidos referentes à perceção da discriminação situam-se dentro da

média da União Europeia, indicando que: 40% dos indivíduos inquiridos relataram já se ter sentido discriminados em pelo menos num dos contextos do seu quotidiano; 20% no seu local de trabalho; 30% afirma ter sido vítima de algum tipo de abuso no ano de 2018; e, 5% sofreu um ataque nos últimos 5 anos. Por outro lado, 60% dos jovens entre os 15 e os 17 anos afirmou ter alguém que sempre os apoiou, defendeu ou protegeu os seus direitos como pessoa LGBTI+, no entanto, 28% destes jovens afirmou esconderem a sua identidade na escola (ILGA Portugal, 2020; FRA, 2020).

O Observatório da Discriminação contra pessoas LGBTI+ recebe denúncias de situações de violência e/ou discriminação tendo em conta a orientação sexual, identidade e expressão de género ou características sexuais ocorridas apenas em território português (ILGA Portugal, 2020). Como tal, não se pode concluir quais as dimensões reais dos crimes e discriminação contra a população LGBTI+ em Portugal, uma vez que nem todos os indivíduos têm conhecimento da existência deste observatório. Apesar disso, no ano de 2020 a ILGA Portugal registou 48 crimes de ódio e 41 casos de discriminação contra pessoas LGBTI+ (ILGA Europe, 2021). Os dados em detalhe de 2019 permitem-nos compreender que os agressores são maioritariamente indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos e os 35 e 54 anos, e são colegas de escola, mãe ou pai, funcionários públicos, como polícias e profissionais de saúde, e chefes ou colegas de trabalho das vítimas; a discriminação é motivada principalmente pela homofobia e/ou transfobia, sob a forma primária de insultos e linguagem homofóbica e/ou transfóbica, sendo o principal impacto nas vítimas a nível psicológico e social. Para além disto, de um total de 171 denúncias, a maior parte das vítimas são menores de idade e jovens adultos até 34 anos. É ainda importante referir que apenas um terço destas vítimas fez queixa às entidades responsáveis competentes, alegando, como justificação, a descrença, desvalorização ou desconhecimento face às mesmas. Para além disto, em muitas das situações referenciadas no relatório de 2019, as testemunhas decidiram não intervir (ILGA Portugal, 2020).

Para além disto, a rede *ex aequo*, através do Projeto para a Educação de 2019, reportou que 79% dos jovens adultos já testemunharam incidentes de *bullying* contra pessoas LGBTI+ (ILGA Europe, 2021). Por outro lado, o mapa *Rainbow Europe* – uma iniciativa anual da ILGA Europe – refere que Portugal, num total de 49 países europeus, está na 9ª posição no que diz respeito à proteção dos direitos das pessoas LGBTI no contexto europeu (<https://www.rainbow-europe.org/#8654/0/0>).

Tendo em conta o contexto de pandemia por covid-19, o relatório preliminar do estudo “Redes de Apoio Social e Saúde Psicológica em Jovens LGBT+ durante a Pandemia Covid-19” da Universidade do Porto, relata que numa amostra de 632 (com uma média de idades de

23 anos) inquiridos entre 17 de abril e 4 de maio de 2020, metade dos indivíduos sentiram-se isolados dos seus amigos e mais de metade do seu par romântico, sendo que, 6 em cada 10 sentiram-se emocionalmente afetados com a pandemia. Para além disto, 59% dos indivíduos sentiam-se desconfortáveis a viver em casa dos pais durante o confinamento (78% já viviam com a família antes do confinamento e 1 em cada 5 regressou à casa dos pais neste período); 35% dos jovens sentiram-se muito ou extremamente “sufocadas/os” por não podem expressar a sua identidade LGBT+ no contexto familiar e 35% dos jovens cuja família tem conhecimento da sua identidade consideram que a família lida mal ou muito mal com a mesma (Gato, Leal, & Seabra, 2020).

### **Apoio à População LGBTI+ em Portugal**

Portugal tem várias associações e instituições que prestam apoio à população LGBTI+, uma delas é a já mencionada ILGA Portugal que luta pela não discriminação e igualdade das pessoas LGBTI+ e seus familiares em Portugal. Os seus principais objetivos são a integração social destas pessoas e suas famílias, a não discriminação em função da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, e a promoção da igualdade de género, direitos humanos e cidadania. As atividades desta associação passam por uma intervenção cívica e política, pautada por formações ao nível escolar, mudança das leis existentes e integração em grupos parlamentares do governo. Para além disto, tem o Centro LGBT que é um espaço seguro de socialização, apoio, trabalho e comunidade e o Serviço de Apoio a Vítimas (SAV LGBT). Este serviço, subsidiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, tem um atendimento individual, presencial, gratuito e confidencial, onde é feita uma avaliação da situação de sofrimento e uma intervenção especializada, assim como um encaminhamento para outros serviços de apoio e integração comunitária e social. Dispõe ainda do Serviço de Apoio Psicológico (SAP) que dá apoio psicológico e acompanhamento a pessoas LGBTI+ e às suas famílias; da Linha LGBT, uma linha telefónica que presta apoio e informação sobre a realidade LGBTI+ em Portugal, anónima e confidencial, abrangendo áreas como acesso a serviços de âmbito social, leis, direitos, saúde, lazer e bem-estar, assim como, denúncias de situações de discriminação e violência; do Serviço de Apoio Jurídico (SAJ) que presta um serviço informativo de carácter jurídico sobre a temática LGBTI+, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o reconhecimento da parentalidade; e ainda, o Serviço de Integração Social (SIS) que se foca em dar apoio social a pessoas LGBTI+ e às suas famílias ao nível de situações de emergência social, refugiados e requerentes de asilo (ILGA Portugal, 2020).

Para além disto, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, subsidia ainda mais três espaços especializados no atendimento a vítimas LGBTI+: o serviço de apoio a vítimas da associação Casa Qui, que acompanham jovens LGBTI+, dando apoio psicossocial, jurídico e psicológico; e o Centro Gis e a Casa Arco-íris da Associação Plano I (ILGA Portugal, 2020). A Casa Qui, em dezembro de 2019, abriu um apartamento de autonomização destinado a jovens LGBTI+ forçados/as a sair de casa por causa da sua orientação sexual e/ou identidade de género, que conta com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa (ILGA Portugal, 2020). Já o Centro Gis, localizado em Matosinhos, presta serviços de atendimento a pessoas LGBTI vítimas de violência de género e/ou doméstica, apoio psicossocial, intervenção psicológica individual e em grupo, uma linha telefónica de apoio 24 horas, apoio informativo, jurídico e médico e ainda intervenção na crise (<https://www.associacaoplanoi.org/centrogis/>). Por outro lado, a Casa Arco-íris, está integrada na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, e é uma resposta de acolhimento de emergência, destinada a vítimas LGBTI de violência doméstica, podendo estas estar acompanhadas de filhos, menores ou maiores, e com deficiências. Esta casa tem capacidade para acolher 9 pessoas, proporcionando serviços de alimentação, alojamento e higiene, cuidados de saúde, segurança e proteção, assim como apoio psicológico, social e jurídico (<https://www.associacaoplanoi.org/casa-arco-iris/>).

Outra instituição é a rede ex aequo que apoia jovens LGBTI entre os 16 e os 30 anos, sediada em Lisboa. Tem como objetivos a não discriminação e integração destes jovens na sociedade, e a implementação de estratégias e ações de intervenção que sensibilizem para a educação no âmbito da temática LGBTI+ e a criação de grupos locais de convívio e trabalho. Esta rede realiza vários eventos anualmente e ações de formação nas escolas, onde ensina aos alunos questões relativas à identidade de género e orientação sexual. Para além disto, a partir do site é possível aceder a fóruns e grupos de conversa e apoio a jovens LGBTI+ (<https://www.rea.pt/quem-somos/>).

Ademais, é ainda importante referir ainda a Casa T, um projeto criado em agosto de 2020, que consiste num apartamento em Lisboa que acolhe pessoas trans imigrantes (ILGA Europe, 2021). O projeto é inteiramente financiado através de campanhas de angariação de fundos, não tendo qualquer apoio do estado (<https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2020/09/02/44467-casa-t-uma-casa-para-pessoas-trans-imigrantes-que-nasceu-em-lisboa-em-plena-pandemia;> <https://www.gofundme.com/f/casa-t>).

Posto isto, apesar de Portugal ser um país onde as questões relativas à população LGBTI+ são cada vez mais visíveis e estudadas, e onde as necessidades e bem-estar destas pessoas têm vindo a ser progressivamente consideradas, é necessário realizar estudos onde o foco seja colocado nas experiências subjetivas destes indivíduos, com o intuito de compreender melhor as experiências vividas e, conseqüentemente, ajustar os organismos e leis de forma a estarem mais em concordância com as necessidades da população LGBTI+ ao nível da violência de género, assegurando o bem-estar, segurança e proteção desta população.

De forma a colmatar esta necessidade, o presente estudo configura-se como uma tentativa de aumentar o conhecimento face às experiências vividas desta população ao nível da violência de género, e suas formas, em Portugal, e tem como objetivos: descrever as experiências de violência sofridas, perceber a perceção do impacto destas a curto e longo prazo e compreender se ocorreram alterações desde o início da pandemia e respetivos confinamentos, descrevendo as mesmas.

## Método

### Material e Instrumentos

O presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa, sendo que para a condução do mesmo foi criado um guião e realizada uma entrevista semiestruturada.

Um estudo qualitativo permite perceber com profundidade, detalhe e contextualização os relatos dos sujeitos que constituem a amostra (Moré, 2015), isto é, perceber como as experiências das pessoas são moldadas pela suas perspetivas subjetivas e socioculturais, ou seja, os seus diferentes pontos de vista consoante as circunstâncias, a forma como as pessoas dão ativamente sentido às suas experiências, e os fatores e processos psicológicos, socioculturais e linguísticos que influenciam o processo da criação de significado (Wilkinson et al., 2004). Para além disto, este tipo de metodologia permite ainda proporcionar *insights* sobre fatores que inicialmente não foram considerados relevantes para a temática a ser estudada (Wilkinson et al., 2004), o que permite uma exploração do tema a abordar, no caso do presente estudo: a violência de género na população LGBTI+, no contexto português.

Como método de recolha de dados, foi escolhida a entrevista semiestruturada pois esta constitui-se como uma forma de diálogo entre o entrevistado e entrevistador (Moré, 2015), que permite perceber as experiências vividas, os sentimentos (Flyan, 2005; Wilkinson et al., 2004), pensamentos (Flyan, 2005), valores, atitudes, opiniões (Minayo, 2009; Wilkinson, Joffe, & Yardley, 2004), crenças e representações (Wilkinson et al., 2004) dos entrevistados relativamente a uma temática (Moré, 2015; Wilkinson et al., 2004) – neste trabalho em específico, relativamente à violência de género. Para além disto, este tipo de entrevista permite uma conversa mais informal entre o entrevistador e o entrevistado, o que leva a que seja possível explorar uma temática, com detalhe, precisão e profundidade, retirando o maior número possível de informação sobre o tema, sem, no entanto, se perder a direção e foco do mesmo (Boni & Quaresma, 2005). Como tal, a entrevista semiestruturada configura-se como o tipo de entrevista ideal para a condução do presente estudo, pois permite a obtenção das opiniões, atitudes, comportamentos, crenças e vivências dos entrevistados numa abordagem exploratória.

Para a condução da entrevista, foi construído um guião (Anexo A), visando os objetivos do estudo, onde foram identificados sete grandes temas a estudar, sendo eles: o processo de *coming out* e suas dificuldades; experiências de violência de género nos contextos familiar, social, escolar, laboral, espaços públicos e internet/redes sociais; as estratégias de proteção desenvolvidas pelos participantes; as consequências destas experiências de violência nos indivíduos e nas pessoas que lhes são próximas; o conhecimento face a instituições de apoio;

os efeitos da pandemia; e considerações e opiniões face às experiências vividas e ao contexto onde os sujeitos se encontram e vivem – nomeadamente, o contexto português.

O guião da entrevista é composto por dezoito perguntas principais abertas, e quinze perguntas complementares, estas últimas criadas para ajudar a redirecionar os participantes, caso estes se afastem dos temas questionados. No entanto, aquando da construção do guião não foi tido em consideração a quantidade de perguntas relativas a cada tema.

## **Participantes**

A amostra do presente estudo é constituída por dezanove indivíduos – cinco do sexo feminino, onze do sexo masculino, dois homens transgénero e uma pessoa que se identifica como não-binária -, com idades compreendidas entre os 20 e os 44 anos ( $M = 27.65$ ,  $DP = 7.37$ ). Ao nível da orientação sexual, cinco participantes identificam-se como bissexuais; nove identificam-se como homossexuais; um como pansexual; e um como bissexual e demisssexual – como se pode ver na tabela 1. Já ao nível da ocupação profissional, aquando da realização das entrevistas, cinco participantes são estudantes universitários, um está desempregado, dois estão a tirar um doutoramento e os restantes estão a trabalhar nas áreas da saúde, marketing e comunicação, atendimento ao público e turismo, sendo que nove destes têm um curso superior. Já ao nível do estatuto socioeconómico, três participantes referiram que são de classe média-alta, um de classe média e um de classe média-baixa. Para além disto, seis participantes relataram estar em relações amorosas, sendo um deles casado, outro em união de facto e um divorciado. É ainda importante referir que a maioria dos participantes, aquando da realização das entrevistas, vive na zona de Lisboa e arredores, no entanto, muitos deles relataram que cresceram em zonas diferentes às quais atualmente vivem, nomeadamente: Porto, Coimbra, Albufeira, Santarém, Alfarelos e Vila Nova de Gaia.

O método de amostragem utilizado foi o por conveniência e bola de neve, sendo que os critérios de exclusão foram os seguintes: os participantes serem menores de idade; serem heterossexuais e cisgénero; estarem em fase de questionamento; e não viverem em Portugal. A fase de questionamento configura-se como uma fase em que o indivíduo explora e questiona a sua sexualidade e/ou identidade de género (Mardell, 2016). Como tal, consideramos que os indivíduos que se encontram nesta fase, apesar de fazerem parte da população LGBTQIA+, apresentam um conjunto de características e vivências que podem comportar especificidades próprias e particulares desta fase e, como tal, decidimos excluir do presente estudo.

## **Procedimento**

### ***Procedimento de Recolha de Dados***

O presente estudo teve parecer positivo da Comissão de Ética do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (ISPA-IU).

O recrutamento dos participantes foi realizado através da publicitação do estudo numa organização e num site de notícias – a ILGA Portugal e o dezanote.pt, respetivamente – sendo que à primeira instituição foi pedido que partilhasse o presente estudo na sua *mailing list* e no seu Arquivo de Estudos, e à segunda nas suas redes sociais e site. A partilha do estudo foi feita através de um link, associado a um formulário da google (Anexo B), onde estavam explicados os objetivos do estudo, o modo de recolha dos dados, assim como as questões relativas à privacidade e confidencialidade da identidade dos participantes e dos dados recolhidos. Para além disto, neste formulário ainda era pedido o nome e contacto telefónico ou email dos indivíduos que aceitassem participar, para posterior contacto.

Após isto, os indivíduos foram contactados e acordou-se um dia e hora para a realização das entrevistas, consoante a disponibilidade dos entrevistados e da entrevistadora. Após isto, foi enviado um email ou mensagem aos participantes com o Consentimento Informado (Anexo C), partilhado através de um link, e os dados para ingressarem na videochamada, que foi realizada via Skype. Este email ou mensagem foi enviado no dia acordado para a realização da entrevista, umas horas antes da realização da mesma.

Para além disto, foi pedido a alguns participantes, no final da entrevista, que divulgassem o presente estudo junto de pessoas LGBTI+ que conhecessem.

### ***Procedimento de Análise de Dados***

Todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio com um dispositivo móvel – telemóvel da entrevistadora – sendo que as gravações foram iniciadas antes do início da videochamada e terminadas após o término desta. Posteriormente, deu-se início à transcrição total das mesmas. Esta transcrição focou-se apenas nas palavras ditas (*verbatim*), e não na forma como foram ditas (Howitt, 2016), tendo sido transcrito todo o discurso, independentemente de ser ou não relevante para a presente investigação, no entanto, foram corrigidos possíveis erros ortográficos de expressões ou palavras ditas incorretamente. Para além disto, foram acrescentadas, entre parêntesis retos, palavras que não foram ditas pelos participantes, mas que permitem uma melhor compreensão do discurso dos mesmos. Foi escolhido este método de

transcrição uma vez que é o que melhor se enquadra no propósito da presente investigação – perceber as vivências de violência de género desta população.

As entrevistas foram realizadas entre maio de 2021 e fevereiro de 2022 e tiveram uma duração total de 14 horas, 2 minutos e 18 segundos – a entrevista mais curta foi de 15 minutos e a mais longa de 66 minutos e 5 segundos.

A metodologia de análise de dados escolhida foi a Análise de Conteúdo, uma vez que esta permite analisar textos e documentos – como, transcrições de entrevistas semiestruturadas – descrevendo e interpretando o conteúdo dos mesmos, de uma forma sistemática, objetiva e replicável (Bardin, 1977). Esta análise, em detalhe, do que é relatado pelos participantes, permite perceber os temas que mais se destacam e os significados atribuídos aos mesmos (Moré, 2015). Após isto, foram definidas as categorias, que emergiram quer dos objetivos do estudo, como dos dados recolhidos das entrevistas, aquando da leitura flutuante, tendo sido ajustadas sempre que necessário – e dando origem a uma grelha de categorização, de tipo dedutivo-indutivo (Anexo D). As unidades de registo foram definidas como as ideias retiradas das transcrições das entrevistas.

Posteriormente, foi garantida a fiabilidade do estudo através da concordância entre juízes. Inicialmente, foi pedido ao juiz independente que recortasse e codificasse a transcrição de uma entrevista e partes de transcrições de outras, tendo em conta as categorias e subcategorias definidas na grelha de categorização, assim como as suas descrições. Após isto foi discutido a codificação realizada (quer pelo juiz independente como pelo codificador), até se chegar a um consenso. Este consenso foi medido através da fórmula recomendada por Esteves (2006) e Vala (1986) (citado por Lima, 2013), sendo este valor, em termos percentuais, de 98,2%.

## Resultados

Numa primeira fase será abordada a distribuição das unidades de registo e o número de categorias codificadas por cada participante, como se pode ver na tabela 1. Posteriormente, será abordado o somatório das unidades de registo em cada categoria e subcategoria, assim como, o resumo do material obtido em cada subcategoria. É importante salientar que os códigos utilizados foram definidos de acordo com os objetivos do estudo e do material obtido nas entrevistas.

**Tabela 1.**

*Categorias e unidades de registo codificadas por participante e duração das entrevistas*

Participante	Identidade de Género	Orientação Sexual	Nº de Unidade de Registo Codificadas	Nº de Categorias Codificadas	Duração da Entrevista
E1	Mulher	Bissexual	45	15	00:41:06
E2	Homem	Homossexual	39	15	00:48:04
E3	Homem	Gosta de Homens	56	16	1:05:58
E4	Homem	Homossexual	56	16	1:00:49
E5	Homem	Homossexual	39	15	00:29:51
E6	Homem	Homossexual	36	15	00:55:56
E7	Homem	Homossexual	39	16	00:29:24
E8	Homem	Bissexual e Demissexual	49	15	1:03:56
E9	Homem	Homossexual	49	16	00:51:31
E10	Não-binária	Lésbica	37	16	00:34:18
E11	Homem	Homossexual	34	15	00:54:36
E12	Homem	Homossexual	36	15	00:43:28
E13	Mulher	Homossexual	54	15	1:06:05
E14	Mulher	Bissexual	44	14	00:51:04

E15	Homem	Bissexual	27	15	00:22:52
E16	Mulher	Bissexual	28	15	00:15:36
E17	Mulher	Bissexual	40	16	00:35:16
E18	Homem	Gosta de	44	16	00:41:02
E19	Transgénero	Mulheres	34	16	00:29:04
	Homem	Pansexual			
	Transgénero				

Para a realização da Análise de Conteúdo o material das entrevistas foi organizado por temas constantes e, como tal, criado uma grelha de categorização, que conta com três níveis de categorias e subcategorias, como se pode identificar na tabela 2. Nesta, está também presente o somatório das unidades de registo em cada categoria e subcategoria, assim como, a quantidade de participantes que codificou em cada uma.

De seguida apresenta-se um resumo detalhado do material encontrado e analisado em cada subcategoria.

## **Tabela 2.**

*Categorias e subcategorias da grelha de categorização, contabilização das respetivas unidades de registo, e da quantidade de participantes que codificaram em cada subcategoria*

Categorias		Subcategorias	Nº de participantes que codificaram em cada subcategoria
1. Violência de Género – 629ur	1.1. Experiências de Violência – 387ur	1.1.1. Aceitação de si mesmo – 69ur	19
		1.1.2. Contexto Familiar – 58ur	19
		1.1.3. Contexto Social – 73ur	19
		1.1.4. Contexto Escolar – 34ur	14
		1.1.5. Contexto Laboral – 39ur	16
		1.1.6. Espaços Públicos – 88ur	19

	1.1.7. Redes Sociais/Internet – 26ur	19
1.2.Estratégias de Proteção – 146ur	1.2.1.Comportamentais – 100ur	19
	1.2.2.Queixa e Pedido de Ajuda – 46ur	19
1.3.Impacto – 96ur	1.3.1.No próprio – 78ur	19
	1.3.2.Nos que são próximos – 18ur	15
2.Contexto Social Atual – 154ur	2.1.Conhecimento face a Instituições de Apoio – 19ur	19
	2.2.Efeitos da Pandemia – 20ur	19
	2.3.Sociedade Portuguesa – 45ur	19
	2.4.Motivos que levam à violência e discriminação – 40ur	19
	2.5.Sugestões para a mudança social – 30ur	19

## Violência de Género

### *Experiências de Violência*

**Aceitação de si mesmo.** Esta subcategoria diz respeito ao processo de aceitação de si mesmo, incluindo o processo interior de compreensão, aceitação, medos e experiências vividas, pelo qual a pessoa passou até “descobrir” a sua orientação sexual, identidade de género ou outro aspeto relativo a si mesma. Engloba também as dificuldades experienciadas e sentimentos de à-vontade – ou falta dele – em realizar certos comportamentos e atitudes do foro afetivo.

O material obtido nesta categoria divide-se entre aspetos relativos à aceitação de si mesmo ou *coming out* interno – processo de descoberta e aceitação do participante relativamente à sua sexualidade e outros aspetos de si mesmo -, e aspetos face ao *coming out* para os outros – ou seja, medos sentidos e dificuldades internas antes e aquando do *coming out* para outras pessoas.

Relativamente aos aspetos relativos à aceitação de si mesmo, os participantes relatam que a exploração da sua orientação sexual e identidade de género desencadeou-se entre a adolescência e início da vida adulta (entre os 11 e os 24 anos), no entanto, alguns relatam que sempre souberam. Esta exploração culminou primeiro na aceitação da sua própria sexualidade e posteriormente no *coming out* a outras pessoas. Ao nível da aceitação da sua sexualidade os

participantes relataram ter existido alguns medos e dificuldades, nomeadamente, falta de contacto com pessoas LGBTI+ durante o crescimento, o que levou ao não conhecimento de certos termos e não terem com quem conversar sobre as suas dúvidas e experiências, gerando alguma ansiedade. Sendo que, por a homossexualidade não ser algo comum ou ser considerado algo errado no meio em que cresceram, fez com que durante o processo de exploração, tivessem sentimentos incongruentes de se quererem aceitar a si mesmo, mas também, por influência dos outros e do contexto em que cresceram, a odiarem-se, a culparem-se e a questionarem se o que sentiam era “normal”, o que, conseqüentemente, originou medo de ficar sozinho, de não ser aceite, de ser abandonado pela família e de perder o seu estatuto social. Isto resultou no recalçamento e repressão de pensamentos e atração que sentiam, e na alimentação de uma heterossexualidade que não tinham – incluindo forçar-se a gostar de pessoas do sexo oposto, fingindo isto para os amigos; e vestir-se de uma forma mais feminina, no caso das raparigas – sendo que, isto fez com que os participantes só aceitassem a sua sexualidade anos mais tarde. É ainda importante referir que muitos participantes relataram também que foi durante a adolescência que ouviram os primeiros insultos dirigidos a pessoas homossexuais, e a conotação negativa associada a gostar de pessoas do mesmo sexo – sendo apenas nesta altura que começaram a sentir preconceito.

No caso particular dos participantes transgénero, um relata que tentou informar-se sobre a transexualidade, mas que a informação disponível era muito pouca, o que fez com que só fizesse o *coming out* anos mais tarde; já o outro relata que só após ver uma reportagem na televisão sobre transexualidade é que percebeu que era uma pessoa trans.

Para além disto, muitos relatam que quando eram mais novos havia “sinais” das suas orientações sexuais ou identidades de género, mas que não os compreenderam ou não os “viram” na altura, sendo estes baseados em estereótipos tipicamente associados a pessoas homossexuais ou, no caso dos participantes transgénero, muita frustração com as características sexuais secundárias (ex: menstruação) e existência de comportamentos “típicos” do género com o qual se identificam. Para além disto, um participante relatou ter-se sentido “diferente”, não porque achava a sua orientação sexual diferente, mas porque percebeu que a maior parte das pessoas eram heterossexuais e que o facto de ele ser gay era um problema para os outros.

*“O meu processo foi bastante complicado porque eu infelizmente e já desde os meus catorze anos tinha noção que alguma coisa se passava comigo, mas na altura não sabia o que é que onde é que pertencia, digamos, andava assim meio perdido, não é, andei em busca de informações, não havia muita também então eu acabei por fazer o meu*

*coming out só aos dezanove anos, o que para mim foi muito doloroso esperar tanto tempo (...)*” (18.HT\_GM\_23)

*“Ahh o que foi mais difícil... primeiro foi mais difícil aceitar-me a mim porque havia muitas coisas que, como sabes não é, diziam à volta que era errado e não era uma coisa correta e não percebia porquê que tinha de incorreto, pois fomos no meio em que se há alguma coisa diferente é mau e era um bocado difícil estar constantemente a ouvir que [o que] eu podia ser era mau e eu não conseguir mudar isso, isso é um processo um bocado... ao mesmo tempo que queres aceitar, mas as outras pessoas também te fazem odiar um bocado a ti mesmo, depois tem a ver com as outras pessoas, o medo de ficares sozinho, de seres abandonado pela tua família ahh e muita gente não tem a sorte que eu tive, não é? (...)*” (7.H\_H\_26)

Relativamente aos aspetos do *coming out* para outras pessoas os participantes relatam ter medo que lhes fizessem *outing*, de não serem aceites e de desiludir os outros, em particular a família, pois se não tiverem o apoio destes podem não se conseguir sustentar financeiramente, e porque, se os familiares, que são as pessoas que mais devem amar os participantes, não os aceitam então existe a perceção de que os outros também não irão fazê-lo. Este medo de ser rejeitado leva a que, por vezes, os indivíduos vivam vidas paralelas, que não se podem conciliar, o que é algo muito violento e doloroso, principalmente na adolescência, porque a pessoa não está preparada para ser rejeitada. Contrariamente, um participante relatou não ter sentido este medo porque já era adulto e tinha independência financeira. Ademais, é importante referir que um participante em particular referiu que quando era mais novo tinha muito medo de ser insultado, discriminado ou agredido, mas esses medos foram-se dissipando porque considera que quando a pessoa “está no armário” sente-se mais vulnerável e suscetível a algum comentário ou discriminação e quando a orientação sexual passa a ser algo mais natural no dia-a-dia e a pessoa passa a viver melhor com isto, os medos tendem a dissipar-se.

Para além disto, os participantes relatam que o mais importante é a pessoa aceitar-se a si mesma e ganhar coragem para contar a outras pessoas, sendo que não existe apenas um *coming out*, mas sim vários ao longo da vida, ou seja, não é algo que se faz apenas uma vez, mas sim um processo que é contínuo e constante ao longo da vida. Este *coming out* apenas foi feito após as primeiras experiências e após se sentirem confortáveis com a sua sexualidade, sendo que as maiores dificuldades foram: encontrar a altura e as pessoas certas para fazerem os primeiros *coming outs*; e as possíveis consequências dos mesmos.

Os participantes referem que atualmente não sentem constrangimentos em falar da sua sexualidade ou companheiro/a, incluindo com estranhos – sendo que um em particular, refere que esta normalização que faz da sua homossexualidade, ajuda a normalizar a mesma para com outras pessoas. No entanto, um participante refere que ainda sente muitos sentimentos de culpa, e associa isto ao trauma queer. Já outro relata que as primeiras experiências e o primeiro contacto com a comunidade são muito importantes pois influenciam o desenvolvimento pessoal do indivíduo – em particular, um participante referiu que o ver pessoas que viviam confortáveis com a sua sexualidade, aquando do seu *coming out*, deu-lhe coragem, para se aceitar e contar a outras pessoas, e ajudou-o posteriormente a lidar com o *bullying* que sofreu.

*“Eu acho que nós temos uma grande vontade de ser socialmente aceites, ou seja, ser aceites como somos, ou seja, eu acho que isso é algo que toda a gente quer ahh e no meu processo ah respondia-me eu, toda a gente, eu acho que quando passamos por esse processo nós sentimos que fazemos uma vida para determinados amigos e determinada família e fazemos uma vida paralela com outros amigos e parece que as duas vidas não se podem conciliar e isso emocionalmente é muito violento é violento nós sentirmos que podemos ser rejeitados pelos nossos amigos ou que podemos ser rejeitados pela nossa família ahh e isso, esse medo da rejeição eu acho que é muito doloroso, especialmente na adolescência porque somos miúdos e não estamos preparados para ser excluídos pela nossa família ou rejeitados pela nossa família e havia, eu tinha bastante esse medo, que isso pudesse acontecer” (2.H\_H\_40)*

**Contexto Familiar.** Esta subcategoria diz respeito aos conteúdos relacionados com o processo de *coming out* dos entrevistados às suas famílias, assim como, as consequências e dificuldades sentidas e as considerações face ao mesmo. Incluiu-se também outras situações não diretamente relacionadas com o *coming out*, desde que ocorridas neste contexto.

Todos os participantes referem ter feito *coming out* a pelo menos um dos familiares, sendo que a maioria fez *coming out* aos pais e aos irmãos, e alguns referem que também fizeram aos avós, primos e cônjuge: dezoito entrevistados fizeram *coming out* à mãe (seis referem que esta reagiu bem e oito relatam o oposto); doze ao pai (cinco destes relataram que o pai reagiu bem e quatro referem o oposto); seis aos irmãos; três aos avós (um refere que estes não reagiram bem); um aos primos; e um ao cônjuge. Dentro das reações descritas destacam-se: boas reações e apoio dos familiares; más reações e/ou não aceitação da sexualidade dos filhos, em particular pelos pais (progenitores masculinos); uma primeira má reação e algum conflito inicial que, após

um período de aceitação, se diluiu, principalmente por parte das mães (progenitoras femininas); serem maltratados e expulsos de casa pelos pais; e uma participante referiu que se sentiu discriminada pela mãe – a mãe chamou-a de “badalhoca”. Já ao nível das consequências a longo prazo do *coming out*, as consequências positivas relatadas são: aceitação da relação amorosa com parceiros do mesmo sexo, sendo esta tida com normalidade dentro do seio familiar; mudança de perspectiva dos familiares sobre a homossexualidade e outras temáticas, com aumento da tolerância e compreensão destes, face àquilo que não conhecem. Já as consequências negativas relatadas são: violência psicológica perpetrada pelos familiares; a não aceitação da orientação sexual, o que leva os participantes a não poderem ser eles mesmos ao pé dos familiares ou não se relacionarem atualmente com os mesmos e, num participante em particular, levou à separação dos pais. São também relatadas consequências a longo prazo que apesar de não serem negativas são sentidas como não ideais pelos participantes, nomeadamente: melhor reação e aceitação dos familiares, com alguma convivência entre estes e os parceiros românticos dos participantes, mas não são abordados certos assuntos, nem é permitido aos participantes terem comportamentos de afeto com os seus parceiros à frente dos familiares.

Para além disto, dois participantes relataram ainda outras situações não diretamente relacionadas com o *coming out*, mas que ocorreram também em contexto familiar: uma participante relata que sofreu violência doméstica com a ex-companheira; e outro relata que sofreu violência psicológica numa relação amorosa que teve anteriormente, referindo também que ele e o marido – que é negro – ouviram alguns comentários e reações estranhas, vindas de familiares, por serem um casal interracial.

Por último, dois participantes teceram reflexões sobre fazer o *coming out* aos familiares, nomeadamente: que o não viver na mesma casa que os pais e o ser mais velho ajudou a diluir os conflitos desencadeados pelo *coming out*; que a dificuldade de aceitação da mãe provinha do medo que esta sentia face à violência que o participante poderia experienciar; e que o ter feito o *coming out* e ter normalizado a relação amorosa com a sua família levou a que esta também normalizasse a homossexualidade, o que faz com que os sobrinhos do participante estejam a crescer num ambiente menos conservador e mais tolerante.

*“[depois de a minha mãe saber que eu namorava com uma rapariga] eu acabei por ser expulsa de casa dois, três dias se calhar um bocadinho mais para ser sincera ahh mas felizmente que depois tive um pai que soube impor-se à minha mãe, foi a única vez que o meu pai se impôs de alguma maneira à minha mãe ahh e aceitou-me de volta pronto”*  
(10.NB\_L\_27)

**Contexto Social.** Esta subcategoria diz respeito aos conteúdos relativos ao processo de *coming out* aos amigos e outras pessoas com quem o entrevistado se relaciona socialmente e suas consequências, incluindo também dificuldades e considerações face ao mesmo, assim como, qualquer outra experiência ou situação ocorrida neste contexto, desde que caia dentro da violência de gênero.

Dos participantes que codificaram unidades de registro nesta subcategoria, todos referiram que fizeram *coming out* para os amigos, sendo que três destes referiram só ter feito aos amigos mais próximos, e que alguns amigos souberam porque lhes fizeram *outing*. Alguns participantes referiram que o *coming out* aos amigos foi feito de forma gradual (fizeram a um amigo, depois a outro e a outro), sendo que muitos o fizeram primeiro aos amigos e só posteriormente à família. Ao nível das reações destes destacam-se: aceitação; alguma surpresa, admiração ou choque inicial, que depois se dissolveu; sentimento por parte da pessoa entrevistada que os amigos já sabiam antes de lhes fazerem o *coming out*; afastamento e perda de amigos; e tratamento diferenciado após fazer o *coming out*, motivado por homofobia. Estas duas últimas foram as fontes causadoras de maior desconforto e dificuldades no *coming out* aos amigos e pessoas conhecidas. Ademais, um participante relatou uma situação em que se sentiu discriminado antes de fazer o *coming out* – os amigos referiram que se descobrissem que um amigo seu era homossexual deixavam de ser amigos dessa pessoa.

Já relativamente às situações ocorridas neste contexto que não estão diretamente relacionadas com o *coming out*, os participantes relatam que as pessoas tendem a falar deles nas suas costas, principalmente nas localidades pequenas em que nasceram, são questionados com alguma frequência sobre assuntos de cariz íntimo (ex: como é que faz sexo, sendo uma mulher lésbica) e amigos que têm atitudes discriminatórias que, apesar de não terem sido direcionadas para os participantes, são discriminatórias para com estes, como: o uso de termos, expressões e comentários pejorativos para se referirem a pessoas homossexuais ou transexuais; referirem que os participantes são “diferentes” das outras pessoas LGBTI+; assumirem que os participantes gostam de pessoas do mesmo sexo baseado em estereótipos (como ser um rapaz e ter muitas amigas raparigas); tentarem “pôr no armário” a pessoa entrevistada em certas situações e contextos; e assumirem que os participantes vivem de uma determinada forma por fazerem parte da população LGBTI+. Para além disto, um participante que está casado com um homem negro, refere que os amigos agem de uma forma que desconsideram as origens e cor da pele do marido. É ainda importante referir que nove participantes relataram terem-lhes feito *outing*, no entanto, alguns referem que isto não ocorreu de forma propositada, mas sim com o

intuito de os descrever, utilizando as suas orientações sexuais como característica salientadora ou, no caso de rapazes homossexuais, as amigas contaram a outras raparigas, para que estas se sentissem mais confortáveis. No entanto, todos os participantes referem que sentiram isto como injusto e não gostaram que lhes tivessem feito *outing*, sendo que um participante refere que alguns amigos pressionam para que este faça o *coming out* e outro reflete sobre os perigos do *outing*.

Ao nível das situações testemunhadas ou ocorridas com pessoas suas conhecidas, os participantes relatam que têm amigos e conhecem pessoas que experienciaram discriminação, violência de género e violência verbal – em particular: transfobia, homofobia e racismo -, incluindo pessoas mais jovens e/ou com uma expressão de género não heteronormativa, sendo que a violência verbal também acontece dentro da própria comunidade LGBTI+.

Por último, alguns participantes tecem ainda algumas reflexões, nomeadamente: que o *coming out* é algo que tem de ser feito sempre que conhecem pessoas novas, pois estas assumem que a pessoa é heterossexual; que fazer o *coming out* aos amigos é mais fácil pois estes têm a mesma idade e compreendem melhor as várias orientações sexuais, e respeitam; que a discriminação existente ocorre sobretudo ao nível social; e que falar abertamente sobre a orientação sexual, mesmo com pessoas que mal se conhece, ajuda a desmistificar o preconceito existente.

*“Okay ahh a questão dos comentários sim, mas lá está também acho que não farão dirigido com intensão de ser pejorativo, foi algo imagina ‘podes ser gay, mas não sejas bicha’ ou então ‘que desperdício seres gay’ ou ahh pronto é muito aquelas frases que se usam que as pessoas até pensam que podem estar a dizer alguma coisa favorável, mas não estão é só parvo e às vezes chateia ahh penso que seria por ai o que possa ter sentido mais é esses comentários, essas microagressões, essas pequenas expressões que afetam mais (...)” (5.H\_H\_22)*

*“Humm, às vezes quando eu vou lá acima à minha terra ahh como eu pronto fui a primeira pessoa trans a assumir-se assim num raio de trinta quilómetros ahh e como é uma aldeia e toda a gente se conhece e pronto claro que já estive em sítios em que as pessoas falavam ‘ah olha aquele é o rapaz trans, filho da enfermeira R e do professor F sabe?’ pronto, pronto o que as pessoas fazem normalmente e têm muita mania de fazer isso ahh mas fora isso acho que não nunca tive assim nenhum problema.” (19.HT\_Pan\_20)*

**Contexto Escolar.** Esta subcategoria diz respeito aos conteúdos relativos ao processo de *coming out* e suas consequências no contexto escolar – i.e. na escola e/ou faculdade – assim como, as possíveis dificuldades sentidas nas relações com os pares, professores e outros elementos deste contexto. Inclui também outras situações ocorridas não diretamente ligadas ao *coming out*, assim como, considerações pessoais face a fazer o *coming out* neste contexto.

Dos participantes que codificaram nesta subcategoria: dois referiram ter feito o *coming out* na escola, dois referiram não o ter feito na escola; quatro referiram tê-lo feito na faculdade e um referiu não o ter feito na faculdade. As justificações para não terem feito o *coming out* foram: não quererem que a sua sexualidade pusesse em causa alguma experiência social académica; e por ainda não saberem a sua orientação sexual, quando andavam na escola. As consequências relatadas são: sofrer de *bullying*; sentimento de desconforto quando professores faziam a chamada de presença e usavam o *dead name* (nome atribuído à nascença, com o qual a pessoa não se identifica); e dificuldade em professores e colegas se adaptarem, por ser a primeira pessoa a assumir-se como transgénero na escola.

Ao nível das situações não diretamente relacionadas com o *coming out*, sete relatam situações discriminatórias e seis referem não se terem sentido discriminados, sendo que dois referiram ter-se sentido discriminados na escola, mas não na faculdade. Justificam o não terem sido discriminados por praticarem artes marciais, o que dificultava fazerem-lhes *bullying* e por na faculdade que frequentavam a homossexualidade ser mais aceite.

Dos participantes que relataram situações discriminatórias, quer ocorridas com eles próprios como testemunhadas, estas dividem-se em situações ocorridas na escola e situações ocorridas na faculdade. Nas primeiras os participantes relatam ter passado por: *bullying*; violência física e verbal; serem postos de parte e excluídos pelos pares; receberem alcunhas femininas (no caso dos rapazes); fazerem-lhes rasteiras; apertarem-lhes os mamilos e irem nus para cima do participante, nos balneários. Um outro participante refere ainda que várias pessoas lhe fizeram *outing* após fazer o *coming out* na escola; já outro – que é um homem trans – relata que sofreu de *bullying* porque o percecionavam como uma rapariga homossexual. Um participante refere ainda que pessoas que fizeram o *coming out* na mesma escola posteriormente a ele, tiveram uma experiência mais positiva, comparativamente à sua. Nas situações ocorridas na faculdade, dois participantes relatam que: sentiram homofobia e preconceito, sob a forma de comentários, por parte de colegas de curso; testemunharam colegas serem discriminados por terem uma expressão de género não heteronormativa; e um em particular refere que se sentiu prejudicado por professores, mas que não tem a certeza se foi devido a ser uma pessoa

transgênero ou se estes “não foram com a sua cara”. Um participante relatou que testemunhou uma colega que era negra e lésbica ser vítima de agressões verbais e violência física por parte de colegas. Já outro está a tirar um doutoramento e refere que não sente constrangimentos em falar do seu companheiro.

Por último, também é importante referir que dois participantes refletem sobre diferentes experiências que tiveram no seu percurso escolar, nomeadamente: um passou a viver noutra localidade portuguesa quando foi para a faculdade, e sentiu que o preconceito era semelhante, apesar de a forma de ocorrer ser diferente – no secundário e na sua terra natal era uma violência mais física, sendo que quando foi para a faculdade era mais social e pessoal, sob a forma de comentários; já o outro refere que quando estudou em Inglaterra sentiu-se melhor recebido pela faculdade, do que quando estudou em Portugal.

*“Ahh antes do secundário também houve algumas situações de estarmos davam-nos alcunhas, davam-me alcunhas mais femininas, porque eu não gostava de futebol e porque não jogava, não jogava com os rapazes a outras coisas ahh também tive algumas situações estranhas de balneários ahh tipo as pessoas irem nuas para cima de mim, com o órgão sexual (...) mas assim mais era olhe já me apertaram os mamilos quando eu era mais pequenino na escola, faziam-me rasteiras, esse tipo de coisas que é muito normal quando parecemos diferentes da norma porque eu era mais talvez não sei assim mais ahh” (7.H\_H\_26)*

*“Ahh já senti ahh alguma homofobia por parte de alguns colegas ahh nomeadamente na licenciatura ahh soube da existência de grupos com algumas pessoas na turma onde utilizavam alguns nomes menos agradáveis ahh, ou seja, uma cena super infantil para quem já está na universidade a tirar um curso de psicologia porque estamos a falar de colegas do nosso curso ainda por cima ahh da parte de professores ou assim nunca senti ahh absolutamente nada” (17.M\_B\_22)*

**Contexto Laboral.** Esta subcategoria diz respeito ao *coming out* em contexto laboral, ou seja, se o indivíduo fez ou não o *coming out* nos vários locais de trabalho, assim como, as consequências e possíveis dificuldades deste ao nível da relação e interação com os colegas, chefias e outros elementos deste contexto. Incluindo também outras situações não diretamente relacionadas com o *coming out*, assim como, considerações pessoais face a fazer o *coming out* neste contexto.

Dos participantes que codificaram nesta categoria, cinco relataram ter feito o *coming out* no seu local de trabalho, atual ou passado, e sentem que não foram prejudicados nem maltratados por isto. Já quatro referiram não o ter feito, destes: um sofreu *outing* e outro refere que não sente constrangimentos em falar da sua orientação sexual, nem a esconde. Estes justificam não o ter feito por trabalharem num local que era conservador e por não quererem que a sua orientação sexual interfira com o seu trabalho, nem com a percepção que os outros têm de si.

Ao nível das situações não relacionadas diretamente com o *coming out*, quatro participantes relataram situações discriminatórias que passaram, e nove referem nunca se terem sentido prejudicados, maltratados ou desrespeitados, quer por colegas, utentes ou clientes, nos seus locais de trabalho, nem sentiram nenhuma impossibilidade de aceder a determinado cargo ou a alcançar qualquer objetivo profissional. Justificam isto por terem trabalhado em áreas onde é expectável a existência de pessoas homossexuais, e em empresas tolerantes, multiculturais e defensores de minorias. Os restantes relatam ter experienciado: assédio sexual por parte de um superior (que era também um homem homossexual); julgamento e comentários negativos “nas costas”, por parte de colegas e chefias diretas – no caso particular de um participante, apesar de a situação ter sido resolvida o seu contrato de trabalho não foi renovado; receber comentários desagradáveis de colegas em tom de piada; sofrer violência verbal e tentativa de agressão no decorrer das suas funções; e ter fotos suas, em tronco nu, partilhadas entre colegas, identificando o participante como sendo “o gay”. Para além disto, um participante relata ainda que já sentiu discriminação, mas que esta não foi óbvia nem declarada, sendo perpetuada pelas chefias (todas homens heterossexuais), que geriam a empresa mantendo os seus privilégios, o que levou a que este se sentisse mais aceite na empresa, por ser um homem mais masculino, comparativamente a um colega seu que era mais afeminado.

Para além disto, os participantes relataram também situações não diretamente relacionadas com eles, mas que testemunharam e/ou têm conhecimento, nomeadamente: colegas a tecerem comentários discriminatórios; discussões entre colegas onde, para ofender o outro, chamam “bicha” e “gay”; e o caso de um rapaz transgénero que foi agredido e despedido, após revelar a sua identidade de género. Sendo também referido uma dificuldade em encontrar emprego, em particular em pessoas que saem fora dos padrões que a sociedade estabeleceu (ex: ser homem e gay a trabalhar numa área dominada por profissionais mulheres), mas também em pessoas negras, e em pessoas transgénero – estas últimas, principalmente em empregos de atendimento ao público.

Por último, uma participante considera ainda que se vivesse numa localidade mais pequena que iria sentir dificuldades ao nível profissional; um participante que trabalha na área da saúde em contexto hospitalar, refere que existe ainda falta de conhecimento e sensibilidade por parte de alguns profissionais para com alguns utentes, o que leva à existência de preconceitos; e outro relata que atualmente sente mais a existência de preconceito benevolente em contexto laboral.

*“Sim, tive duas questões, tive numa questão que trabalhava numa loja de roupa em que ahh tinha uma responsável e ela, por alguma razão soube que eu era homossexual e a próprias pessoas ela começou a fazer comentários negativos nas minhas costas ahh e foi uma colega minha que se calhar a colega mais próxima que me disse ‘olha sabias que a x está a dizer que: olha então o Ricardo é larilas, é maricas? Não sei quê, não sei que mais’ [e eu fui falar com ela e ficou tudo bem] mas por causa deste conflito eu depois não tive o meu contrato renovado na altura (...)” (4.H\_H\_36)*

*“Eu eu tenho a certeza absoluta que se abrir alguma vaga para trabalhar, por exemplo, numa coisa que seja atendimento ao público, que seja para dar a cara, numa loja, entre eu e a A [que é uma mulher trans], embora a A seja lindíssima tenha documentação já ahh de mulher e tudo mais depressa me põem a mim que põem a A, se for num 38de center, onde não se vê caras claro que metem ahh é porque infelizmente à muito preconceito olhe é tão simples quando isso, (...)” (1.M\_B\_44)*

**Espaços Públicos.** Esta subcategoria diz respeito a todas as situações ocorridas em espaços públicos ou estabelecimentos que acesso ao público.

O material obtido nesta subcategoria divide-se em situações ocorridas na rua, em determinados espaços e/ou a receber determinados serviços e algumas considerações e reflexões. Sendo que um participante refere que nunca experienciou nenhum dos casos de violência de género questionados, já outro relatou que experienciou todos.

Ao nível dos afetos realizados com parceiros íntimos ocorridos na rua, grande parte dos participantes referiram que escolhem ou já escolheram os sítios públicos onde ter estes comportamentos, quer por algum pudor, quer por receio de receber ou por já ter recebido, no passado, olhares e comentários de outras pessoas, em particular, no caso das mulheres, quando estão com as suas namoradas são abordadas por homens – sendo que, isto também ocorre quando estão com amigos e são perçecionados pelas outras pessoas como sendo um casal. No

entanto, alguns participantes relatam que experienciam o oposto, sendo que um destes refere que cada vez mais encontra pessoas LGBTI+ a terem afetos em público, coisa que no passado raramente via.

Ao nível dos olhares e comentários ocorridos na rua, a maior parte dos participantes relatam que recebem ou já receberam olhares e comentários, sendo isto algo que todas as pessoas LGBTI+ experienciam. Relatam que os olhares acontecem quando: estão sozinhos; com os namorados/as; e quando estão com amigos, em particular amigos com expressão de género menos típica (ex: homens com expressão de género mais feminina). Sendo que, os olhares provêm mais de pessoas mais idosas e são mais prevalentes em localidades mais pequenas. Ademais, estes são normalmente de repugnância, nojo ou ódio, e feitos de forma ostensiva. Contrariamente, um participante relata que, por vezes, estes são de curiosidade e estranheza, não incomodando. Já os comentários são feitos usualmente por estranhos e sob a forma de “bocas”, em tom de gozo, ofensas, piropos ou ainda comentários depreciativos ou mais subtis, escondidos e entredentes, mas feitos muitas vezes com o objetivo de serem presentes, deixando na dúvida se o comentário era para a pessoa ou não. Ademais, outro participante relata ainda que existe muito a tendência de as pessoas chamarem “traveco” ou “aquele que mudou de sexo” a pessoas transgénero; já outra participante (mulher bissexual) referiu que recebeu piropos, mas apenas enquanto mulher, e não por ser bissexual.

Ao nível dos comportamentos que outras pessoas tiveram para com os participantes ou que estes tenham conhecimento, são referidas as seguintes situações: pessoas passarem muito perto, de forma a provocar; ser encurralado por um grupo de rapazes estrangeiros, e sofrer violência verbal; e agressões físicas. Isto ocorreu por os indivíduos terem comportamentos e usarem certas roupas e tipo de cabelo, considerados não típicos para o seu género. Um participante em particular relata ainda que testemunhou uma amiga sua, que é transgénero, receber olhares e comentários, por ter uma voz mais masculina, vindos de pessoas da comunidade LGBTI+, sendo que também tocaram no seu corpo sem o seu consentimento. Já outro participante transgénero referiu o não respeito pelo uso dos seus pronomes preferenciais, em particular antes do início da transição. Já outra participante refere que por ter uma expressão de género mais masculina, as pessoas percecionam-na como sendo um rapaz e tratam-na por “senhor” ou “miúdo”.

*“Ahh sim, na parte pronto dos olhares na rua e quando estava a estudar em Lisboa e estávamos juntos sim nós escolhíamos os sítios onde, se soubéssemos que naquele sítio*

*íamos receber mais olhares não íamos então sim, isso já me aconteceu sim.”*  
(16.M\_B\_22)

*“Ah as palavras do costume, paneleiros, vocês não deviam de existir, deixem-se disso, panascas, sei lá, bichas, era as coisas do costume.”* (7.H\_H\_26)

Relativamente a situações ocorridas em determinados espaços e/ou a receber determinados serviços penas quatro participantes relataram que nunca lhes foi negado a prestação de nenhum serviço, nem que foram mal atendidos ou maltratados, já os restantes relataram diferentes situações que experienciaram ou que têm conhecimento.

Ao nível dos hotéis, é descrito terem recebido olhares e comentários preconceituosos por parte de outros clientes, mas também uma sensação de existir cada vez mais intolerância face a situações discriminatórias. Ao nível de restaurantes e cafés, é relatado mau atendimento, receber comentários por parte de outros clientes e de empregados dos estabelecimentos, especialmente após realizar comportamentos afetivos com os companheiros, sendo que um participante refere que foi gozado pelos funcionários de um estabelecimento de fast-food. Ao nível de discotecas e bares, é relatado discriminação e agressões verbais e físicas, incluindo ser impedido de entrar nos estabelecimentos. Ao nível das casas de banho públicas, uma participante com uma expressão de género mais masculina refere que recebe olhares e comentários referindo que está na casa de banho errada e um participante transgénero referiu uma situação idêntica, mas perpetuada por uma funcionária que lhe disse que estava na casa de banho errada, num tom irónico, sendo que o participante se sentiu gozado pela mesma. Ao nível dos centros comerciais, uma participante relatou que foi abordada por um segurança, após dar um beijo de despedida na namorada, dizendo-lhes que não podiam ter aqueles comportamentos ali.

Relativamente ao atendimento e prestação de serviços médicos, nove participantes relatam situações, nomeadamente ser impedido de doar sangue devido à orientação sexual, sofrer *outing* por parte de um profissional de saúde, pessoas que se inibiram de visitar os seus companheiros, em contexto hospitalar, ou a prestar informações, e, no caso particular de pessoas transgénero: serem atendidas e avaliadas em locais reservados ao género com o qual não se identificam, por ainda não terem os documentos legais regularizados, havendo por parte dos profissionais um tom de gozo; ser negado a troca da marca da vacina contra a covid-19 (por uma com efeitos secundários menos severos), duas vezes, e exigido um comprovativo que comprovasse que a pessoa era transgénero; e receber atendimento médico diferenciado a partir

do momento em que os profissionais de saúde percebem que a pessoa é transgênero. Esta última situação é também relatada ter ocorrido em esquadras da polícia e bibliotecas, sendo que um participante trans referiu também que funcionários de lojas de roupa já lhe disseram que este estava na secção errada. Já relativamente à polícia e serviços legais, uma participante relatou que nunca se sentiu discriminada por parte de nenhum funcionário.

Por último, alguns participantes tecem ainda comentários, nomeadamente: que se sentem mais confortáveis em espaços LGBTI+, pois nos outros existe sempre a possibilidade de receber olhares ou comentários ofensivos, em particular quando estão com os seus namorados/as, sendo que isto é uma limitação, comparativamente a casais heterossexuais; que por vezes acontecem atos de homofobia e transfobia, entre membros da comunidade e em espaços “de liberdade”; que as situações que atualmente ocorrem são maioritariamente agressões verbais, sob a forma de comentários ou uso de certa terminologia, com o objetivo de ofender (ex: chamar paneleiro, mesmo sem saber se a pessoa é homossexual ou não); e que atualmente o preconceito sentido é um preconceito benevolente, sendo isto uma consequência de a homossexualidade ser cada vez mais aceite socialmente. Por fim, um participante considera ainda que o problema não são as pessoas olharem, mas sim a forma como o fazem e como se dirigem ao outro.

*“Ahh em termos de identidade de género ahh a primeira rapariga trans que eu conheci... (...) a voz é que ainda era claramente masculina, então sim quando as pessoas a ouviam, mesmo dentro da comunidade, acabava por haver uns olhares, uns comentários ahh cheguei a ver um rapaz que lhe apalmou as mamas porque achava que era uma transexual que não tentava ahh uma travesti que não tentava mudar a voz então ‘ei são mamas de uma traveca’ e parece que é público (...)” (8.H\_B.D\_32)*

*“por exemplo, tenho dois amigos meus que à porta do Lux ahh que digamos é um sitio muito frequentado pela comunidade LGBT e por qualquer pessoa que goste de discotecas ahh que à porta do Lux deram um beijo e houve um gajo que passou, que estava claramente bêbado e atirou-lhes com uma pedra paralela da calçada, quer dizer, sem qualquer tipo de explicação nem nada, gritou paneleiros, filhos da puta, pronto e acho que isso é violência, ponto número um, é um ataque aos direitos humanos, ponto número dois, e é discriminação ahh LGBT” (12. H\_H\_31)*

**Redes Sociais/Internet.** Esta subcategoria diz respeito a comentários, publicações e/ou mensagens que os participantes tenham visto ou recebido nas redes sociais e internet.

O material obtido divide-se em: comportamento dos participantes nas redes sociais e internet; comentários, publicações e mensagens vistas e recebidas; e considerações e opiniões face às redes sociais e sua utilização atualmente. Relativamente ao comportamento dos participantes nas redes sociais, estes referem que as usam para fins profissionais e que partilham pouco da sua vida pessoal e que, quando o fazem, apenas partilham assuntos relacionados com os amigos e tecem algumas opiniões, no entanto, um participante relata que partilha assuntos relacionados com a sua experiência e transição enquanto pessoa transgénero.

Relativamente a comentários, publicações e mensagens vistas e recebidas, apenas um participante refere que não recebeu nem viu nenhum comentário ou publicação desagradável, no entanto, doze participantes referiram que vêm muitos comentários, publicações, histórias no instagram ou mensagens em grupos de whatsapp que são discriminatórias e menosprezam as pessoas LGBTI+. Os comentários que vêm denotam muita violência, ódio, rancor, maldade e revelam falta de informação, sendo usualmente comentários a notícias e publicações sobre temáticas LGBTI+. O conteúdo dos mesmos é: contra a liberdade de expressão; contra o casamento homossexual; contra direitos trans; contra a adoção em casais do mesmo sexo; e a favor da violência de género e transfobia. Quem faz estes comentários são tanto pessoas que estes não conhecem, quanto amigos ou conhecidos seus, e até mesmo de outros elementos da população LGBTI+, sendo que estes são dirigidos para amigos dos participantes, figuras públicas, que fazem parte da população LGBTI+, e pessoas com mais visibilidade nas redes sociais. Para além disto, alguns participantes referem que também vêm comentários e publicações, que os deixam desconfortáveis, relativos a outros assuntos, tais como questões políticas, de refugiados e relacionados com a pandemia por covid-19.

Todos os participantes, exceto dois, referiram que não receberam nenhuma mensagem ou comentário desrespeitoso ou discriminatório dirigido a si, já os dois outros participantes referem que receberam mensagem e comentários relativamente aos conteúdos que partilham – que são sobre a orientação sexual ou identidade de género -, sendo que uma participante em particular referiu que a sua mãe recebeu uma mensagem através das redes sociais com uma foto de um casal de mulheres, referindo que uma destas era entrevistada.

Por último, ao nível de considerações e opiniões face às redes sociais e sua utilização, é referido que comparativamente à restante população, as pessoas LGBTI+ utilizam mais as tecnologias, em particular para conviver, mas também para visibilizar as suas identidades. No entanto, a internet é também uma ferramenta muito poderosa, que por vezes ajuda a discriminar

– pois as pessoas “escondem-se” atrás de um ecrã para serem maldosas e espalhar ódio -, e para expor e partilhar conteúdos de cariz íntimo e sexual, ocorrendo particularmente com a população adolescente. Para além disto, por vezes, é também uma ferramenta de desinformação, pois as pessoas “adquirem informação” sobre diversos tópicos através daquilo que vêm nas redes sociais, criando opiniões baseadas em informação manipulada ou até mesmo errada.

*“Ahh sim já, especialmente ao início da minha transição ahh eu evitava postar muita coisa, não é, porque não me sentia muito bem comigo próprio ahh depois houve uma altura que comecei a falar mais do assunto e acabei por ganhar mais visibilidade, não é, mas apareceu sempre aqueles comentários típicos de tu nunca vais ser um homem, tu nasceste assim vais morrer assim, mas tirando isso nunca foi muito por ai além, ou seja, nunca chegou ao ponto de ameaças nem nada do género, felizmente (...)”*  
(18.HT\_GM\_23)

*“Ahh lá está, acho que são simplesmente ahh comentários e o facto de eu publicar ahh certas coisas, vou dar um exemplo que é na rede social do Twitter ahh é muito mais fácil ahh as pessoas comentarem ahh então acabo simplesmente por partilhar ahh uma frase a dizer algo em que expresse, lá está, a minha bissexualidade e fazerem comentários como paneleiro, bicha, seja o que for ahh nesse sentido sim.”* (15.H\_B\_21)

### ***Estratégias de Proteção***

**Comportamentais.** Esta subcategoria diz respeito aos comportamentos e atitudes realizadas pelo indivíduo para se proteger de comportamentos e atitudes desrespeitosas ou de potencial violência, incluindo características e comportamentos que este não realiza especificamente para se proteger, mas que considera que acabam por o fazer.

As respostas das pessoas entrevistadas dividiram-se maioritariamente entre estratégias passivas – comportamentos e atitudes que apesar de não serem feitos com essa intenção, acabam por proteger o indivíduo – e estratégias ativas – comportamentos realizados ativamente para a pessoa se proteger de situações específicas.

Ao nível das estratégias passivas foi referido a postura e o aspeto, nomeadamente ter uma postura mais desinibida, segura de si e agressiva, e um aspeto mais masculino (no caso dos homens) e sem características que evidenciam a orientação sexual ou identidade de género. Para além disto, foi também referido uma despreocupação e desatenção para com os outros ao seu

redor e uma não partilha da sua orientação sexual e vida privada, quer no dia-a-dia, como nas redes sociais.

*“[Não sinto] Nenhuma [dificuldade] na realidade porque pronto a minha sexualidade não é algo que eu ando aí a dizer às pessoas, ‘olhe sou a C, sou bissexual’, não é? então as pessoas não sabem à partida e depois porque eu tenho um ar hétero, como se costuma dizer, eu não pareço que sou da comunidade LGBT ahh portanto na realidade eu não sofro nenhum preconceito” (16.M\_B\_22)*

Já ao nível das estratégias de proteção ativas, estas dividem-se em preventivas e defensivas – as primeiras, para prevenir possíveis comportamentos e atitudes de violência, e as segundas como resposta aos mesmos.

Nas primeiras, os dados recolhidos dizem-nos que os participantes restringem os comportamentos afetivos que têm com parceiros íntimos na rua ou ao pé de pessoas que possam ser preconceituosas – por medo de sofrer violência física e da reação que os outros possam ter -, e evitam sítios onde pressupõem que vão sofrer discriminação ou onde já sofreram, no entanto, quando não podem evitar o sítio, estão mais atentos ao seu redor, evitam certo tipo de conversas e não falam com certas pessoas sobre certos assuntos, e adaptam o seu comportamento, nomeadamente: tentam ser discretos na sua forma de estar e nos seus modos, tentando não reproduzir estereótipos associados a pessoas homossexuais, e no caso de alguns participantes homens, adotam uma postura mais masculina. Para além disto, de forma geral, tentam resguardar a sua privacidade, não contando assuntos que os possam prejudicar, tentam rodear-se de pessoas que sejam compreensivas e que os aceitam, e, nas redes sociais, são seletivos com as pessoas que seguem e afastam-se de certos conteúdos.

Relativamente às estratégias defensivas, estas são várias e diferem consoante o contexto – se acontecem nas redes sociais ou na “vida real”. Neste último, estas são maioritariamente: responder ao comentário ou agressão; tentar educar e dialogar com a pessoa agressora; ignorar e ir-se embora do local ou da situação; afastar-se da(s) pessoa(s) agressora(s), caso estas façam parte da sua vida; tentar não entrar em conflito; e ter uma postura defensiva.

Os participantes que relatam que se o outro for desrespeitoso e tecer comentários, estes respondem de forma mais chocante ou bruta, mas sem escalar o conflito, ou usando o humor para ridicularizar a situação, ou também tentam questionar a pessoa sobre a sua posição, sendo que adotam esta estratégia se a sua integridade física, ou a de pessoas ao pé, não estiver comprometida, ou se não for eminente uma confrontação física, mas também se tiverem

confiança com as pessoas que teceram o comentário ou se quiserem mesmo receber um serviço, caso a pessoa prestadora esteja a ser o agressor, ou se estiverem com o/a namorado/a, ou ainda dependendo do seu estado mental.

Os participantes relataram também que tentam educar e dialogar com a pessoa que teve a atitude discriminatória, de forma a que esta perceba que está a ser inconveniente, sendo que o fazem se: a pessoa que teceu o comentário é alguém próximo, e este não for grave ou for sob a forma de chamar nomes, mesmo que não seja dirigido ao próprio; quando amigos seus defendem comentários homofóbicos de outras pessoas dizendo que é apenas uma “opinião”; quando são situações mais banais do dia-a-dia; mas também dependendo da postura da pessoa que está a discriminar. Ademais, quando a pessoa agressora é alguém próximo e estes não conseguem educá-la, referem que se afastam desta pessoa, mesmo que o comentário não tenha sido dirigido aos próprios.

Para além disto, os participantes referiram também que ignoram a pessoa agressora e vão-se embora ou afastam-se da situação, não voltando ao local, se: recebem olhares e comentários vindos de desconhecidos que passaram pelos participantes na rua; se a situação for agressiva ou violenta, ou se tiver o potencial de vir a ser, ou ainda, se estiver iminente uma agressão ou confronto físico; se precisarem mesmo de receber um determinado serviço; mas também se estiverem com o/a companheiro/a, pelo medo da resposta que poderão receber. Ademais, também usam esta estratégia quando tentam educar a pessoa e não conseguem, em particular se a situação ocorrer nas redes sociais, mas também para evitar conflito e acalmar a situação.

Já particularmente no contexto das redes sociais, as estratégias usadas pelos entrevistados foram: apagar as suas redes sociais, como resultado do desconforto que sentia com os comentários e publicações, principalmente quando estas vinham de pessoas conhecidas; deixar de seguir certas pessoas ou páginas, pedindo a pessoas conhecidas para fazer o mesmo, particularmente quando estas se identificam com ideias que vão contra os direitos humanos; e ignorar as publicações ou comentários que veem – sendo que alguns relatam que anteriormente respondiam aos mesmos, mas que atualmente já não o fazem.

Por último, é ainda importante referir que uma participante relatou o não uso de estratégias de proteção quando estava com a namorada em locais públicos, mesmo havendo a possibilidade de alguém as ver e ir contar aos pais da participante.

*“Humm eu não posso dizer que me senti incomodado [com olhares ou comentários em espaços públicos] só por um motivo, que eu evito, eu já tive imensos encontros na rua,*

*fui a vários sítios e é uma coisa que eu faço sem medo nenhum, mas eu escolho não ter intimidade física, seja o que for, contacto físico na rua por um motivo de segurança só, porque eu nunca sei quem poderá estar na rua e o que é que poderá fazer temos acesso a notícias que infelizmente nos assustam um bocado, não é? E é uma escolha que eu faço, mas quando tiver com uma pessoa que quer fazer esse tipo de expressões na rua eu não tenho qualquer tipo de problema, desde que me sinta seguro para o fazer, ou seja, não é uma escolha pessoal, não é 'ah não quero, não gosto', não, é uma escolha quase de receio, medo do que é que possa acontecer é isso. (...) Ahh ataques físicos, ataques verbais não tanto ahh porque consigo defender-me muito muito facilmente de ataques verbais, ataques físicos tenho medo, não é? Nunca sabemos com o que podemos contar do outro lado ah poderá ser um ataque tanto ligeiro como sei lá, uma faca, uma coisa qualquer e a pessoa tem sempre esse receio, sim normalmente é a parte física sim.” (3.H\_GH\_24)*

**Queixa e Pedido de Ajuda.** Esta subcategoria diz respeito à realização ou não de queixas e pedidos que ajuda, quer à polícia como a outras entidades, e a sua justificação, assim como, opiniões e considerações face ao fazer queixa ou pedir ajuda e às consequências disto.

Muitos participantes referiram que pediram ajuda ou fizeram queixa, ou que considerariam fazê-lo, caso passassem por alguma situação. Relativamente ao pedido de ajuda, os participantes referiram que aquando da situação pediriam ajuda às pessoas que estivessem próximas, assim como, a amigos se estivessem por perto. Após a situação ocorrer, os participantes relataram que pediriam ou pediram ajuda a pessoas próximas, nomeadamente, a amigos, familiares e namorado/a; ao seu psicólogo; a um advogado; e a associações como a ILGA, a Amplos, a rede ex aequo e a APAV. No entanto, dois participantes têm pessoas conhecidas que pediram ajuda a duas destas instituições, relatando diferentes experiências: um amigo foi vítima de violência, e ligou para a APAV e teve três dias à espera de receber resposta; já outro relata que a namorada estava a passar uma situação complicada em casa, com os seus pais e ligou para a ILGA, onde teve uma reunião com uma psicóloga da instituição e participou em sessões online de grupo com outras pessoas que estavam a passar pelo mesmo, tendo isto ocorrido durante a pandemia.

Relativamente à queixa, as respostas dos participantes foram opostas – muitos relataram fizeram e considerariam fazer, dependendo de alguns fatores, e outros relataram que não fizeram e nem considerariam fazer. Ademais, um participante referiu que muitas vezes não fez queixa, mas que pediu sempre ajuda. Dos participantes que responderam já ter feito queixa,

cinco relataram ter feito queixa na polícia, sendo que um destes referiu que o polícia a quem se dirigiu ignorou-a e desconsiderou a situação. Já os restantes referiram que fizeram queixa a outras identidades, nomeadamente: ao diretor da faculdade onde a situação ocorreu; aos responsáveis dos estabelecimentos onde as situações ocorreram e no livro de reclamações; à direção do local de trabalho; e uma carta enviada para o Ministério Público, após ser negada uma dádiva de sangue. Destes, dois referiram que apesar de terem feito queixa nos sítios acima referidos, não iniciaram um processo legal; e outro referiu que sempre fez queixas em formato online às empresas responsáveis pelos serviços. Alguns participantes relataram que não fizeram queixa, mas ponderariam fazê-la à polícia se: a situação envolve-se violência, em particular violência física; se fossem assediados verbal ou fisicamente; e se a polícia tivesse ao pé, aquando da ocorrência da situação. Ademais, se a situação ocorresse em contexto laboral ou numa instituição pública fariam queixa às entidades responsáveis pela instituição.

Os participantes que referiram não ter feito queixa, nem considerado fazer, quer na polícia como noutras entidades, relataram que as razões foram variadas, nomeadamente: não ter feito ainda o *coming out*; não considerar a situação grave o suficiente para reportar; não saber se a situação que passou é considerada crime, principalmente quando sofrem “apenas” insultos verbais e/ou não conseguem provar a discriminação que sofreram; e desconhecimento face a quem e a como apresentar queixa, assim como, à eficácia da mesma, tendo em conta o contexto em que a situação ocorreu (ver comentários nas redes sociais e receber olhares e comentários homofóbicos de estranhos na rua). Esta última razão vem de um sentimento de não apoio, por parte das forças policiais, de um medo face à reação dos polícias, aquando da queixa, e de uma descrença face à eficácia da queixa, pois consideram que esta seria desvalorizada, em particular em localidades mais pequenas e afastadas das grandes cidades. Para além disto, esta descrença face às forças policiais está aliada a uma descrença face à justiça portuguesa e face à punição de certos crimes (ex: discurso de ódio) e provém do conhecimento de casos de outras pessoas que tentaram apresentar queixa e esta foi desconsiderada. No entanto, um participante refere que, apesar disto, ponderaria fazer queixa à polícia.

*“(...) Oh sim, nesse momento fiz queixa porque estava um polícia a cerca de dois metros de onde isto aconteceu e eu fui dirigi-me ao senhor e expliquei-lhe aquilo que estava a acontecer, ao qual ele me respondeu ‘sim sim eu vou já lá dar uma palavrinha’, eu tive duas horas sentada num banco, ele esteve duas horas a acabar a conversa que ele estava a ter que eu interrompi quando fui contar esta situação e dali foi-se embora e a palavrinha nunca chegou a ser dada, na minha cara. (...) Lá está, se eu tivesse feito*

*queixa numa esquadra ou assim que depois tivessem de vir á procura das pessoas, não é que eu compreenda, mas ainda passo aquele paninho, já sei como é que Portugal funciona, agora, literalmente ali à frente, ele só tinha de ir exatamente naquele momento dizer alguma coisa às pessoas que estavam a assediá-me, isto é literalmente um crime, mas não aconteceu.” (17.M\_B\_22)*

*“(…) é sempre assustador pensar que pode-se estar a ir fazer queixa a uma pessoa que também é homofóbica e, ou seja, sofrer humilhação, não receber a ajuda que se calhar preciso mesmo ahh pronto, acho que é sempre esse pensamento, lá está, vimos notícias que as forças policiais não sabem responder muito bem a esses casos ahh e pronto, é um dos medos.” (15.H\_B\_21)*

### **Impacto**

**No próprio.** Esta subcategoria diz respeito aos impactos que as experiências de violência têm e tiveram nas pessoas que as experienciaram.

O material retirado desta subcategoria divide-se em impactos imediatos e impactos não imediatos. Os primeiros dizem respeito à forma como os indivíduos se sentem quando as situações ocorrem, estes relatam: sentirem-se desconfortáveis quando ouvem comentários homofóbicos, mesmo quando não são direcionados para si; desconforto em todas as notícias que vêm; e os que sofreram *outing* referem que isto os afetou, sentindo-se desconfortáveis, irritados, frustrados, incomodados e invadidos. Já relativamente ao local de trabalho, estes referem que se sentiram desconfortáveis quando foram alvo de julgamento e conversas por parte de colegas e superiores e quando ouvem termos pejorativos (ex: *paneleiro*) usados em discussões entre colegas. Ao nível daquilo que os participantes testemunham nas redes sociais, estes relatam que se sentem: incomodados, desconfortáveis, tristes, magoados, chocados, desconcertados, transtornados, “*cabisbaixo*” e revoltados.

Já relativamente aos impactos não imediatos, estes dividem-se em impactos comportamentais, psicológicos e mentais, medos sentidos, e impactos nos contextos: familiar, social, laboral, e no acesso a serviços.

Ao nível dos impactos comportamentais, os participantes relatam que a discriminação afeta o facto de a pessoa não ser totalmente ela mesma, quer ao nível da sua forma de estar e de ser, quer ao nível dos comportamentos que tem com parceiros românticos em público. Relativamente à sua forma de ser e de estar, os participantes relataram que reprimem a sua

personalidade, ou parte dela, em certos ambientes, principalmente as partes da mesma que são idênticas a preconceitos associados a pessoas homossexuais, e que têm atitudes diferentes ao pé de pessoas diferentes, o que lhes dá a sensação de que estão a representar um papel para os outros – em particular nos homens, ter de representar um papel de masculinidade. Isto, de forma geral, afeta a forma como os participantes se relacionam com outras pessoas. Já relativamente aos comportamentos que têm com parceiros íntimos em público, os participantes relatam que têm de reprimir ou estudar muito os comportamentos afetivos têm, devido ao medo dos comentários que possam ouvir ou como consequência direta de olhares e represálias sentidas em experiências anteriores, sendo que isto, acaba por afetar a própria relação amorosa, sendo também frustrante terem de escolher constantemente os sítios onde ter livremente comportamentos afetivos – sendo que um participante refere que se sente mais livre em Lisboa para ter estes comportamentos com o parceiro, do que na sua terra natal, porque não quer afetar a sua família. Isto faz com que os participantes tenham de fazer uma gestão entre ser eles mesmos e onde o ser, mas sem que isso leve a que pessoas que não saibam das suas orientações sexuais e/ou identidades de género não descubram, pois a hipótese de descobrirem pode levar a que familiares seus sejam também afetados. Para além disto, ao nível dos comportamentos, é ainda referido por um participante trans que durante o tempo que frequentou a faculdade só ia à casa de banho durante as aulas, para que ninguém o visse a frequentar as mesmas, ficando bastante desconfortável quando isto ocorria – este mesmo participante ainda sente medo e fica nervoso quando vai a casas de banho públicas e não toma banho nos balneários do ginásio que frequenta.

Ao nível dos impactos psicológicos e mentais, os participantes relatam que as várias situações que vão passando e experienciando ao longo da vida, mesmo as mais pequenas, têm impacto na pessoa e na sua personalidade, mesmo que esta não tenha consciência disso – sendo que um participante relata sentir alguma depressividade relativamente a alguns assuntos. Outro participante relata que existem dificuldades que são inerentes a uma identidade não heteronormativa que dificultam a vida da pessoa e fazem com que seja mais difícil ser feliz, nomeadamente um processo de crescimento e aceitação de si mesmo mais difíceis e um processo de aceitação da opinião dos outros e aprender a viver com isto. Sendo que outro participante relata que dois amigos seus, após terem sido agredidos fisicamente à porta de uma discoteca muito frequentada por pessoas LGBTI+, ficaram traumatizados com a situação. Já outro participante relatou sentir-se impotente porque apesar de lutar para que o mundo seja um lugar melhor, por vezes percebe que as melhorias não são muitas. Para além disto, foi também relatado que a vivência da transexualidade trás complicações para o individuo transgénero,

criando baixa autoestima e muitas inseguranças relativamente ao aspeto físico, assim como, muita insegurança sobre se os outros vão “descobrir” que a pessoa é transgénero e medo relativo à reação dos outros. Um participante em particular referiu que, antes de iniciar a transição, deixou de sair de casa e engordou bastante, por os seus pronomes preferenciais não serem respeitados em espaços públicos.

Ao nível dos medos sentidos, estes advêm do medo de vir a passar experiências de discriminação, ao invés de ser uma consequência destas, sendo relatado que este medo é sentido quando fazem publicações relativas à sua orientação sexual nas redes sociais, pois sentem-se como se estivessem a fazer novamente o *coming out*, e que isto leve a que familiares, que desconhecem a orientação sexual ou identidade de género do indivíduo, saibam por outras pessoas; medo de serem julgados e de como irão ser tratados pelas outras pessoas; medo de que sejam violentos consigo, quando vai a casas de banho públicas (no caso de um participante trans); medo de não serem contratados para determinado emprego; e medo constante de serem alvo de comentários ou até mesmo comportamentos de ódio, por terem comportamentos de afeto com os companheiros na rua. Estes medos levam a que os participantes sintam que a discriminação os “encolhe” e que não podem ser eles mesmos em bastantes situações e que se inibam de ter vários comportamentos e de fazer certas atividades, como fazer os seus *coming outs*, andar na via pública e apresentar parceiros à família e amigos, pois sentem que são menos dignos de respeito e que não têm o mesmo direito a aceder a certos serviços ou a fazer certas atividades. Muitos destes medos vêm de histórias de outras pessoas que os participantes têm conhecimento. Sendo que um participante relatou que isto afeta-o psicologicamente pois sente que isto o faz regredir, para além de que não pode conversar com os familiares à cerca destas situações.

Ao nível do contexto familiar, os participantes relatam um conjunto de impactos que sentiram, derivado de situações que ocorreram neste contexto, nomeadamente: sentirem-se magoados por familiares lhes chamarem nomes aquando do *coming out*; sentirem-se discriminados em casa, ao ponto de quererem sair; sentirem que sofreram bastante na infância, devido à discriminação perpetrada por familiares; e não poderem falar de namorados com a família ou pessoas conhecidas, mesmo que estas saibam da sua orientação sexual; e não poderem ser eles mesmos com os familiares.

Ao nível do contexto social, os impactos relatados são vários, nomeadamente: ouvir diariamente outras pessoas a falar mal de pessoas LGBTI+ ou a chamarem nomes quando se referem a pessoas homossexuais (como paneleiro ou maricas), sendo que, não se podem defender dos mesmos, acabando por aprender a viver diariamente com estes, apesar de lhes

causar internamente dor e, por vezes, levar à perda de amigos. Para além disto, relatam que a discriminação afeta uma boa porção da sua vida, sendo como um “monstrinho” que está sempre presente, e que os faz avaliar sempre as situações para perceber se os outros foram discriminatórios para com ele ou apenas rudes, e que por vezes faz com que tenham de voltar ao armário, em várias situações e com várias pessoas, por diversas razões. Ao nível do acesso a serviços, o material recolhido refere-se à procura de habitação e ao acesso a serviços médicos, sendo relatado por uma participante que teve conhecimento de duas raparigas, que eram amigas, e não conseguiam encontrar casa para alugar porque foram percecionadas como um casal lésbico; já outro participante, que é um homem trans, relata que evita a todo o custo ir ao médico.

Ao nível do contexto laboral, é relatado pelos participantes que existe uma dificuldade no acesso ao emprego, particularmente após partilharem a identidade de género ou orientação sexual a colegas ou com a entidade empregadora, isto leva a medos e receios a nível profissional. Para além disto, uma participante relata que pessoas trans têm diferentes oportunidades, comparativamente às outras pessoas; e outro participante relata que a dificuldade do marido – que é negro – em encontrar trabalho, afeta a dinâmica do casal e os planos para o futuro. Por outro lado, alguns participantes referiram não se sentir totalmente discriminados no seu dia-a-dia, não sofrendo impactos negativos, nem sentindo qualquer tipo de dificuldades, constrangimentos, medos ou inseguranças. Em contrapartida, um participante relata não sofrer de discriminação, mas sentir um medo constante de vir a sofrer, principalmente quando está com o parceiro íntimo em público, já outro refere que afeta nas pequenas escolhas do dia-a-dia, como a roupa que veste e o que diz. É ainda importante referir que alguns dos participantes que relataram não se sentir discriminados, também referiram impactos que sentiram em algumas situações que experienciaram.

Por último, alguns participantes teceram ainda algumas opiniões e considerações, nomeadamente: consideram que pessoas LGBTI+ mais jovens e em início de vida e de carreira sintam mais dificuldades; consideram que, de forma geral, as pessoas LGBTI+ têm trauma, medo social e/ou ansiedade social e alguma queda para a depressão, resultante da sexualização que sofrem, para além de que estão sempre sujeitas a sofrer discriminação, o que faz com que seja muito complicado e limite as suas vivências e o seu dia-a-dia.

*“Um bocado o medo de ser julgado, há sempre uma sinto sempre que ahh estamos a apresentar um papel para os outros e parece que há sempre uma certa prisão de sermos totalmente quem somos, é mais temos que representar um papel de masculinidade, pelo*

*menos os rapazes, as raparigas será diferente ou as pessoas trans, será totalmente diferente ou não-binários e há sempre este jogo que temos de fazer a lidar com certas pessoas, é preciso ter atitudes diferentes ao pé de certas pessoas diferentes (...) por isso até parece que há sempre um jogo que temos de estar sempre aptos a trabalhar com as pessoas que estão à nossa volta, e é um bocado, na minha opinião, um bocado pesado, temos que andar constantemente a fazer isso.” (7.H\_H\_26)*

**Nos que são próximos.** Esta subcategoria diz respeito aos impactos que as experiências violentas têm nas pessoas que são próximas às pessoas que as vivenciam.

O material retirado das entrevistas varia entre impactos reais experienciados, impactos possíveis e medos sentidos pelas pessoas próximas aos entrevistados. Ao nível de impactos reais experienciados, temos apenas três participantes que relataram que as pessoas próximas a eles não experienciam nenhum impacto, sendo que um deles justifica isto, dizendo que foi porque nunca sofreu discriminação reiterada. Os restantes participantes relataram que a família e o/a parceiro/a íntimo são afetados, reagindo mal, sendo que um entrevistado em particular, refere que a dificuldade do marido em arranjar emprego por ser negro e não português afeta-o e afeta também a relação amorosa e os planos para o futuro de ambos, enquanto casal. Outros participantes referem ainda que as pessoas próximas ficam frustradas, enervadas, irritadas e prontas para discutir e argumentar com a pessoa agressora. Ao nível dos impactos possíveis, os participantes relatam que os pais e amigos ficariam magoados, preocupados, tristes, chateados, desconfortáveis e iriam discutir ou entrar em diálogo com a pessoa que teceu os comentários ou teve a atitude discriminatória. Ao nível dos medos sentidos, os participantes relatam que os seus pais sentiam medo que fossem discriminados e dos possíveis comentários, ódio, preconceito e agressões que pudessem sofrer, ao nível laboral, escolar ou na rua – um dos participantes refere que atualmente estes medos dissiparam-se. Por último, é ainda importante referir que três participantes relataram que se sentem incomodados e com sentimentos de revolta e ansiedade por saberem que outras pessoas sofrem discriminação, sendo que um deles refere que o ter testemunhado um colega seu a sofrer *bullying*, quando andava na escola, marcou-o bastante, sendo que atualmente ainda sente que isto o afeta.

*“É assim ahh um dos maiores medos dos meus pais quando eu me assumi foi mesmo o ódio ou o preconceito que eu iria levar, isso foi um dos maiores medos dos meus pais ahh e claro tipo ninguém quer que o seu filho esteja a sofrer de preconceito, qualquer tipo de agressão, quer seja verbal ou física, peço desculpa, ahh portanto, afeta os outros*

*também porque os outros querem saber de nós e preocupam-se connosco e vêm que nós não estamos bem e também afeta os outros, mas, lá está, é as pessoas também é o apoio é a união, acho que às vezes também faz a força portanto.” (19.HT\_Pan\_20)*

Através dos dados obtidos nestas subcategorias, podemos identificar que a maior parte dos participantes, ao longo dos seus discursos, relacionaram as várias experiências de violência sentidas, com as estratégias que usaram para se proteger, e com os impactos que as mesmas tiveram neles. Sendo também evidente que nas situações onde não foram usadas estratégias de proteção – devido à não realização de certos comportamentos protetores – foi relatado pelos participantes impactos imediatos ou a longo prazo, como consequência destas. Para além disto, é possível perceber através dos discursos dos participantes, uma relação muito evidente entre as experiências de violência ocorridas em contexto de espaços públicos com as estratégias de proteção usadas, nomeadamente: que primeiro tentavam usar estratégias de proteção comportamentais e só posteriormente recorriam à queixa e pedido de ajuda, principalmente quando as estratégias comportamentais – em particular, o ignorar e o ir-se embora da situação ou local – não funcionavam.

## **Contexto Social Atual**

### ***Conhecimento face a Instituições de Apoio***

Esta subcategoria refere-se ao conhecimento dos participantes face a instituições de apoio, incluindo os serviços prestados pelas mesmas, assim como, as considerações dos entrevistados face a estas entidades e ao trabalho realizado por estas.

Relativamente ao material obtido, apenas um participante relatou não conhecer nenhuma instituição de apoio, mas que gostaria de conhecer. Os restantes participantes referiram várias instituições: 13 participantes referiram a ILGA, sendo que 2 destes referiram grupos dentro da ILGA, nomeadamente, a Grique e o Observatório; 7 participantes referiram a rede ex aequo; 4 a Casa Qui; 2 o Centro Gis; 2 a Amplos; e 2 a HeForShe. Para além destas, foram também referidas o Plano I, a Reajo, a Casa T, a Opus Gay, a NACS Lisboa, a Opus Diversidades, Quebrar o Silêncio, a Apav, a Casa, o Queer ISD da faculdade de Lisboa, as Panteras Cor de Rosa, a associação desportiva Boys Just Wanna Have Fun, e o site de notícias dezanove.pt. Alguns destes participantes para além de nomearem as instituições, explicaram também os serviços que estas oferecem. Já outros não conseguiram nomear as instituições, mas descreveram o que estas fazem. É ainda importante referir que alguns participantes referiram

que apesar de existirem várias organizações e de estas terem um trabalho bastante significativo e importante, existem em número insuficiente, principalmente fora das zonas metropolitanas de Lisboa e Porto – o que dificulta o acesso às mesmas –, e não têm ajuda governamental, dependendo muito do voluntariado.

*“(...) existem pronto existem algumas associações que não são suficientes, como é obvio, deviam ser mais e reforçadas e apoiadas, e em termos estatais, por exemplo, em termos estatais também não existe grande... a rede é fraca, e estamos sempre muito dependentes do voluntariado e de organizações não governamentais para que as coisas funcionem no terreno, mas existem algumas e que funcionam até bem, felizmente.”*  
(11.H\_H\_35)

### ***Efeitos da Pandemia***

Esta subcategoria diz respeito a tudo aquilo que os participantes relatam que ocorreu ou consideram que pode ter ocorrido durante a pandemia e confinamentos, quer com pessoas LGBTI, quer com outros grupos de pessoas.

O material obtido divide-se em mudanças que ocorreram com os participantes, mudanças que os participantes têm conhecimento que ocorreram, e mudanças que consideram poder ter ocorrido, quer com pessoas LGBTI+, quer com outras pessoas.

Ao nível do que ocorreu com os participantes, foi relatado: diminuição do convívio social; diminuição da libido sexual; impossibilidade de estar com o parceiro íntimo durante meses; confinamento com familiares que não aceitam a orientação sexual, o que levou ao agravamento dos conflitos; e, no caso de um participante trans, agravamento da ansiedade, com medo extremo de sofrer discriminação caso apanhasse covid-19 e precisasse de ajuda médica.

Ao nível das mudanças que os participantes têm conhecimento que ocorreram, estas dividem-se em: mudanças que ocorreram com pessoas LGBTI+; mudanças que ocorreram em pessoas não LGBTI+; e mudanças que ocorreram com toda a gente. Relativamente às mudanças ocorridas com pessoas LGBTI+, os participantes relataram que houve um aumento do tempo de espera e até cancelamento das consultas, procedimentos e intervenções médicas para pessoas transgénero e uma diminuição da interação social entre membros da comunidade, devido ao cancelamento de eventos e fecho de espaços LGBTI+. No que diz respeito às mudanças ocorridas com pessoas não LGBTI+, os participantes relatam que com os confinamentos, as pessoas passaram mais tempo nas redes sociais e houve um aumento de ideias associadas à extrema direita – conservadoras; religiosas; e de ódio para com famílias não tradicionais. Já no

que toca a mudanças ocorridas com toda a gente, os participantes relataram um aumento da violência doméstica e a separação de vários casais, que com o confinamento e o constante contacto perceberam que eram incompatíveis.

Ao nível das mudanças que os participantes consideram poder ter ocorrido, estas dividem-se em: mudanças que possam ter ocorrido com pessoas LGBTI+; mudanças que possam ter ocorrido em pessoas não LGBTI+; e mudanças que consideram ter ocorrido com a população no geral. Relativamente às mudanças que podem ter ocorrido com pessoas LGBTI+, os participantes relatam que possa ter ocorrido: discriminação e negação da prestação de serviços médicos; sentimentos de solidão, em pessoas LGBTI+ que não tiveram apoio; um agravamento das hostilidades e complicações para pessoas que vivem com os familiares, em particular menores de idade, mas também para pessoas que durante a pandemia ficaram sem possibilidades económicas e tiveram de voltar para a casa dos pais. Sendo que isto levou a um aumento de ansiedade, depressões, angustias e transtornos, e um decréscimo da saúde mental, assim como, um afastamento social de outras pessoas da comunidade. Contrariamente, alguns participantes consideram que isto também pode ter levado a uma aproximação de pessoas que anteriormente estavam afastadas e/ou pais que não apoiavam anteriormente os filhos com identidades não heteronormativas passassem a apoiar. Além disto, alguns participantes referiram também que a impossibilidade, durante a pandemia, de contactar com outras pessoas da comunidade, estar em espaços tidos como seguros para pessoas LGBTI+ e terem as primeiras experiências em lugares seguros – principalmente se forem pessoas que estão em fase de questionamento e vivem com os familiares -, levou a maiores dificuldades no processo de descoberta pessoal e sexual, e a uma maior exposição a riscos, que não tinham antes da pandemia e confinamentos. Ademais, também é importante referir que pode ter ocorrido uma maior inibição por parte de pessoas LGBTI+ devido à facilidade com que são expressas de forma gratuita e com intensidade e expressão muito graves, violência e crimes de ódio, através das redes sociais. No entanto, os participantes consideram também que pessoas que confinaram com familiares que as aceitam, tiveram os mesmos problemas que pessoas não LGBTI+.

Já relativamente às mudanças que podem ter ocorrido com pessoas não LGBTI+, os participantes relatam que devido ao confinamento, as pessoas passaram mais tempo nas redes sociais e tiveram mais acesso a informação, o que pode ser levado a uma mudança de ideias e de opinião face à população LGBTI+. Para além disto, é relatado também que outros grupos minoritários ficaram mais suscetíveis a aumento do desemprego, doenças e pobreza.

Por último, no que diz respeito ao que os participantes consideram ter ocorrido com a população no geral, relatam: uma diminuição do convívio e contacto social e,

consequentemente, aumento do isolamento, principalmente em jovens, o que afetou a saúde mental, emocional e física, com sentimentos de cansaço e solidão; mais despedimentos, principalmente pessoas que já estavam em situações laborais precárias – o que fez com que existisse fragilidade económica, um aumento da dificuldade em arranjar emprego (em particular nas pessoas transgénero, que já tinham dificuldades em encontrar trabalho), e a um recorrer à prostituição como meio de sustento; e sentimentos de medo e ansiedade, intensificados na população LGBTI+. Para além disto, consideram que a pandemia originou uma diminuição dos rastreios de doenças sexualmente transmissíveis, levando a um aumento do risco de as contrair.

*“Ahh se trouxeram mudanças acho que não foram positivas, no sentido em que muita gente teve de ficar em casa com os pais e se calhar o ambiente não era tão agradável como poderia ser e isso causa transtornos, ansiedade, o que seja porque as pessoas não podem estar confortáveis com a casa onde estão ou com as pessoas com quem estão à volta ahh também o facto de estarem longe de outras pessoas da comunidade ou que às vezes encontram na escola ou no trabalho, o que seja, pode causar esse afastamento e mais razão de ansiedade ahh acredito também em que todos os outros conjuntos de minorias possam estar mais suscetíveis a desemprego ou a doenças, o que seja, pobreza, não consigo dizer diretamente, não tenho dados nem nada disso que confirmem, mas acredito que possa estar ahh possa ser um problema que surgiu com a pandemia ahh um problema que também tive a ler à pouco tempo e que possa acreditar que existe é pessoas transgénero ou trans que não conseguiram fazer o seu acompanhamento médico porque viram as suas consultas canceladas e isso atrasa o processo vá e transtorna também ahh pronto acho que seria mais por aí, pelo menos são os exemplos que me lembro agora.” (5.H\_H\_22)*

### ***Sociedade Portuguesa***

Esta subcategoria diz respeito à perceção dos participantes face às representações sociais da população LGBTI+ no contexto português, assim como, as considerações e opiniões dos mesmos face a este contexto, incluindo também as não relativas especificamente à população LGBTI+.

O material obtido nesta subcategoria divide-se: perceção história, ao nível do que acontecia em Portugal há uns anos atrás com a população LGBTI+; aceitação da população LGBTI+ e evolução da mesma; considerações da população portuguesa, face à população

LGBTI+; violência contra as pessoas LGBTI+; considerações face ao contexto português; o que ainda é necessário fazer/alcançar; e reflexões dos participantes face ao contexto português.

Ao nível da perceção histórica, os participantes relatam que: durante muitos anos a homossexualidade não era permitida nem vivida de forma plena, levando a que a mesma fosse conotada a uma promiscuidade (o que levou ao impedimento de pessoas com esta orientação sexual de darem sangue); há quase vinte anos atrás não havia tanta visibilidade da comunidade LGBTI+, havia menos associações e menos pessoas a falar destas temáticas, e havia também mais perseguição e preconceito na rua do que atualmente existe (agora as pessoas podem olhar de lado e ainda ocorrem algumas agressões físicas, mas antigamente este tipo de agressão era mais frequente); nos anos 90 e 2000, a educação baseava-se muito em valores cristãos e nas aulas de educação sexual não se abordava temas como a homossexualidade, bissexualidade e transexualidade; antigamente os espaços LGBTI+ eram mais secretos, atualmente são mais populares e comuns – o que promoveu uma maior visibilidade da comunidade, por outro lado, os estereótipos começam a ser normalizados, havendo um esquecimento que as pessoas são pessoas e não estereótipos; e atualmente as pessoas LGBTI+ são mais aceites, mas ainda existe preconceito para com as mesmas. Para além disto, um participante relata também que à dez/quinze anos atrás a comunidade LGBTI+ era muito autoexclusiva, e acabava por abafar alguns preconceitos existentes entre os membros da própria comunidade.

Ao nível da aceitação da população LGBTI+ e evolução da mesma, os participantes consideram que tem ocorrido uma grande evolução na forma como esta população é aceite socialmente, no entanto, esta aceitação tem sido faseada – pessoas homossexuais são mais aceites (apesar de ainda sofrerem preconceito), mas pessoas bissexuais, não binárias e transgénero ainda são vítimas de muito preconceito, quer pela população no geral, como dentro da população LGBTI+. Este aumento da aceitação tem vindo: do aumento de figuras públicas assumirem publicamente as suas orientações sexuais em Portugal; de um foco dos média nestas temáticas; e da assinalação de dias e meses importantes (ex: o pride e dia contra a transfobia). Ademais, um participante considera que as temáticas LGBTI+ não são abordadas ao nível do ensino superior, e em termos sociais e políticos, sendo que, quando o são, existe uma hierarquização dos temas abordados – fala-se muito pouco das pessoas trans, e não se explora a interseccionalidade (ex: ser mulher e homossexual). Para além disto, um participante considera ainda que atualmente existe mais discriminação racial do que contra pessoas LGBTI+. Alguns participantes relatam ainda que consideram que a aceitação das pessoas LGBTI+ tem evoluído paralelamente à criação de legislação (como o casamento e a adoção entre pessoas do mesmo sexo e a autodeterminação de género), sendo que a criação desta

legislação promoveu um progresso em termos sociais, aumento da visibilidade e uma diminuição do preconceito existente.

Ao nível das considerações da população portuguesa, face à população LGBTI+, três participantes consideram que a sociedade portuguesa é neutra, desde que os assuntos não sejam abordados ou os indivíduos não tenham pessoas próximas que façam parte da comunidade (ex: ter um filho gay), pois caso isto aconteça, os preconceitos tornam-se visíveis. Já outros dois participantes consideram que a população portuguesa divide-se em três grupos: um mais conservador e religioso – que considera que o casamento é apenas entre um homem e uma mulher; pessoas neutras – dentro destas pode existir alguma aversão ou desconforto, mas não geram conflito; e pessoas aliadas e ativistas da causa LGBTI+ - sendo que dentro destas, existem também pessoas que promovem uma aceitação quase computacional, promovendo a *cancel culture*. Para além disto, uma participante relata que a população LGBTI+ é vista como um grupo de pessoas com doença mental e distúrbios, em Portugal.

Ao nível da violência contra as pessoas LGBTI+, os participantes referem que: existe muito estigma, preconceito, violência e ódio em Portugal, sendo que as pessoas LGBTI+ têm medo de ser julgadas, mas não têm medo de ser mortas, como acontece noutros países; existe mais discriminação e desconhecimento para com pessoas trans e intersexo; existe interseccionalidade na discriminação existente – ou seja, uma mulher trans negra é mais discriminada que um homem cis branco; e a população LGBTI+ continua a ser um grupo vulnerável, sofrendo muitos preconceitos por parte da população portuguesa. Ademais, os participantes relatam ainda que existe discriminação entre os membros da comunidade (entre as pessoas das diferentes siglas), sendo que, algumas questões dentro da temática LGBTI+ não são abordadas dentro da comunidade porque existe uma performance de que tudo é “maravilhoso”. Para além disto, os participantes relatam que o nível de preconceito e discriminação varia consoante a zona do país, sendo que em regiões mais pequenas e fora das metrópoles existe mais preconceito, comparativamente às outras regiões, devido à falta de informação e por serem zonas mais fechadas – daí ser muito importante os espaços LGBTI+. Os participantes relatam ainda o caso de Lisboa, onde dizem existir uma abertura e aceitação das várias orientações sexuais, mas que continua a existir muito racismo.

Ao nível das considerações face ao contexto português, os participantes consideram que: todas as pessoas que saem fora das normas sociais (impostas como normais) têm dificuldades e diferentes oportunidades, comparativamente às que estão dentro das normas sociais; é esperado que as pessoas cumpram com os estereótipos atribuídos à sua identidade de género e/ou orientação sexual; a sociedade portuguesa é racista e machista, e quem sai fora destes

ideais de pensamento sofre, tanto pessoas LGBTI+ como pessoas não LGBTI+; e que o “pico” na sociedade portuguesa é ser homem branco cisgénero, não existindo, na prática, diversidade, pois os comentadores televisivos, os políticos, os cargos de poder e de direção nas empresas são sempre ocupados por homens brancos. Contrariamente, um participante considera que Portugal aceita bem as minorias, devido ao seu passado colonial. Para além disto, os participantes consideram que a população portuguesa no seu todo é bastante envelhecida, com ideias muito conservadoras e enraizada em valores católicos – devido à sua cultura e história – sendo esta herança cultural passada de geração em geração. O que leva a que exista muito preconceito e discriminação, sendo que estes ocorrem de forma velada e subtil, o que dificulta a identificação dos casos.

Já ao nível do que ainda é necessário fazer/alcançar, os participantes consideram que atualmente a sociedade é, de forma geral, mais recetiva e que existe mais aceitação e avanços legislativos e sociais, existe ainda muito preconceito e discriminação, sendo que é preciso ainda fazer um trabalho ao nível: da mudança de mentalidades das pessoas que aplicam as políticas públicas; aumento da visibilidade de alguns grupos de pessoas dentro da população LGBTI+, nomeadamente das pessoas transgénero; trabalhar ao nível da educação para as questões e temáticas LGBTI+ ao nível dos profissionais de saúde, nas escolas e nos média; e trabalhar ao nível da promoção da igualdade de direitos e do respeito a todos, independentemente da sua identidade, orientação sexual, cor da pele e religião.

Por último, ao nível das reflexões dos participantes face ao contexto português, estes relatam que: de uma forma geral o mundo está a ficar mais diverso e com mais diversidade, existindo uma mudança de mentalidade na nova geração, sendo que a sociedade é mais tolerante do que era antigamente; por outro lado, que em escolas fora das grandes metrópoles existe menos diversidade (pessoas com diferentes características e diferentes formas de estar e ser), sendo que o contacto com a diversidade ajuda a que outras diversidades sejam mais confortáveis; consideram que pessoas mais novas, em início de vida e de carreira, tenham mais dificuldades, comparativamente a pessoas que já estejam mais estabilizadas em termos laborais, em particular pessoas LGBTI+; e que a cultura portuguesa, que é premiada por baixos salários e precariedade, impõe certas dificuldades à população, principalmente dificuldades económicas, que, conseqüentemente, afetam as dinâmicas dos casais, sendo que nos casais LGBTI+ estas ainda são agravadas pelas as dificuldades já impostas às pessoas LGBTI+.

*“Ainda é um bocado... Ahh como é que eu ei de dizer, ainda há muito estigma embora as pessoas achem que é aceite, que é uma coisa mais vista e normal, ainda há muito*

*estigma, principalmente quando quando não lhes toca a eles, quando lhes toca a eles, quero eu dizer, para os outros é okay e quando lhes acontece a eles é um bocado diferente ainda há muito estigma nas ruas e as pessoas ainda vivem com muito medo de serem julgadas, não propriamente de ser mortas, como noutros países.” (7.H\_H\_26)*

### **Motivos que levam à violência e discriminação**

Esta subcategoria diz respeito aos motivos que os participantes consideram que levam à discriminação e/ou violência contra outras pessoas e/ou outros grupos de pessoas – incluindo pessoas LGBTI+ e outros grupos de pessoas.

O material obtido divide-se entre: falta de informação e desconhecimento; disfunções sociais e manutenção do *status quo*; e herança cultural.

Ao nível da falta de informação e desconhecimento, os participantes agrupam-se em dois polos opostos: um grupo relata que existe uma falta de educação e conhecimento da população face às temáticas LGBTI+; e o outro considera que não é desconhecimentos, pois existe muita informação e esta é acessível. O primeiro grupo refere, de forma geral, que existe falta de informação e dificuldade de acesso à mesma, em particular ao nível da educação nas escolas e na formação dos profissionais de saúde. Isto leva a que exista uma falta de conhecimento e ignorância, pouca exploração e debate de certos temas e uma heteronormatividade – o que por sua vez leva a que as pessoas não tenham ferramentas para deixarem de perpetuar o preconceito, sendo este um tipo de preconceito que não é perigoso. Como consequência, existe receio, medo e uma tendência para julgar a população LGBTI+, por não a conhecerem. Ademais dois participantes relatam que certos grupos de pessoas – como pessoas trans e não binárias – estão sujeitas a mais discriminação, por serem tópicos ainda menos falados e, como tal, terem ainda menos visibilidade. Já o segundo grupo refere que existe informação e esta é acessível, como tal, o maltrato e discriminação para com pessoas LGBTI+ vem da incompreensão derivada de uma educação mais antiquada e de aspetos internos do próprio indivíduo, como a falta de abertura e disposição para aprender e compreender os outros, maldade e a escolha pessoal de perpetuar o preconceito – sendo isto, pelos participantes, considerado um preconceito perigoso. Para além disto, é também importante acrescentar que alguns participantes referem que os grupos minoritários – e em particular a população LGBTI+ - estão associados a tópicos negativos (tais como à violência e ao HIV), o que acaba por perpetuar o estigma face a estes grupos.

Ao nível das disfunções sociais e manutenção do *status quo*, os participantes consideram que: existe uma tendência para discriminar minorias ao invés de as incluir, pois os grupos

maioritários tendem a querer dominar os grupos minoritários; a discriminação de grupos minoritários é uma consequência de disfunções sociais – tais como, baixos salários e pobreza, que leva a que estes indivíduos encontrem formas menos legais para se sustentar; a discriminação é uma forma de manter as hierarquias sociais, pois o patriarcado não quer abdicar do seu privilégio; as minorias assustam as majorias, sendo que o medo desencadeia o preconceito; e falta de representação da população LGBTI+ em cargos de poder (ex: cargos políticos), sendo que muitas pessoas que estão nos mesmos não são heteronormativas, mas não assumem a sua orientação sexual com medo de serem penalizados e retiradas as oportunidades, uma vez que a discriminação não é feita de forma direta, mas antes de forma subtil e velada. Para além disto, um participante refere ainda que apesar de a legislação estar bem definida não existe, na prática, a criminalização de certos comportamentos, como piropos e assédio, sendo que, isto ocorre porque as pessoas responsáveis pela educação, educam consoante as suas crenças pessoais.

Ao nível da herança cultural, os participantes referem que: a sociedade portuguesa está muito assente e é influenciada por valores católicos conservadores, que leva a uma educação baseada em valores tradicionais, perpetuados dentro das famílias, e passada de geração em geração; a população é muito envelhecida e, como tal, ligada a ideais mais antigos e conservadores, dificultando a evolução da sociedade; existem ainda pessoas com mentalidades fascistas e machistas, derivado do salazarismo; e os papéis sociais estão muito vinculados, sendo a discriminação a consequência para quem não os cumpre – principalmente no caso de pessoas transgénero que estão no início do processo de transição e não estão totalmente “de acordo” com um género ou com o outro. Para além disto, os participantes relatam ainda que existe preconceito dentro da própria comunidade LGBTI+, sendo que este é perpetuado por esta mesma herança cultural.

Por último, para além destes, os participantes referiram ainda outros motivos, nomeadamente: a não aceitação da diferença e, como tal, a não aceitação de pessoas LGBTI+, sendo esta mentalidade passada de geração em geração; falta de empatia – pessoas que encaixam naquilo que é tido socialmente como o “normal” não se conseguem identificar com pessoas LGBTI+; existência de um défice de competências familiares e parentais, ao nível do fomentar o bem-estar e compreensão entre as pessoas; existência de estereótipos muito extremados, alimentados pelos média, que levam à discriminação; representação negativa nos média de pessoas da população LGBTI+; falta de *role models* LGBTI+; masculinidade tóxica – em particular no caso de mulheres trans e homens com uma expressão mais feminina; homofobia internalizada – os agressores não se aceitam a si mesmos e sentem inveja de quem

tem coragem de o fazer; e a existência de uma promoção de violência e insultos, quando os indivíduos agressores estão numa posição de poder e conforto face ao outro. Para além disto, um participante fala no racismo, referindo que em Portugal, numa tentativa de aceitar a diversidade, olha-se para a raça como se ela não existisse.

*“Ahh porquê? Porquê que isso ainda acontece ahhh eu acho que é por falta de empatia e desconhecimento ou ignorância mesmo, acho que passa por ignorância ahh e isso pode ter muito a ver com a falta de exposição que existe ou a exposição que existe ser repetitiva e ser sempre focada no mesmo aspeto de ser ahh sempre os alvos de violência ou alvos de serem representados como a minoria frágil e não como algo habitual do dia-a-dia de, ou seja, apresenta-se muito as derrotas, no sentido de violência e isso tudo mas não se fala das conquistas e então as pessoas não se conseguem ahh não se conseguem relacionar com isso porque vêm sempre como algo inferior e se vêm algo como inferior é porque elas são superiores, não é? (...)” (5.H\_H\_22)*

*“(...) e também da falta de informação sem dúvida, é sinto que os média não contribuem de uma forma positiva também ahh acabam por usar termos errados, por expor muito as pessoas, sinto que não estamos a chegar de uma maneira correta para abrir horizontes. (...)” (18.HT\_GM\_23)*

### ***Sugestões para a mudança social***

Esta subcategoria diz respeito às sugestões e ideias que os participantes têm para melhorar a sociedade e combater os seus problemas.

O material obtido divide-se em sugestões que se focam na sociedade no seu todo, sugestões que se focam na comunidade LGBTI+ e sugestões que se focam na mudança da mentalidade das pessoas.

Relativamente às sugestões que se focam na sociedade no seu todo, os participantes relataram que: eliminavam o preconceito, o ódio e todas as formas de discriminação; acabavam com a fome e com a igreja; acabavam com o que é moralmente aceite na sociedade; e eliminavam a pressão social que existe para cumprir com o que é socialmente expectável. Para além disto, muitos participantes relataram ainda que implementavam certas medidas, nomeadamente: a obrigatoriedade de respeito, empatia e tolerância entre todas as pessoas; combater todas as formas de discriminação, seja racial, homofóbica ou outra; criação e aplicação de cotas de género e raciais, de forma a alterar as lógicas de poder das direções e

órgãos de gestão das instituições – pois consideram que sem a mudança nas instituições da justiça, da escola e política não existe uma verdadeira mudança social; melhores condições de sustentabilidade; e estabelecer socialmente a obrigatoriedade de ajudar pessoas que estão em perigo, independentemente das suas características – sejam pessoas negras, LGBTI+, refugiados ou pessoas em locais de guerra. Ainda no campo da implementação de medidas, os participantes relatam também medidas com enfoque no estabelecimento da igualdade, nomeadamente que igualavam os indivíduos em termos profissionais, sociais e económicos, em particular na distribuição da riqueza, mas também ao nível dos direitos e das oportunidades, tornando-as equitativas para todas as pessoas.

Relativamente às sugestões que se focam na comunidade LGBTI+, os participantes referem: a elevação a comunidade, mostrando bons exemplos e aspetos positivos da mesma (ao invés de focar nos aspetos negativos), através dos média e/ou de mais ativismo por parte de pessoas da comunidade com mais visibilidade, tais como cantores, políticos ou atores; aumentar o conhecimento face à história da comunidade e das lutas das pessoas LGBTI+, usando este conhecimento para promover uma evolução positiva; aumento dos estudos académicos, garantindo também que os resultados dos mesmos sejam operacionalizados para o terreno (não ficando apenas no meio académico); e o aumento da informação disponível relativa às temáticas LGBTI+ e consciencialização das pessoas que não aceitam identidades não heteronormativas, principalmente ao nível da educação, quer de adultos como de crianças – pois os participantes consideram que melhor informação resulta num melhor combate das dificuldades existentes. Para além disto, referem também que as escolas e instituições devem ter uma faceta mais inclusiva e serem ativamente contra a discriminação, pois isto ajuda a mudar a mentalidade das pessoas.

Já relativamente às sugestões que se focam na mudança da mentalidade das pessoas, os participantes referem: dar pensamento crítico às pessoas, pois consideram que isto atualmente não acontece porque existem muitos estímulos e informação, que muitas vezes não é boa e funciona como um distrator; fazer com que as pessoas oiçam perspetivas diferentes das suas e se ponham no lugar dos outros; e promover a compreensão, aceitação e tolerância relativamente a todas as questões e características individuais (sejam culturais, raciais ou religiosas) – pois passaríamos a respeitar, a aceitar e a apoiar todos de forma incondicional. Para além disto, um participante considera que grupos minoritários estão associados a temas negativos, e que uma forma de inverter isto seria abordar os problemas e as questões ligadas aos mesmos de uma forma diferente.

*“Mudaria rapidamente uma coisa que é criaria mecanismos, e são fáceis de criar e começava pelas instituições do estado, de alteração das lógicas de poder dessas instituições, implicando cotas de género, cotas raciais que alterassem as condições ahh de direção, gestão ahh e de acesso a essas instituições porque enquanto não mudarmos essas instituições a justiça, a escola, a política, etc. não vamos conseguir absolutamente fazer nada, são muito concretas, está a ver? Para se entrar num lugar relacionado com questões de violência LGBT tem de ser uma mulher ahh negra ‘ah mas isso é discriminatório’, não não é discriminatório, estamos a fazer uma correção histórica, não pode concorrer toda a gente a este lugar? Não, não pode e isso faz-se politicamente, não há uma vem cá com a conversa não sei quê discriminatório, não, discriminatório é o que está, temos de alterar o que está.” (9.H\_H\_0)*

Por último, é ainda importante acrescentar que através dos discursos dos participantes, foi possível identificar relações entre as várias categorias e subcategorias, nomeadamente: entre o conhecimento face a instituições de apoio e o recorrer à queixa e pedido de ajuda, como estratégia de proteção; entre o contexto da sociedade portuguesa e os motivos que levam à violência e discriminação; e por último, entre as experiências de violência com o contexto da sociedade portuguesa e com os motivos que consideram levar à violência e discriminação.

## Discussão

A presente investigação teve como objetivo estudar as experiências subjetivas da população LGBTI+ ao nível da violência de género, e suas formas, em Portugal, tendo como objetivos específicos descrever as experiências de violência sofridas, perceber a perceção do impacto destas a curto e longo prazo, e compreender se ocorreram alterações desde o início da pandemia e respetivos confinamentos, descrevendo as mesmas.

Os resultados obtidos mostraram-nos dois tipos de experiências subjetivas: experiências ocorridas ao nível do indivíduo – o que é que cada participante experienciou – materializadas na categoria ‘Violência de Género’; e experiências ocorridas a nível social – o que é que os participantes consideram que todas as pessoas LGBTI+ experienciam em Portugal – materializadas na categoria ‘Contexto Social Atual’. A primeira categoria mencionada, para além de mais níveis, tem também significativamente mais unidades de registo codificadas do que a segunda, sendo que, de forma geral, algumas subcategorias codificaram uma quantidade significativamente maior de unidades de registo, comparativamente a outras (100ur na subcategoria com mais e 18ur a subcategoria com menos) – isto pode estar relacionado com a quantidade de perguntas realizadas para cada tema, tendo sido realizadas mais questões face às temáticas da primeira categoria. É também importante referir que quase todos os participantes codificaram unidades de registo em quase todas as subcategorias, sendo que a quantidade de unidades de registo codificadas por participante variou entre 27 (uma das entrevistas mais curtas) e 56 (uma das entrevistas mais longas).

Já relativamente ao material obtido em cada subcategoria, podemos verificar que o processo de exploração e aceitação da orientação sexual e identidade de género ocorreu durante a adolescência e início da vida adulta, sendo que, por os participantes terem crescido em zonas onde a homossexualidade não era aceite, existiu, por parte destes, uma tentativa de mudança e de repressão do que sentiam, para além de que não tiveram contacto com pessoas LGBTI+ durante o seu crescimento, nem acesso a informação sobre estas temáticas. Sentiram também medo de ficar sozinhos e de ser rejeitados pela família, e isto levou a que, por vezes, os indivíduos vivessem vidas paralelas – sendo isto algo muito violento e doloroso, principalmente na adolescência. Estes dados estão em concordância com o conceito de stress minoritário, em particular ao nível da homofobia internalizada (Meyer,1995), uma vez que as atitudes sociais contra a homossexualidade estavam presentes nos meios em que estes indivíduos cresceram, levando à existência de dificuldades, receios e medos durante o período de descoberta das suas sexualidades.

Ao nível do contexto familiar, a maior parte dos participantes relataram que fizeram o *coming out* a pelo menos um familiar, sendo as reações diversas: aceitação e apoio; um primeiro conflito inicial que posteriormente se dissolveu; e más reações, tais como discriminação por parte dos pais, maltrato e expulsão de casa – estas reações negativas estão de acordo com a investigação de Pardini e Oliveira (2017). São também relatadas consequências a longo prazo do *coming out*, tais como: a relação amorosa dos participantes ser tida com normalidade no seio familiar; mudança de perspectiva dos familiares face à homossexualidade; violência psicológica perpetrada por familiares e a não aceitação da orientação sexual, que levou a que os participantes sentissem que não podem ser eles mesmos com os familiares ou deixem de conviver com estes; mas também, alguma convivência com os parceiros românticos dos entrevistados, não sendo, no entanto, permitidos comportamentos de afeto, nem são abordados certos assuntos. Estes últimos dados, estão de acordo com os estudos de Bonassi et al. (2015) e Pardini e Oliveira (2017). Ademais, são também relatadas outras situações de violência neste contexto, tais como: violência doméstica e violência psicológica em relações amorosas passadas dos entrevistados; e comentários vindos de familiares, por serem um casal interracial. Estes dados mostram-nos que as violências a que a população LGBTI+ está sujeita não estão exclusivamente relacionadas com uma orientação sexual e identidade de género não heteronormativa, existindo um carácter interseccional e cumulativo das violências a que esta população pode estar sujeita – tal como sugere Meyer (2015). No entanto, contrariamente ao que é referido pela ILGA Portugal (2020), não foi identificado, no presente estudo, a utilização do *outing* como forma de violência.

Ao nível do contexto escolar, o material obtido relatou-nos que existe uma diferença entre as experiências vivenciadas ao nível do ensino obrigatório (escola) e ao nível do ensino superior (faculdade), sendo que na primeira existiram relatos de *bullying*, agressões físicas e verbais, exclusão e *outing* por parte dos pares; já na segunda existiram relatos de homofobia e preconceito, sob a forma de comentários, por parte dos colegas. Estes tipos de agressões estão em concordância com as agressões identificadas por Taylor (2011), Taylor et. al (2020), Espelage et. al (2008), e Gato et. al (2020), ao nível da violência que os estudantes LGBTI+ experienciam no contexto escolar, assim como, em parte, com a definição de *bullying* homofóbico e transfóbico, proposta pela UNESCO (2012). Para além disto, os relatos de violência psicológica foram mais frequentes do que relatos de violência física, o que é consistente com investigações anteriores (António et al., 2012; António & Moleiro, 2015; Earnshaw et al., 2016; Gato et. al, 2020; Rodrigues et al., 2016). As diferenças nas experiências relatadas na escola e na faculdade podem advir de diferenças nestes contextos, nomeadamente: na

escola os indivíduos serem mais novos e a sua frequência ser obrigatória; enquanto que na faculdade os indivíduos são mais velhos (adultos e jovens adultos) – o que pressupõe uma maior maturidade – sendo a sua frequência opcional. Já ao nível dos perpetradores dos atos de violência foram apenas referidos os pares – que, por um lado, está em concordância com os resultados obtidos por Gato et. al (2020), que também identificou os pares como perpetradores de violência, por outro, está em discordância, uma vez que este estudo identificou também os professores como agentes agressores, o que não foi encontrado no presente estudo.

Ao nível do contexto social, o material obtido relatou-nos que ao nível do *coming out*, os participantes fizeram-no de forma gradual, e que muitos apenas fizeram aos amigos mais próximos – o mesmo foi identificado no estudo de Gato et. al (2020), que identificou que os jovens revelavam a sua orientação sexual ou identidade de género a pessoas consideradas aliadas. Para além disto, muitos participantes referiram que primeiro fizeram *coming out* aos amigos e só posteriormente aos pais. Isto é expectável, uma vez que o processo de aceitação de si mesmo e *coming out* foi feito no período da adolescência e início da vida adulta, e nesta fase os pares constituem uma das mais importantes fontes de apoio (Carr, 1999). As reações do *coming out* aos amigos, foram opostas – aceitação e compreensão, assim como, afastamento e tratamento diferenciado, derivado de homofobia, sendo, os últimos, fontes causadoras de desconforto. Isto está de acordo com os estudos de D’Augelli (2002) e Diamond e Lucas (2004) que identificaram que perder amigos está associado a stress psicológico, em adolescentes LGB. Ao nível das outras experiências passadas neste contexto, é referido o falar nas costas da pessoa, a intromissão em aspetos íntimos, a existência de atitudes discriminatórias não propositadas vindas de amigos (tais como, o uso de termos e expressões pejorativas para se referirem a pessoas homossexuais e transexuais), e o *outing* não propositado (ocorrido pela utilização da orientação sexual como característica para descrever a pessoa). Estas duas últimas situações, apesar de não terem tido o objetivo de agredir os indivíduos, acabaram por gerar stress nos mesmos, stress este que não estaria presente caso os participantes não fizessem parte da população LGBTI+ - isto está em concordância com o modelo de stress minoritário (Meyer, 1995).

Ao nível do contexto laboral identificou-se que dos participantes que fizeram o *coming out* nos seus trabalhos nenhum referiu ter sido prejudicado ou maltratado como consequência. Já os participantes que referiram não o ter feito, justificaram esta decisão com base no ambiente conservador do seu local de trabalho, e com o medo das possíveis consequências. Estes dados estão em concordância com os dados obtidos por Pichardo et al. (2019), que no seu estudo verificaram que mais de metade dos indivíduos não assume livremente a sua orientação sexual

e/ou identidade de género nos seus locais de trabalho. Ao nível das experiências que vivenciaram ou que testemunharam, que não estão diretamente relacionadas com o *coming out*, os participantes relatam que se sentiram julgados, receberam comentários desagradáveis, muitos em tom de piada, e tiveram tanto colegas como chefias a falar das suas orientações e identidades de género “nas suas costas” – num caso de um participante isto levou à não renovação do contrato de trabalho. Estes relatos estão em concordância com os dados obtidos por Pichardo et al. (2019), que também identificaram estes comportamentos em contexto laboral.

Já no que diz respeito à procura de emprego, são referidas dificuldades em encontrar trabalho – principalmente em pessoas transgénero. A legislação laboral portuguesa diz-nos que no acesso ao emprego e no exercício do trabalho, todos os trabalhadores têm direito à igualdade de tratamento e oportunidades, independentemente das suas características, entre estas o sexo, a orientação sexual e origem étnica (Artigo 22º do Código do Trabalho) e que o empregador não pode discriminar, direta ou indiretamente (Artigo 23º do Código do Trabalho). No entanto, apesar de a legislação portuguesa ser clara e explícita, os resultados obtidos sugerem que a realidade das empresas portuguesas pode não se reger por estes princípios, uma vez que as situações discriminatórias e de violência relatadas têm contornos mais subtis e menos explicitamente agressivos. Para além disto, uma vez que os participantes, que não referiram ter passado ou testemunhado situações discriminatórias, relataram, também, estar em empresas com políticas anti discriminatórias e a favor da diversidade, este dado pode evidenciar que a cultura organizacional da empresa é importante na eliminação deste tipo de comportamentos.

Relativamente aos espaços públicos, identificou-se que as situações relatadas dividiram-se maioritariamente em situações: ocorridas na rua – ao nível de escolher os sítios onde demonstrar afeto ao companheiro/a, e receber comentários e olhares desagradáveis; e a receber determinados serviços e/ou em determinados espaços, tais como espaços de lazer, transportes públicos, casas de banho públicas, centros comerciais, com a polícia e na prestação de serviços médicos – quer por parte de funcionários dos mesmos, como por parte de clientes. Os olhares são descritos como de repugnância, nojo e ódio, e são feitos de forma ostensiva, já os comentários são feitos usualmente por estranhos e sob a forma de “bocas”, em tom de gozo, ofensas, e piropos, sendo mais subtis e escondidos. Ademais, alguns participantes também relataram algumas situações de agressão física e assédio, sendo que todos os participantes relataram ter recebido olhares e comentários – o que podemos concluir que esta é a forma mais prevalente de agressão neste contexto. É também importante referir que um participante relatou o não respeito pelo uso dos pronomes preferenciais, em particular antes do início da transição,

por parte de funcionários de estabelecimentos de acesso ao público – estes dados estão de acordo com a literatura (Pardini & Oliveira, 2017). É ainda importante referir que existiram relatos de situações de desconforto e violência em contexto médico, perpetrada por estes profissionais, sendo que estes dados estão de acordo com os estudos de Campo-Arias et al. (2010) e Natarelli et al. (2015). Para além disto, um participante relata que no hospital em que trabalha, teve conhecimento de situações em que casais homossexuais se inibiram de visitar os seus companheiros/as na altura das visitas ou de prestar algumas informações, considerando que isto talvez tenha ocorrido por estes utentes já terem passado anteriormente por experiências negativas. Estes dados estão de acordo com a literatura, na medida em que evidenciam medo e ansiedade em revelar a orientação sexual a profissionais de saúde (McDermott et al., 2018).

Ao nível das redes sociais/internet, identificou-se que apenas dois participantes receberam comentários e mensagens desrespeitosas relativas aos conteúdos que partilharam, já os restantes relatam que vêm muitos comentários e publicações que são discriminatórios e menosprezam as pessoas LGBTI+. Os comentários denotam muita violência, ódio, rancor, maldade e revelam falta de informação e são geralmente comentários a notícias e publicações sobre temáticas LGBTI+. Os autores dos mesmos são muitas vezes pessoas que os participantes não conhecem, conhecidos seus, e até mesmo outros elementos da população LGBTI+. Estes comentários são dirigidos para figuras públicas e pessoas com mais visibilidade nas redes sociais. Estes resultados estão de acordo com a literatura, na medida em que evidenciam mensagens e comentários depreciativos e ofensivos relativamente à orientação sexual e identidade de género, apesar de os mesmos, no caso do presente estudo, serem maioritariamente testemunhados, ao invés de recebidos.

Tendo em conta todas as situações acima referidas, podemos perceber que os agressores são colegas de escola, familiares, incluindo o pai e a mãe, amigos, colegas de trabalho e chefias diretas, mas também desconhecidos e profissionais de saúde, que quer através de agressões diretas ou através da perpetuação de estereótipos cometeram atos de violência para com os participantes ou pessoas conhecidas destes. Isto está em concordância com os dados fornecidos pelo relatório do Observatório da Discriminação contra pessoas LGBTI+ da ILGA Portugal (2020).

Ao nível das estratégias de proteção comportamentais, foram relatados comportamentos realizados ativamente pela a pessoa para se proteger de situações específicas. Relativamente às estratégias para prevenir possíveis comportamentos ou atitudes de violência é relatado: restrição dos comportamentos afetivos com parceiros íntimos na rua ou com pessoas que possam ser preconceituosas; evitamento de sítios onde pressupõem que vão sofrer discriminação ou onde

já sofreram, sendo que quando não o podem fazer, estão mais atentos ao seu redor, evitam certo tipo de conversas, não falam com certas pessoas sobre certos assuntos; e adaptam o seu comportamento, nomeadamente: tentam ser discretos na sua forma de estar e nos seus modos, tentam não reproduzir estereótipos associados a pessoas homossexuais, e no caso de alguns participantes homens, adotam uma postura mais masculina. Estes dados estão em concordância com o conceito de stress minoritário, em particular ao nível do estigma percebido que leva os indivíduos a estarem constantemente vigilantes, de forma a se poderem proteger (Meyer,1995). Por outro lado, ao nível das estratégias de proteção usadas como resposta às situações, foi referido predominantemente o ignorar a situação ou pessoa agressora, e o ir embora do local.

Ao nível da queixa e pedido de ajuda, os participantes relataram que pediram ou pediriam ajuda a pessoas próximas, como amigos, familiares e parceiro/a íntimo/a, psicólogo, advogado, e a associações como a ILGA, a Amplos, à rede ex aequo e à APAV. Relativamente à queixa, alguns participantes referiram que fizeram queixa, quer à policia, como aos estabelecimentos onde a situação ocorreu, e apesar de terem sido relatadas experiências positivas - alguns referiram que as suas queixas foram desconsideradas e ignoradas, no caso de uma participante, por forças policiais. Já outros participantes referiram que não fizeram e não considerariam fazer, maioritariamente por descrença face às forças policiais. Estes últimos justificaram que não fariam queixa na polícia caso não conseguissem provar a discriminação que sofreram, caso sofressem “apenas” insultos verbais, pois consideram que a polícia não iria fazer nada, e por medo da reação dos policiaes. Para além disto, foi relatado um desconhecimento face a como apresentar queixa, assim como, à eficácia da mesma, principalmente em situações de comentários homofóbicos, olhares, piropos vindos de estranhos e comentários e mensagens recebidas nas redes sociais. A não realização da queixa às entidades competentes, devido a uma descrença face às forças policiais e eficácia do sistema legal, assim como, medo da reação dos policiaes, está em concordância com os dados fornecidos pelo relatório do Observatório da Discriminação contra pessoas LGBTI+ da ILGA Portugal (2020), assim como, o estudo de Wolf e Cokely (2007) que identificaram que muitas pessoas LGBTI+ sentem que não irão receber uma resposta adequada aos seus pedidos e que serão tratados de uma forma que não será neutra, digna e confiável, por parte dos policiaes. Para além disto, podemos pensar que o grau da gravidade das situações é um fator essencial para os participantes considerarem a apresentação de queixa, o que leva a que os agressores, de situações consideradas menos graves, saem impunes, pois as situações não são reportadas às entidades competentes.

Ao nível do impacto que as experiências de violência descritas têm no próprio indivíduo, os participantes relataram que aquando da situação se sentem desconfortáveis, irritados,

frustrados, incomodados e invadidos, especialmente quando são alvo de *outing*, e mesmo quando a situação ou comentários não são dirigidos para si. Já relativamente aos impactos não imediatos, os participantes referiram que a discriminação afeta as suas formas de estar e de ser, fazendo-os adaptar o seu comportamento ao ambiente em que estão, em particular, se tiverem com um parceiro íntimo em público – dando-lhes a sensação de que estão a representar um papel. Para além disto, faz com que reprimam partes das suas personalidades, mesmo que eles não tenham consciência disso. Podemos associar estes impactos ao conceito de stress minoritário (Meyer, 2015), uma vez que estes denotam a existência de uma carga mental elevada ao nível da avaliação dos comportamentos e atitudes que podem ou não ter em certos contextos, carga mental esta que não existiria caso estes participantes tivessem uma orientação sexual heteronormativa. Como tal, os impactos obtidos no presente estudo, são idênticos aos estudos realizados ao nível do stress minoritário em pessoas LGBTI+. Ademais, os participantes referiram também um medo constante de poderem vir a experienciar discriminação (ao invés de ser uma consequência desta), em vários contextos e situações, condicionando partes da sua vida – estes impactos estão de acordo com o estudo de Natarelli et al. (2015).

Ao nível dos impactos verificados nas pessoas próximas ao indivíduo que experienciou as situações, identificou-se que a família e o/a parceiro/a íntimo são afetados, ficando frustrados, enervados e irritados. Sendo que foi relatado também que os pais de alguns participantes sentiam medo da discriminação que os filhos pudessem passar e das possíveis bocas, comentários, ódio, preconceito e agressões que pudessem sofrer. Para além disto, alguns participantes relatam ainda que se sentem incomodados e revoltados por saberem que outras pessoas sofrem discriminação – um participante em particular, relata que atualmente ainda se sente afetado por ter testemunhado um colega seu a sofrer *bullying*, quando andava na escola. Isto está em concordância com o estudo de António et al. (2012), que refere que para além do agressor e da vítima, o *bullying* também afeta quem testemunha as agressões.

Já ao nível das experiências que todas as pessoas LGBTI+ experienciam na sociedade portuguesa, podemos verificar que ao nível do conhecimento face a instituições de apoio, todos os participantes, exceto um, referiram ou descreveram dezoito organizações diferentes, onze delas, que dão apoio direto à população LGBTI+, e sete que dão apoio a vários grupos de pessoas, incluindo esta população, ou que estão relacionadas de alguma forma com a mesma. Portanto, conclui-se que os participantes têm conhecimento face a instituições de apoio.

Ao nível dos efeitos da pandemia, foi relatado pelos participantes o confinamento com familiares que não aceitam a sexualidade dos mesmos, levando a um agravamento de conflitos,

diminuição do convívio com outras pessoas da comunidade, e sentimentos de medo e ansiedade – estes resultados estão em concordância com o estudo de Reczek (2020). Alguns participantes consideram que a diminuição do contacto com outras pessoas LGBTI+ levou a dificuldades no processo de descoberta pessoal e sexual de algumas pessoas, em particular adolescentes – o que por sua vez, pode ter levado a um aumento da exposição a riscos por parte destes, uma vez que podem ter tido as primeiras experiências em ambientes menos seguros. Como tal, podemos pensar que para além dos impactos que toda a população experienciou durante os confinamentos, a população LGBTI+ passou por certas experiências que podem ter gerado mais ansiedade, depressão e sentimento de solidão, porque, para além de estarem confinados nas suas habitações, tiveram de o estar com pessoas que não as aceitam e, por isto, sujeitas a mais conflito, e por sua vez, a mais stress. Já no caso de pessoas transgénero, foi relatado um medo extremo de sofrer discriminação no acesso a serviços médicos, caso fossem infetados com covid-19 e precisassem de ajuda médica, e um aumento do tempo de espera e até cancelamento das consultas e procedimentos médicos para a transição. Sendo que um participante transgénero relatou que sofreu de discriminação aquando da toma da vacina contra a covid-19. Como tal, podemos pensar que isto levou a um aumento do sofrimento psicológico nesta população, em particular em pessoas que estão a iniciar a sua transição, mas também a um acréscimo do stress já experienciado, pois para além de estarem a viver uma crise social – premiada por incerteza e insegurança -, têm de passar por situações discriminatórias e dificuldades no acesso à ajuda que precisam.

Ao nível da sociedade portuguesa, os participantes relataram que tem existido uma evolução na aceitação de pessoas LGBTI+, que ocorreu paralelamente à criação de legislação, que por sua vez aumentou a visibilidade desta população e originou uma maior abordagem de temáticas relacionadas com a mesma. No entanto, os participantes consideram também que a sociedade portuguesa assenta em valores tradicionais e religiosos, existindo ainda muito estigma, preconceito, discriminação e ódio – sendo que esta ocorre com todas as pessoas que saem fora das normas sociais, impostas como normais, o que leva a diferenças nas oportunidades e medo de ser julgado e de sofrer de discriminação. Para além disto, consideram também que certas identidades dentro da população LGBTI+ são mais aceites do que outras, pois são mais faladas e têm mais visibilidade e que em localidades menos povoadas existe mais preconceito, pois estas temáticas são menos abordadas. Como tal, podemos concluir que a existência de legislação ajudou, segundo os participantes, na aceitação de pessoas LGBTI+ e que abordar estas temáticas em maior quantidade e com mais pessoas, poderia levar a um aumento ainda maior da aceitação.

Já relativamente aos motivos que levam à violência e discriminação, alguns participantes identificaram a falta de informação e desconhecimento relativamente a temáticas LGBTI+, principalmente nas escolas e na formação de profissionais de saúde, o que leva à pouca exploração destes temas e ao julgamento destas pessoas. No entanto, outros participantes relatam que existe informação, mas devido a uma educação mais antiquada e a uma falta de abertura e disposição para compreender os outros, continua a existir preconceito, sendo este também ajudado pela associação desta população a tópicos negativos, como à violência e ao HIV. Para além disto, alguns participantes referem que a discriminação de grupos minoritários vem de uma tentativa dos grupos majoritários manterem os privilégios que têm, assim como, de uma falta de representação da população LGBTI+ em cargos de poder – sendo que muitas vezes não assumem com medo de lhes serem retiradas oportunidades -, mas também devido a uma falta de criminalização de certos comportamentos, tais como piropos e assédio.

Foi também referido que a herança cultural portuguesa é premiada pela influência de valores católicos conservadores, perpetuado dentro das famílias e passada de geração em geração, aliada a uma população muito envelhecida, que dificulta a evolução social, e a existência de pessoas com mentalidades fascistas e machistas, derivado do salazarismo. Estes dados estão de acordo com a literatura, pois esta diz-nos que fatores católicos e tradicionais podem afetar as atitudes face aos direitos das pessoas LGBT (Roseneil et. al, 2013).

Tendo em conta isto, podemos pensar que as experiências de violência relatadas estão diretamente relacionadas com as características do contexto em que ocorrem – contexto português – uma vez que, a existência de ideais mais conservadores e religiosos, influencia os valores e atitudes da população, levando a que indivíduos com menos acesso a informação e menos contacto com pessoas com características diferentes às suas, tenham maior probabilidade de discriminar e perpetuar o estigma existente. Esta linha de pensamento está também de acordo com os resultados obtidos na medida em que muitos participantes relataram uma mudança nas atitudes dos familiares face à homossexualidade, após o seu *coming out*.

### **Limitações e Sugestões Futuras**

Ao nível das limitações do presente estudo, podemos identificar que durante a realização das entrevistas via online, existiram falhas na ligação da internet (quer do participante como da entrevistadora), o que fez com que dificultasse a fluidez e, por vezes, a compreensão dos intervenientes durante a entrevista. No entanto, a realização das mesmas via online, permitiu incluir participantes de outras zonas do país, o que originou uma maior riqueza do material

obtido, uma vez que trouxe diferentes compreensões sobre a temática estudada, nas várias zonas de Portugal, assim como as diferenças de experiências vividas em diferentes zonas do país.

Para além disto, existiu pouca heterogeneidade dos participantes em termos étnicos e de classe social, o que não permitiu perceber se as experiências de violência diferem consoante as características étnicas e socioculturais dos indivíduos. Como tal, sugerimos o estudo da intersecção da violência de género com outras características individuais e sociais – tais como, o género, a etnia, a classe social e o género, tal como sugere Meyer (2015) -, pois a intersecção de múltiplos sistemas de opressão molda a avaliação que as pessoas LGBTI+ fazem das experiências de violência que passam (Meyer, 2012), para além de que estes fatores – e em particular os recursos económicos – afetam a probabilidade de os indivíduos experienciarem situações de violência (Bayrakdar, & King, 2021). Ainda ao nível da heterogeneidade dos participantes, esta também não ocorreu em grau suficiente ao nível da identidade de género – uma vez que, apenas foram entrevistados dois participantes transgénero e não foi entrevistado nenhum participante intersexo – como tal, sugere-se que futuras investigações estudem as experiências subjetivas destes indivíduos ao nível da violência de género no contexto português.

Ademais, propomos também o estudo da violência de género na população LGBTI+, em Portugal, não como um todo – como é o caso do presente estudo – mas em lésbicas, gays, pessoas bissexuais, pessoas transgénero e pessoas intersexo separadamente, tal como sugere Worthen (2013), porque, apesar de estudos qualitativos permitirem a identificação das várias experiências consoante as características dos indivíduos, seria interessante haver um foco exclusivo nas vivências de cada grupo de indivíduos dentro da população LGBTI+, pois podem existir diferenças nas mesmas, que não serão identificadas de outra forma.

Identificámos também que no presente estudo não foi possível estudar com a profundidade adequada os impactos que as experiências de violência de género têm nas pessoas próximas aos indivíduos, como tal sugerimos o estudo das mesmas, uma vez que pode ser benéfico perceber a extensão dos impactos e das consequências que este tipo de violência tem na população, e não apenas nos indivíduos que a sofrem.

Sugerimos também mais estudos sobre a violência de género e, suas formas, nas empresas e nas escolas portuguesas, de forma a ter uma compreensão mais aprofundada do mesmo no contexto atual português.

Por último, sugerimos o uso de vinhetas – com a descrição de várias situações realistas possíveis de acontecer, em vários contextos – de forma a estudar em maior pormenor os diferentes comportamentos dos indivíduos, em particular no que diz respeito às possíveis estratégias de proteção usadas. Uma vez que identificamos no presente estudo, que indivíduos

que não passaram por situações que consideram ser mais discriminatórias tiveram alguma dificuldade a responder às questões relativas à forma como se defenderiam, perante uma possível situação de violência.

### **Implicações Práticas**

Ao nível das implicações práticas do presente estudo, propomos o aumento do apoio – principalmente financeiro – às instituições que atualmente já dão apoio à população LGBTI+, de forma a que estas possam continuar e expandir os seus serviços. Sendo que ao nível do contexto escolar, propomos a atualização dos programas das disciplinas de educação sexual, de forma a que estes incidam sobre as temáticas LGBTI+, e ações de formação direcionadas para o corpo docente, de forma a promover ativamente o combate ao *bullying* homofóbico e transfóbico.

De forma a colmatar as situações identificadas no contexto laboral, sugerimos a criação de programas de sensibilização e formação para os impactos e formas da violência de género junto das empresas, assim como, a criação e reforço de políticas anti discriminatórias, de forma a promover o combate à mesma.

Tendo em conta a grande descrença face à eficácia e eficiência das forças policiais, é necessário trabalhar ao nível do aumento da confiança da população nas mesmas, sendo que isto pode ser feito através do aumento do envolvimento destas com o público, como sugere (Miles-Johnson, 2018), e da inclusão de temas relativos à criminalidade contra pessoas LGBTI+ na formação dos policias e guardas.

Por último, ao nível das situações identificadas no acesso a serviços médicos, propomos o aumento da educação para as temáticas LGBTI+ ao nível da formação dos profissionais de saúde, uma vez que os resultados de Wahlen et al. (2020) demonstram que uma palestra de uma hora, focada nos problemas de saúde da população LGBT, pode melhorar o conhecimento e atitudes de estudantes de medicina, face a esta população.

## Referências Bibliográficas

- Alves, C., & Moreira, M. (2015). Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia, 17*(3), 59-69. Doi: <https://doi.org/10.5565/ver/qpsicologia.1275>
- António, R., & Moleiro, C. (2015). Social and parental support as moderators of the effects of homophobic bullying on psychological distress in youth. *Psychology in the Schools, 52*(8), 729-742. Doi: 10.1002/pits.21856
- António, R., Pinto, T., Pereira, C., Farcas, D., & Moleiro, C. (2012). Bullying homofóbico no contexto escolar em Portugal. *Psicologia 26*, 17–32. doi: 10.17575/rpsicol.v26i1.260
- Asexuality Archive. (2012). *Asexuality: a brief introduction*. Retrieved from: <http://www.asexualityarchive.com/wp-content/uploads/2012/05/AsexualityABriefIntroduction.pdf>
- Bayrakdar, S., & King, A. (2021). LGBT discrimination, harassment and violence in Germany, Portugal and the UK: a quantitative comparative approach. *Current Sociology, 1*-21. Doi: 10.1177/00113921211039271
- Baiocco, R., Fontanesi, L., Santamaria, F., Ioverno, S., Baumgartner, E., & Laghi, F. (2016). Coming out during adolescence: perceived parents' reactions and internalized sexual stigma. *Journal of Health Psychology, 21*(8), 1809-1813.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. Editora Brasiliense.
- Bimbi, B. (2020). *O fim do armário: lésbica, gays, bissexuais e trans no século XXI*. Sextante Editora.
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC, 2*(1), 68-80.
- Bush, H., Williams, K., & Mendes, E. (2021). Brief report: asexuality and young women on the autism spectrum. *Journal of Autism and Developmental Disorders, 51*, 725-733.
- Butler, J. (2006). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Routledge Classics.
- Campo-Arias, A., Herazo, E., & Cogollo-Milanés, Z. (2010). Homofobia em estudantes de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, 44*(3), 826-830. Doi: 10.1590/S0080-62342010000300041
- Carr, A. (1999). *The handbook of child and adolescent clinical psychology: a contextual approach*. Routledge.

- Chasin, C.J. (2011). Theoretical issues in the study of asexuality. *Archives of Sexual Behavior*, 40, 713-723. Doi: 10.1007/s10508-011-9757-x
- Collier, K., van Beusekom, G., Bos, H., & Sandfort, T. (2013). Sexual orientation and gender identity/expression related peer victimization in adolescence: a systematic review of associated psychosocial and health outcomes. *Journal of Sex Research*, 50(3-4), 299–317. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.750639>
- D’augelli, A. R. (2002). Mental health problems among lesbian, gay, and bisexual youths ages 14 to 21. *Clinical child psychology and psychiatry*, 7(3), 433-456. Doi: 10.1177/1359104502007003010
- Dessel, A., Kulick, A., Wernick, L., & Sullivan, D. (2017). The importance of teacher support: differential impacts by gender and sexuality. *Journal of Adolescence*, 56, 136–144. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.02.002>
- Diamond, L. M., & Lucas, S. (2004). Sexual-minority and heterosexual you’hs' peer relationships: Experiences, expectations, and implications for well-being. *Journal of Research on Adolescence*, 14(3), 313-340. Doi: 10.1111/j.1532-7795.2004.00077.x
- Earnshaw, V. A., Bogart, L. M., Poteat, V. P., Reisner, S. L., & Schuster, M. A. (2016). Bullying among lesbian, gay, bisexual, and transgender youth. *Pediatric Clinics*, 63(6), 999-1010. Doi: 10.1016/j.pcl.2016.07.004
- Espelage, D., Aragon, S., Birkett, M., & Koenig, B. (2008). Homophobic teasing, psychological outcomes, and sexual orientation among high school students: what influence do parents and schools have?. *School Psychology Review*, 37(2), 202–216. <https://doi.org/10.1080/02796015.2008.12087894>
- Flyan, F. (2005). Semi-structured interviewing. In J. Miles, & P. Gilbert (Eds.), *A handbook of research methods for clinical and health psychology* (pp. 65-79). Oxford University Press.
- European Union Agency For Fundamental Rights. (2020). A long way to go for LGBTI equality: technical report. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from [https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/fra-2020-lgbti-equality-technical-report\\_en.pdf](https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2020-lgbti-equality-technical-report_en.pdf)
- Gato, J., Leal, D., & Seabra, D. (2020, Maio 17). Redes de apoio social e saúde psicológica em jovens LGBT+ durante a pandemia de COVID-19: Relatório de divulgação de dados preliminares.
- Gato, J., Leal, D., Moleiro, C., Fernandes, T., Nunes, D., Marinho, I., Pizmony-Levy, O., & Freeman, C. (2020). “The worst part was coming back home and feeling like crying”: experiences of

- lesbian, gay, bisexual and trans students' identity in schools. *Frontiers in psychology*, 10, 2936. Doi: 10.3389/fpsyg.2019.02936
- Gay & Lesbian Alliance Against Defamation. (2016). "GLAAD Media Reference Guide" (10 ed.). Retrieved from <https://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>
- Haas, A., Eliason, M., Mays, V., Mathy, R., Cochran, S., D'Augelli, A., Silverman, M., Fisher, P., Hughes, T., Rosario, M., Russel, S., Malley, E., Reed, J., Litts, D., Haller, E., Sell, R., Remafedi, G., Bradford, J., Beautrais, A., ... Clayton, P. (2010). Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bisexual, and transgender populations: review and recommendations. *Journal of Homosexuality*, 58(1), 10-51. Doi: 10.1080/00918369.2011.534038
- Haas, A. P., Rodgers, P. L., & Herman, J. L. (2014). *Suicide attempts among transgender and gender non-conforming adults*. American Foundation for Suicide Prevention & Los Angeles: The Williams Institute.
- Hazel, C., Walls, N., & Pomerantz, L. (2019). Gender and sexual minority students' engagement with school: the impacts of grades, feeling unsafe, and gay/straight alliances. *Contemporary School Psychology*, 23(4), 432-443. <https://doi.org/10.1007/s40688-018-0199-5>
- Heijden, I., Harries, J., & Abrahams, N. (2020). Barriers to gender-based violence services and support for women with disabilities in Cape Town, South Africa. *Disability & Society*, 35(9), 1398-1418. Doi: 10.1080/09687599.2019.1690429
- Hudson, W. W., & Ricketts, W. A. (1980). A strategy for the measurement of homophobia. *Journal of Homosexuality*, 5, 357-371.
- Howitt, D. (2016). *Introduction to qualitative research methods in psychology*. (3<sup>a</sup> ed.) Pearson Education Limited.
- ILGA Europe. (2021). Annual review of the human rights situation of lesbian, gay, bisexual, trans and intersex people in Europe and central Asia. Retrieved from <https://rainbow-europe.org/sites/default/files/annual-report/Annual-Review-Full-2021.pdf>
- ILGA Portugal. (2020). Relatório anual 2019 da discriminação contra pessoas LGBTI+. Recuperado de [https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA\\_Relatorio\\_Discriminacao\\_2019.pdf](https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf)
- Inter-Agency Standing Committee. (2015). Guidelines for integrating gender-based violence interventions in humanitarian action: reducing risk, promoting resilience and aiding recovery. *Inter-Agency Standing Committee*.
- LeVay, S., & Valente, S. M. (2006). *Human sexuality* (2nd ed.). Sinauer Associates.
- Lima, J. A. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 7-29.

- Linley, J., Nguyen, D., Brazelton, G., Becker, B., Renn, K., & Woodford, M. (2016). Faculty as sources of support for lgbtq college students. *COLLEGE TEACHING*, 64(2), 55-63.
- Mardell, A. (2016). *The 'bc's of lgbt+*. Mango Media Inc.
- Mathies, N., Coleman, T., McKie, R., Woodford, M., Courtice, E., Travers, R., & Renn, K. (2019). Hearing “that’s so gay” and “no homo” on academic outcomes for lgbq+ college students. *Journal of LGBT Youth*, 16(3), 255–277. <https://doi.org/10.1080/19361653.2019.1571981>
- McDermott, E., Hughes, E., & Rawlings, V. (2018). Norms and normalization: understanding lesbian, gay, bisexual, transgender and queer youth, suicidality and help-seeking. *CULTURE, HEALTH & SEXUALITY*, 20(2), 156-172.
- Mendos, L., Botha, K., Lelis, R., Peña, E., Savelev, I., & Tan, D. (2020). *State-sponsored homophobia 2020: global legislation overview update*. Geneva: ILGA. Retrieved from [https://ilga.org/downloads/ILGA\\_World\\_State\\_Sponsored\\_Homophobia\\_report\\_global\\_legislation\\_overview\\_update\\_December\\_2020.pdf](https://ilga.org/downloads/ILGA_World_State_Sponsored_Homophobia_report_global_legislation_overview_update_December_2020.pdf)
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674-697.
- Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health and Social Behavior*, 36(1), 38-56.
- Meyer, D. (2015). *Violence against queer people: race, class, gender, and the persistence of anti-lgbt discrimination*. Rutgers University Press.
- Miles-Johnson, T. (2018). Confidence and trust in police: how sexual identity differences shapes perceptions of police. *Current Issues in Criminal Justice*, 25(2), 685-702. DOI: 10.1080/10345329.2013.12035990
- Minayo, M. (2009). O desafio da pesquisa social. In M. C. Minayo (Ed.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Editora Vozes.
- Moran, L. J. (2007). ‘Invisible minorities’: Challenging community and neighbourhood models of policing. *Criminology & Criminal Justice*, 7(4), 417-441.
- Moré, C. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada” no contexto da saúde: dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *Investigação Qualitativa em Ciências*, 3, 126-131.
- Myers, K. A., Forest, K. B., & Miller, S. L. (2004). Officer friendly and the tough cop: Gays and lesbians navigate homophobia and policing. *Journal of homosexuality*, 47(1), 17-37.
- Natarelli, T. R. P., Braga, I. F., Oliveira, W. A. D., & Silva, M. A. I. (2015). O impacto da homofobia na saúde do adolescente. *Escola Anna Nery*, 19, 664-670.

- Office of the High Commissioner for Human Rights. (2011). Discriminatory laws and practices and acts of violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. Retrieved from [https://www.ohchr.org/documents/issues/discrimination/a.hrc.19.41\\_english.pdf](https://www.ohchr.org/documents/issues/discrimination/a.hrc.19.41_english.pdf)
- Pardini, B., & Oliveira, V. (2017). Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. *Psicologia – Saberes & Práticas*, 1(1), 110-118.
- Pichardo, J., Alonso, M., Puche, L., & Muñoz, Ó. (2019). GUIA ADIM LGBTI: inclusão da diversidade sexual e identidade de género em empresas e organizações. Retirado de <https://eprints.ucm.es/id/eprint/59901/1/200503%20-%20Gu%C3%ADa%20ADIM%20-%20PT%20.pdf>
- Quinn, G., Schabath, M., Sanchez, J., Sutton, S., & Green, B. (2015). The importance of disclosure: lesbian, gay, bisexual, transgender/transsexual, queer/questioning, and intersex individuals and the cancer continuum. *Cancer*, 121(8), 1160-1163. Doi: 10.1002/cncr.29203
- Reczek, C. (2020). Sexual- and gender-minority families: A 2010 to 2020 decade in review. *Journal of Marriage and the Family*, 82(1), 300–325. <https://doi.org/10.1111/jomf.12607>
- Reproductive Health Response in Crises Consortium. (2004). *Gender-Based Violence Tools Manual*. Minneapolis, MN.
- Rodrigues, L., Grave, R., de Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2016). Study on homophobic bullying in Portugal using Multiple Correspondence Analysis (MCA). *Revista Latinoamericana de Psicología*, 48(3), 191-200.
- Roseneil, S., Crowhurst, I., Hellesund, T., Santos, A. C., & Stoilova, M. (2013). Changing landscapes of heteronormativity: The regulation and normalization of same-sex sexualities in Europe. *Social Politics*, 20(2), 165-199.
- Savin-Williams, R., & Ream, G. (2007). Prevalence and stability of sexual orientation components during adolescence and young adulthood. *Archives of Sexual Behavior*, 36, 385-394. Doi: 10.1007/s10508-006-9088-5
- Skogan, W. G. (2006). *Police and community in Chicago: A tale of three cities*. Oxford University Press, USA.
- Skogan, W. G. (2005). Citizen satisfaction with police encounters. *Police quarterly*, 8(3), 298-321.
- Smith, N. G., & Ingram, K. M. (2004). Workplace heterosexism and adjustment among lesbian, gay, and bisexual individuals: the role of unsupportive social interactions. *Journal of Counseling Psychology*, 51, 57–67.

- Stewart, J., Spivey, L., Widman, L., Choukas-Bradley, S., & Prinstein, M. (2019). Developmental patterns of sexual identity, romantic attraction, and sexual behavior among adolescents over three years. *Journal of Adolescence*, 77, 90-97.
- Subhrajit, C. (2014). Problems faced by LGBT people in the mainstream society: some recommendations. *International Journal of Interdisciplinary and Multidisciplinary Studies*, 1(5), 317-331.
- Taylor, K., Coulombe, S., Coleman, T., Cameron, R., Davis, C., Wilson, C., Woodford, M., & Travers, R. (2020). Social support, discrimination, and self-esteem in LGBTQ+ high school and post-secondary students. *Journal of LGBT Youth*, 1-25. Doi: 10.1080/19361653.2020.1812465
- Taylor, S. (2011). Social support: a review. In H. S. Friedman (Ed.), *Oxford library of psychology. The Oxford handbook of health psychology* (pp. 189–214). Oxford University Press.
- Tyler, T. (1990). *Why People Obey the Law*. Yale University Press.
- Tyler, T. R., & Fagan, J. (2008). Legitimacy and cooperation: Why do people help the police fight crime in their communities. *Ohio State Journal of Criminal Law*, 6, 231-275.
- UNESCO. (2012). *Good policy and practice in HIV and health education - Booklet 8: Education sector responses to homophobic bullying*. UNESCO.
- UNICEF. (2003). *Sexual and Gender-Based Violence against Refugees, Returnees and Internally displaced Persons-Guidelines for Prevention and Response*.
- United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). (2003). *Sexual and gender-based violence against refugees, returnees and internally displaced persons: guidelines for prevention and response*. Retrieved from <https://cms.emergency.unhcr.org/documents/11982/51689/UNHCR%2C+Sexual+and+Gender-Based+Violence+against+Refugees%2C+Returnees+and+Internally+Displaced+Persons.+Guidelines+for+Prevention+and+Response%2C+2003/9591f62d-4f6a-4faf-8c03-df0d6bacf871>
- Usta, J. (2012). *Working with gender-based violence survivors: reference training manual for frontline staff*. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA). Retrieved from [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full\\_Report\\_4130.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full_Report_4130.pdf)
- Wahlen, R., Bize, R., Wang, J., Merglen, A., & Ambresin, A. E. (2020). Medical students' knowledge of and attitudes towards LGBT people and their health care needs: Impact of a lecture on LGBT health. *PloS one*, 15(7), e0234743. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0234743>

- World Food Programme. (2016). Unite to end violence against women. Retrieved from [https://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp288797.pdf?\\_ga=2.254718152.1158090216.1668445135-303128986.1668445135&\\_gac=1.215648101.1668445872.CjwKCAiA68ebBhB-EiwALVC-Nj7S0MTG9liqBSPNvIn1IOXQcl0RVEZSVr63StNUJFj9o4e1n-vlXhoCkeEQAvD\\_BwE](https://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp288797.pdf?_ga=2.254718152.1158090216.1668445135-303128986.1668445135&_gac=1.215648101.1668445872.CjwKCAiA68ebBhB-EiwALVC-Nj7S0MTG9liqBSPNvIn1IOXQcl0RVEZSVr63StNUJFj9o4e1n-vlXhoCkeEQAvD_BwE)
- Whitman, C., & Han, H. (2016). Clinician competencies: strengths and limitations for work with transgender and gender non-conforming (TGNC) clients. *International Journal of Transgenderism*. Doi: 10.1080/15532739.2016.1249818.
- Wilkinson, S., Joffe, H., & Yardley, L. (2004). Qualitative data collection: interviews and focus groups. In D. Marks, & L. Yardley, *Research methods for clinical and health psychology* (pp. 39-55). SAGE Publications.
- Wolff, K. B., & Cokely, C. L. (2007). "To protect and to serve?": An exploration of police conduct in relation to the gay, lesbian, bisexual, and transgender community. *Sexuality and culture*, 11(2), 1-23.
- Worthen, M. G. (2013). An argument for separate analyses of attitudes toward lesbian, gay, bisexual men, bisexual women, MtF and FtM transgender individuals. *Sex Roles*, 68(11), 703-723.

## Anexos

### Anexo A – Guião da Entrevista

Olá [nome da pessoa]. Obrigado por estar a participar neste estudo.

Para começarmos, fale-me um bocadinho sobre si.

- Que idade tem?
- Quais são as suas habilitações académicas?
- Como define o seu estatuto socioeconómico?
- Como descreve a sua identidade? Tem preferência pelo uso de algum pronome?

Como é que acha que a sociedade vê as pessoas LGBTI?

Como é que foi o seu processo de *coming out* (saída do armário)?

Durante o processo de *coming out* quais foram as maiores dificuldades para si e porquê?

Em que altura da sua vida se começou a sentir diferente?

Que dificuldades enfrenta no dia-a-dia, por ser quem é?

- No seu local de trabalho ou escola sentiu-se, em alguma altura, prejudicado/a ou maltratado/a?
- Ao nível das redes sociais já se sentiu desconfortável com comentários ou publicações?
- Em espaços públicos, como cafés, museus e lojas, já se sentiu incomodado com olhares ou comentários?

O *outing*, como eventualmente saberá, é descrito como o ato de divulgar a orientação sexual ou a identidade de género de alguém sem o seu consentimento. Já sentiu que isto lhe pudesse acontecer ou lhe tivesse acontecido?

E agora falando um pouco de outro assunto, a violência de género. Os estudos referem que como exemplos de situações de violência de género temos situações como: comentários e olhares desagradáveis; negação da prestação de serviços, como doar sangue; atendimento rude por parte de empregados de lojas e restaurantes; uso de nomes e expressões como “paneleiro”,

“bicha”, “dá para os dois lados”, “é ao contrário”; receber piropos; e escolher os sítios públicos onde demonstrar afeto ao namorado ou namorada. Revê-se em alguns destes exemplos?

O que faz quando sente que pode vir a ser alvo de comportamentos e atitudes desrespeitosas?

Já foi alvo de discriminação pela sua orientação sexual e/ou identidade de género?

(Se “sim”) Pode-me contar o que aconteceu?

(Se “não”) O que faria se fosse alvo de discriminação?

- Pediria ajuda ou faria queixa?
- A quem é que pedia ajuda?
- A quem é que faria queixa?
- Porquê que não faria queixa?

De que forma é que a discriminação afeta a si e à sua vida?

De que forma a discriminação afeta as pessoas que são próximas de si?

Conhece pessoas que já tiveram experiências de discriminação e violência de género?

Na sua perspetiva, porquê que as pessoas LGBTI ainda são discriminadas e maltratadas?

Conhece instituições em Portugal que apoiam pessoas LGBTI?

- Quais associações conhece?

Que mudanças considera que a pandemia e os confinamentos trouxeram à vida das pessoas LGBTI?

Se pudesse mudar o mundo, o que faria?

Há alguma coisa que gostava de acrescentar que eu não lhe tenha perguntado?

A entrevista chegou ao fim. Muito obrigado [nome da pessoa] por esta conversa.

**Vivências de Violência de Género pela População LGBTI em Portugal**

O presente estudo está a ser desenvolvido no ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, para fins de obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica da aluna Rita Januário, sob a orientação da Professora Andreia de Castro Rodrigues.

O estudo tem como objetivo perceber as vivências de violência de género por parte da população LGBTI em Portugal. Como tal, solicito a sua participação na investigação através da realização de uma entrevista, por Skype ou Zoom, a qual será gravada para posteriormente ser transcrita.

Será devidamente assegurada, em todos os momentos, a confidencialidade dos dados recolhidos, sendo que os mesmos serão usados apenas para fins da presente investigação. A participação é totalmente voluntária, pelo que poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de dano ou prejuízo para si.

Para qualquer esclarecimento adicional ou se desejar consultar o trabalho final, pode contactar através dos seguintes emails: ritajanuario@live.com.pt e arodrigues@ispa.pt

A sua colaboração é crucial para a realização da presente investigação!

Deseja participar no estudo?

Sim, aceito participar e declaro que compreendi a informação que me foi transmitida.

Não aceito participar.

Nome: \_\_\_\_\_

Se aceitou participar, coloque em baixo o seu contacto (email ou número de telemóvel):

\_\_\_\_\_

## **Anexo C – Consentimento Informado**

### **Vivências de Violência de Género pela População LGBTI em Portugal**

O presente estudo está a ser desenvolvido no ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, para fins de obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica da aluna Rita Januário, sob a orientação da Professora Andreia de Castro Rodrigues.

O estudo tem como objetivo perceber as vivências de violência de género por parte da população LGBTI em Portugal. Como tal, solicito a sua participação na investigação através da realização de uma entrevista, em formato online, a qual será gravada para posteriormente ser transcrita, sendo que qualquer elemento identificativo da sua pessoa será suprimido desta transcrição, assegurando-se assim a confidencialidade dos dados recolhidos, que serão usados apenas para fins da presente investigação. Mais informamos que os materiais (registos áudio e transcrições) serão preservados durante 5 anos, em lugar seguro apenas acessível à mestranda, período após o qual serão destruídos.

A participação é totalmente voluntária, pelo que poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de dano ou prejuízo para si.

Agradeço a sua disponibilidade e contributo. Para qualquer esclarecimento adicional ou se desejar consultar o trabalho final, pode contactar através dos seguintes emails: ritajanuario@live.com.pt e arodrigues@ispa.pt

A sua colaboração é crucial para a realização da presente investigação.

Selecione:

Não aceito participar.

Sim, aceito participar e declaro que compreendi a informação que me foi transmitida e todas as condições relativas à participação neste estudo.

Nome: \_\_\_\_\_

**Anexo D** – Grelha de Categorização

Categorias	Subcategorias		Descrição
1. Violência de Género	1.1. Experiências de Violência	1.1.1. Aceitação de si mesmo	<p>Dificuldade ou não da pessoa se aceitar a si mesma – ao nível da orientação sexual, identidade de género ou outro. Inclui também o processo interior - de compreensão, aceitação, medos e experiências vividas - pelo qual a pessoa passou até “descobrir” a sua identidade de género, orientação sexual ou outro aspeto relativo a si mesma. Inclui sentimentos de à vontade - ou falta dele - em realizar certos comportamentos e atitudes do foro afetivo. Para além de relatos pessoais da pessoa entrevistada, inclui também relatos sobre pessoas que a pessoa entrevistada conhece. Se a pessoa entrevistada relatar medos que tenha ou comportamentos que deixe de realizar com medo das consequências, se for antes de fazer o <i>coming out</i> codifica-se nesta subcategoria. Se for medos e comportamentos que a pessoa deixe de realizar, mas depois de fazer o <i>coming out</i> para as pessoas que quer, considera-se impactos no próprio (subcategoria 1.3.1)</p>
		1.1.2. Contexto Familiar	Se fez ou não o <i>coming out</i> à família, descrição e dificuldades do

			<p>mesmo, assim como, as consequências - quer positivas como negativas - deste <i>coming out</i> no contexto familiar e nas relações com os familiares (familiares diretos – pai, mãe, irmãos; e não diretos – avós, tios, primos). Inclui também outras situações de violência ou sentidas como desconfortáveis dentro do contexto familiar, quer relacionadas com o/a entrevistado/a - como participante ativo ou testemunha –, ou quer relatadas por conhecidos seus. Engloba também considerações e opiniões face a fazer o <i>coming out</i> aos familiares. Aqui também se considera experiências relacionadas com parceiros românticos.</p>
		1.1.3.Contexto Social	<p>Se fez ou não o <i>coming out</i> aos amigos e outras pessoas com quem convive socialmente, e as dificuldades e consequências sentidas - quer positivas como negativas - do <i>coming out</i> neste contexto (i.e. todas as situações de cariz social, incluindo relações com amigos ou pessoas conhecidas com quem o entrevistado se relaciona). Inclui situações em que o próprio esteja envolvido – como participante ativo ou testemunha – ou situações não relacionadas com</p>

			<p>o próprio, mas que este tenha conhecimento (i.e. sabe porque outras pessoas lhe disseram - quer sentidas como positivas ou negativas, pelo próprio ou por quem relatou ao entrevistado). Inclui também experiências não relacionadas com identidades LGBTI, mas que caem dentro da violência de género ou outro tipo de discriminação. Considera-se também considerações face a fazer o <i>coming out</i> aos amigos e conhecidos.</p>
		1.1.4.Contexto Escolar	<p>Se fez ou não o <i>coming out</i> na escola e/ou faculdade e as dificuldades e consequências – quer positivas como negativas - sentidas do <i>coming out</i> neste contexto (escola até 12º ano, licenciatura, mestrado e doutoramento) e nas relações com colegas, professores e outros elementos presentes neste contexto. Inclui situações em que o próprio esteja envolvido – como participante ativo ou testemunha – ou situações não relacionadas com o próprio, mas que este tenha conhecimento (quer sentidas como positivas ou negativas, pelo próprio ou por quem relatou ao entrevistado). Inclui também outras situações de violência ou sentidas</p>

			<p>como desconfortáveis dentro deste contexto, assim como, experiências não relacionadas com identidades LGBTI, mas que caem dentro da violência de gênero. Considera-se também considerações face a fazer o <i>coming out</i> na escola ou faculdade.</p>
		<p>1.1.5.Contexto Laboral</p>	<p>Se fez ou não o <i>coming out</i> nos vários locais de trabalho que o entrevistado referir e as dificuldades e consequências - quer positivas como negativas – sentidas na relação com os colegas, chefias e outros membros deste contexto. Inclui-se situações ocorridas com o próprio – quer como participante ativo ou testemunha – assim como situações que não tenha ocorrido com o próprio, mas que este tenha conhecimento, mesmo que não esteja relacionado com o seu local de trabalho, mas que seja em contexto laboral. Inclui-se também qualquer tipo de situação violenta, mesmo que seja apenas sentida como desconfortável, mas também situações sentidas como positivas. Esta subcategoria inclui também experiências não relacionadas com identidades LGBTI, mas que caem dentro da violência de gênero, assim como, considerações face a</p>

			<p>fazer o <i>coming out</i> no local de trabalho. Se a pessoa entrevistada trabalhar num local público (ex: hospital) e a situação relatada ocorrer quando um cliente estiver a aceder a um serviço nesse local, então considera-se que a situação ocorreu em contexto de espaços públicos (subcategoria 1.1.6).</p>
		1.1.6.Espaços Públicos	<p>Todos os relatos, quer positivos como negativos, de situações ocorridas em espaços públicos ou estabelecimentos de acesso ao público. Inclui situações em que o próprio esteja envolvido – como participante ativo ou testemunha – ou situações não relacionadas com o próprio, mas que este tenha conhecimento (i.e. sabe porque outras pessoas lhe disseram). Inclui considerações ou opiniões sobre o estar em espaços públicos. Inclui também experiências não relacionadas com identidades LGBTI, mas desde que caem dentro da violência de género ou outro tipo de discriminação. No caso de pessoas trans inclui-se também experiências ocorridas antes da transição (i.e. antes de realizar procedimentos e intervenções médicas).</p>

		1.1.7.Redes Sociais / Internet	Comentários, publicações e/ou mensagens que o sujeito tenha recebido ou visto, ou que outras pessoas suas conhecidas relataram que receberam ou viram. Inclui assuntos relacionados com a temática LGBTI ou outras temáticas, desde que sejam ofensivas ou sentidas como desconfortáveis. Engloba também opiniões ou comentários face às redes sociais ou internet, assim como, o comportamento da pessoa entrevistada nas mesmas.
	1.2.Estratégias de Proteção	1.2.1.Comportamentos	Todas as estratégias, comportamentos e atitudes que a pessoas entrevistada usa para se proteger de comportamentos ou atitudes desrespeitosas ou de potencial violência. Inclui também estratégias que não tenham sido usadas pelo próprio, mas que este poderia usar, assim como, estratégias que o indivíduo refere que outras pessoas suas conhecidas usam ou usaram. Engloba também características ou comportamentos que o individuo não realiza especificamente para se proteger, mas que este considera que acabam por o proteger. Considera-se também o não uso de estratégias de proteção.

		1.2.2. Queixa e Pedido de Ajuda	Inclui a realização ou não de queixas e pedidos de ajuda, quer à polícia como a outras entidades, e a sua justificação. Considera-se também opiniões ou considerações face ao fazer queixa e ao pedir ajuda e às possíveis consequências disso.
	1.3. Impacto	1.3.1. No próprio	Os impactos, positivos ou negativos, que as experiências anteriormente referidas têm na pessoa entrevistada – todo o tipo de impactos: psicológico, social, familiar, nas relações com os outros, incluindo medos e comportamentos que o indivíduo deixa de fazer ou passa a fazer como reação a estas experiências. Inclui também relatos de impactos que a pessoa entrevistada não sente, mas que conhecidos desta sentem relativamente às experiências de violência que estes seus conhecidos vivenciam – estas experiências têm de estar de alguma forma relacionadas a uma identidade LGBTI ou que as pessoas que passaram por estas experiências tenham sido, de alguma forma, percecionadas pelo(s) outro(s) como fazendo parte da população LGBTI. Inclui também impactos de experiências não relacionadas com

			<p>identidades LGBTI, desde que estas caem dentro da violência de género ou outro tipo de discriminação.</p> <p>Inclui também os impactos de experiências vividas antes de fazer o <i>coming out</i> ou a transição, mas apenas no caso de pessoas trans.</p>
		2.3.2.Nos que são próximos	<p>Os impactos que as experiências violentas que ocorreram à pessoa que as sofreu têm nas pessoas que lhe são próximas. Estes impactos podem ser reais ou impactos que a pessoa entrevistada considera que poderiam ocorrer.</p>
2.Contexto Social Atual	2.1.Conhecimento face a Instituições de Apoio		<p>As instituições que a pessoa entrevistada conhece (inclui também as descrições destas organizações, caso sejam fornecidas) ou então o desconhecimento face a instituições de apoio. Inclui também juízos de valor ou opiniões sobre as mesmas.</p>
	2.2.Efeitos da Pandemia		<p>Tudo aquilo que o participante considera que ocorreu ou pode ter ocorrido com pessoas LGBTI e/ou não LGBTI, durante a pandemia, assim como, situações específicas que descreva (quer sobre si mesmo ou sobre outros).</p>
	2.3.Sociedade Portuguesa		<p>Representações sociais da população LGBTI e todas as considerações e opiniões face ao contexto português, incluindo as</p>

		não relativas especificamente à população LGBTI. Também engloba relatos de outros países e a sua comparação com Portugal.
	2.4.Motivos que levam à violência e discriminação	Motivos que os participantes consideram que leva à discriminação e/ou violência contra outras pessoas e/ou outros grupos de pessoas, quer em Portugal como noutros países.
	2.5.Sugestões para a mudança social	Sugestões e ideias para melhorar a sociedade e combater os seus problemas.
Conteúdos Paralelos		Todos as unidades de registo que não se incluem nas categorias anteriormente descritas.